

LORENA OLIVEIRA VIEIRA

**AS MÃES DA TERRA: COMPADRIO E SOCIABILIDADES DAS MULHERES
INDÍGENAS DE SÃO JOSÉ DO BARROSO (ZONA DA MATA MINEIRA, 1846 –
1885)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Raquel dos Santos Sousa Lima

Coorientador: Fernando Gaudereto Lamas

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V658m
2024
Vieira, Lorena Oliveira, 1996-
As mães da terra: compadrio e sociabilidades das mulheres indígenas de São José do Barroso (Zona da Mata Mineira, 1846 – 1885) / Lorena Oliveira Vieira. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (114 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Raquel dos Santos Sousa Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, 2024.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.324>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres indígenas - Usos e costumes. 2. Padrinhos.
3. São José do Barroso (MG) - História - 1846-1885. 4. Papel social. 5. Amizade entre mulheres. I. . II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 980.41

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB-6/2523

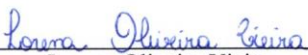
LORENA OLIVEIRA VIEIRA

**AS MÃES DA TERRA: COMPADRIO E SOCIABILIDADES DAS MULHERES
INDÍGENAS DE SÃO JOSÉ DO BARROSO (ZONA DA MATA MINEIRA, 1846 –
1885)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30/04/2024

Assentimento:


Lorena Oliveira Vieira
Autora


Prof.ª Dr.ª Raquel dos Santos Sousa Lima
Orientadora

*Para Maria, Lisandra, Luzia, Altina
E todas as mulheres que me abriram e abrem caminhos.*

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa nunca é um construída de forma individual, portanto esse é o momento de agradecer às mãos e olhos que me ajudaram a escrever e corrigir este trabalho. Da mesma forma, mostrar aqueles que, mesmo fora do ambiente acadêmico, me deram segurança para seguir com a pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Maria e José Francisco, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem incondicionalmente em todas as minhas decisões. Assim como minha irmã, Lisandra, que acredita mais em mim do que eu mesma seria capaz de acreditar. É graças à sua ajuda que pude fazer os mapas utilizados nesta dissertação. À vocês, não haveria linhas escritas capazes de expressar meu amor e gratidão. Da mesma forma, agradeço ao meu companheiro Henrique, pelo apoio diário, pelo ombro amigo e pelo amor que tornam meus dias mais leves.

Agradeço à Tailane, responsável pela existência dessa pesquisa. Ela que, com seu espírito inquieto, me levou à casa paroquial de Paula Cândido onde encontramos os registros de batismos essenciais para o desenvolvimento desse trabalho. Seu companheirismo e amizade muitas vezes me deu segurança para escrever sobre minhas ideias, outras tantas foi o puxão de orelha que precisei nesses descaminhos de pesquisa.

Da mesma forma, sou grata ao Márcio e ao padre Geraldo, que nos permitiram ler e fotografar os registros de batismos para analisarmos quantas vezes fosse preciso. Agradeço também por terem adiado a entrega desses documentos à Arquidiocese de Mariana, para que tivéssemos tempo hábil para ver tudo o que precisávamos. Assim como Fafá, Christian e o sr. Geraldo (*in memoriam*), que em 2020 ainda estavam à frente do cartório e nos deixaram à vontade para ler e reler os livros antigos.

Fundamentais nessa jornada foram Raquel e Fernando, que caminharam junto comigo no desenvolvimento da pesquisa. Com sua experiência, me abriram portas que jamais serão fechadas. À Raquel, devo principalmente o capítulo 2 desta pesquisa, fruto de sua ideia e olhar atento. Ao Fernando devo, em especial, o enriquecimento teórico do capítulo 1 e a hipótese de Rita preta ser uma indígena. Em nossas reuniões, sempre de forma carinhosa e descontraída, me apontavam melhorias que foram significativas para a qualidade do trabalho, e, mais importante, me deram segurança intelectual ao confiarem em mim e no meu projeto.

O mesmo fizeram os professores do Departamento de História e Geografia, com os quais tive a oportunidade de encontrar ao longo das disciplinas do mestrado. Em especial Carolina Capanema, Ana Paula Freitas, Priscila Dorella e Thiago Mota. Elas lecionaram a

primeira aula que tive no programa, com os textos e discussões da disciplina me mostraram que nem tudo é preto no branco e que as coisas podem ser mais bem compreendidas do que o espaço acadêmico faz parecer. Além de me ensinar o pouco que sei sobre África, Thiago me fez ver os museus sob outra perspectiva e me deu a primeira oportunidade de apresentar meu trabalho em um evento. Na oportunidade, pude ouvir considerações importantes para a pesquisa, em especial as da professora Alcira Dueñas, da Ohio State University, que considerou ser este um “trabalho com pinças” e me abriu os olhos para o empoderamento das mulheres indígenas. Agradeço a essas professoras e ao professor que, gentilmente, contribuíram com a construção desta pesquisa.

Sou igualmente grata à Patrícia Vargas e Matheus de Andrade, pela leitura atenta e sugestões que tanto contribuíram para melhorias teóricas e práticas do trabalho. Ao Matheus, em especial, devo a sugestão do programa yEd Graph, utilizado para construir as redes sociais. A ambos, devo os apontamentos metodológicos e teóricos feitos na qualificação sobre sertão, família, sociabilidade e patrimônio.

Também preciso agradecer à professora Hevelly Acruche, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que em 2021 foi solícita e, carinhosamente, me deu dicas valiosas de melhorias no projeto de pesquisa.

Agradeço aos meus amigos, em especial à Dara, que assim como a Lisandra, que me auxiliou tecnologicamente, me deu o suporte técnico de uma engenheira agrimensora para a legenda dos mapas. Ao Roberth e Rubens, com quem compartilhei vitórias e angústias desde a graduação. À Isabella, por me obrigar a descansar 4 dias em BH em meio ao caos da pesquisa. Estar com vocês é sempre uma alegria imensurável e esse motivo bastaria para que expressasse minha gratidão.

Aos meus colegas de trabalho, pelas risadas e apoio. Sobretudo Gabriel e Keidy, por ajustarem meu horário de trabalho nas sextas de 2022, para que eu pudesse cursar as disciplinas. À Natália, Néia e Bruno, por me darem suporte quando precisei me ausentar. À Aparecida e Bete, pelo aprendizado que levo comigo. À Mariana e Luana, por me mostrarem o valor de um trabalho em equipe. Igualmente importante foram os estudantes com os quais tive a oportunidade de compartilhar as histórias locais apreendidas dos documentos, muito mais que uma escuta atenta, eles me mostraram que é possível fazer da história um conhecimento mais próximo de nós e mais interessante de ser aprendido e ensinado.

Agradeço também aos meus colegas de turma, pelo compartilhamento de ideias e conhecimento. Em especial à Sabrina, que sempre me socorreu quando precisei, e à Mab, por sempre ter uma palavra de alento.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade.

À Deus e todos os bons espíritos que me guiaram até aqui.

RESUMO

VIEIRA, Lorena Oliveira, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, abril de 2024. **As mães da terra: compadrio e sociabilidades das mulheres indígenas de São José do Barroso (Zona da Mata Mineira, 1846 – 1885).** Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel dos Santos Sousa Lima. Coorientador: Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas.

Este trabalho realizou uma investigação sobre os processos de socialização das mulheres indígenas em São José do Barroso (atual Paula Cândido – MG) durante parte do século XIX, especificamente entre 1846 e 1885. Desse modo, pretendeu-se tratar as relações estabelecidas a partir de compadrios, investigar onde elas viviam, o lugar social que essas mulheres ocupavam, bem como se as famílias espirituais formadas foram capazes de beneficiá-las. A partir disso, buscou-se compreender como se deu a ocupação do território habitado por indígenas Coroado, se as famílias de colonos formaram, ao longo do século XIX, uma elite no distrito e se a forma de registrar os batismos deixava evidente a posição social e econômica dos núcleos que compunham São José do Barroso. Da mesma forma, pretendeu-se esmiuçar o papel que cada família com as quais as indígenas teceram relações ocuparam no distrito, se as madrinhas e padrinhos eram descendentes de indígenas, se tinham posses e eram requisitados. A escolha do gênero feminino e do recorte temporal se deu pela documentação consultada, uma vez que não foram encontrados registros batismais que mencionem homens e que os registros de indígenas se iniciaram em 1846 e, até onde se pôde analisar, perduraram até 1885.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, compadrio, São José do Barroso.

ABSTRACT

VIEIRA, Lorena Oliveira, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, April, 2024. **The mothers of the land: patronage and sociability of indigenous women from São José do Barroso (Zona da Mata mineira, 1846 – 1885).** Adviser: Prof^a. Dr^a. Raquel dos Santos Sousa Lima. Co-adviser: Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas.

The work focused on researching the socialization processes of indigenous women in São José do Barroso (now Paula Cândido – MG) during the 19th century, specifically between 1846 and 1885. The aim was to explore the relationships established through godparentage, investigate where these women lived, the social position they occupied, and whether the spiritual families formed were able to benefit them. The research also sought to understand how the territory inhabited by the Coroado indigenous people was occupied, whether settler families formed an elite in the district over the course of the 19th century, and whether the method of recording baptisms revealed the social and economic status of the nuclei that made up São José do Barroso. Additionally, the study aimed to delve into the role played by each family with which the indigenous women established relationships, examining whether godmothers and godfathers were descendants of indigenous people, whether they possessed property, and whether they were respected members of the community. The choice of focusing on the female gender and the specific time period was due to the available documentation, as no baptismal records mentioning men were found, and indigenous records began in 1846 and lasted until 1885.

.

Keywords: Indigenous woman, godparenthood, São José do Barroso.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização do rio Turvo Limpo, Bacia do rio Piranga.....	33
Mapa 2: Provável localização das mulheres indígenas que viveram em São José do Barroso, 1846-1885.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População de São José do Barroso. Lista Nominal - 1831.....	49
Gráfico 2: Registro de filhos legítimos e naturais em São José do Barroso, 1830-1860.	60
Gráfico 3: Período (de vida) em que os batismos eram realizados. São José do Barroso, 1830-1860.	63

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Rede Social de São José do Barroso, século XIX.	67
Imagem 2: Batismos e casamentos, família Valente. São José do Barroso, século XIX.	69
Imagem 3: Genealogia da família Correia de Queiroz, São José do Barroso, século XIX.	71
Imagem 4: Relação senhorial e de batismo. Famílias Correia de Queiroz, Juvência e Sinfrônio, Rita e Venâncio. São José do Barroso, 1848 – 1861.....	74
Imagem 5: Relações estabelecidas pelos escravizados de Antônio Cardoso da Silva. São José do Barroso, século XIX.	79
Imagem 6: Relações tecidas por Maria Croata e suas filhas, São José do Barroso, século XIX.	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APM Arquivo Público Mineiro

CEDEPLAR Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: O DESBRAVAMENTO DO SERTÃO SOBRE AS TRILHAS INDÍGENAS	26
1.1 A região do rio Turvo Limpo e sua ocupação por não indígenas	32
1.2 Composição social e cidadania em São José do Barroso.....	43
CAPÍTULO 2: O BATISMO EM SÃO JOSÉ DO BARROSO.....	53
2.1. Formas de Registrar o Batismo em São José do Barroso (1846 -1885).....	54
2.2. Percepções a partir do batismo: desigualdades e classificativos	57
CAPÍTULO 3: AS MÃES DA TERRA: MULHERES INDÍGENAS E FAMÍLIAS ESPIRITUAIS.	65
3.1. Um emaranhado de gente: as relações em São José do Barroso	65
3.2 As comadres e o etnocídio em curso	76
CAPÍTULO 4: PRODUTO FINAL – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ..	91
4.1 Práticas pedagógicas: os indígenas ao longo da história	93
4.2 Proposta de produto final.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES PRIMÁRIAS	107
FONTE IMPRESSA.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

As luzes da cidade haviam se apagado, provavelmente pela chuva forte cujo barulho não ficou em minha memória. No centro da mesa da sala de jantar havia uma vela acesa e nós estávamos sentados ao redor. Em uma das pontas da mesa meu pai contava histórias de família, como das vezes em que seu avô materno era assustado por assombrações. Numa dessas histórias, uma mulher de cabeça grande e muito alta aparecia na estrada, perto de sua casa, com uma trouxa na cabeça; curioso, meu bisavô ficava da janela observando aquela pessoa que de tão alta parecia não controlar suas próprias pernas. Quando ela se aproximou da fazenda, um vento gelado o derrubou na cama, assustado ele teria fechado a janela e ido dormir. Acreditava-se, no entanto, que ela teria entrado em um grande buraco que ficava ali por perto.

Em meio a histórias de família – em outra ocasião da qual não recordo bem, mas provavelmente estávamos debruçados na janela de minha avó, em Airões – meu pai contava sobre uma índia, que, mesmo tentando fugir, havia sido pega no laço e se casado à força. Essa índia seria sua bisavó paterna, que era conhecida por Rita Monteiro. Ainda adolescente, fiquei intrigada com essa história e não conseguia imaginá-la acontecendo há tão pouco tempo, as contas deveriam estar erradas ou seria mais uma história sem pé e cabeça. Ainda assim, uma cena ficou gravada na memória: uma mulher, vestida com um vestido de algodão cru que ia até seu joelho, com cabelos pretos, lisos e compridos, corria por um descampado próximo a uma mata fechada enquanto um homem, montado em um cavalo marrom bem selado, com calça, bota, uma blusa meio empoeirada e chapéu, a perseguia com um laço na mão, pronto para ser lançado sobre ela. Na cena, seu desespero era nítido. A construção dessa imagem certamente foi influenciada por filmes de faroeste que assistia com meu pai na adolescência.

O interesse em pesquisar mulheres indígenas, no entanto, não surgiu nesse momento. Ao ingressar no curso de História, sabia que queria pesquisar algo relacionado ao lugar em que vivo – Paula Cândido. Mas ao final do curso, o interesse em fazer pesquisa tinha se dissipado – ainda que tivesse tido a experiência de pesquisar sobre o congado e Festa do Rosário da cidade durante a graduação. A vontade por realizar a investigação sobre indígenas surgiu, de fato, a partir do momento em que registros batismais com mães indígenas foram encontrados – o que não se deu propositalmente, mas a partir de uma busca quase inocente nos arquivos da paróquia da cidade. Não se sabia exatamente o que procurar, tampouco o que seria possível encontrar. Tal busca adveio de uma parceria entre duas historiadoras curiosas (eu e Tailane de Oliveira Dias) que estavam prestando um serviço para a Casa da Cultura

Padre Antônio Mendes, que funciona como o museu da cidade e passaria por reformas que deveriam mostrar mais da história do município e seu surgimento. Naquele espaço deveria passar a conter a história dos indígenas que habitaram a localidade de Paula Cândido, dos bandeirantes que ali chegaram, dos escravizados, entre outras abordagens. Para tanto, uma pesquisa histórica breve foi solicitada, mas o que era para ser uma rasa contextualização passou a instigar a curiosidade.

Na tentativa de sanar algumas dúvidas foram consultados os Livros de Notas do Cartório de Paula Cândido, em que foi possível ter acesso a escrituras de compra e venda de terras e escravos, permutas e partilhas de bens, procurações e atas de eleições que foram registrados a partir de 1884. O fio condutor dessa pesquisa documental era a Fazenda da Reserva, cuja parte das terras teria sido cedida aos ex-escravizados após a abolição, e seu proprietário Antônio Faustino Duarte. Em busca de dados sobre o fazendeiro chegamos aos livros de batismo da Paróquia de São José, também em Paula Cândido, e qual foi a surpresa quando percebemos que o primeiro registro havia sido feito em 1837. As primeiras anotações eram mais espaçadas, com poucos registros em cada ano e já em 1846 aparecia a primeira mulher indígena.

A primeira apresentação desses documentos foi através de um sábado letivo da Escola Estadual Professor Samuel João de Deus, feito de forma remota em 2021. Na ocasião a história de Paula Cândido foi contada através das perspectivas indígena, escrava e religiosa – por mim, Tailane de Oliveira Dias e Luciana Fonseca, historiadoras e professoras da escola. A partir da apresentação do modo de vida dos Coroados, do relato de viagem de Spix e Martius como fonte histórica, e de documentos de sesmarias, propus a questão: catequização e civiliza o, ou processo de etnocídio? A partir dessa pergunta mostrava documentos de invasão de fazendas por indígenas e os batismos dos filhos de Juvência, mulher indígena que perdia sua etnia nos documentos, como veremos adiante.

Muito antes de virar um projeto, as hipóteses da pesquisa foram testadas em sala de aula – especialmente após a retomada presencial – cujo público alvo era, na maioria das vezes, alunos do 6  ano do Ensino Fundamental e 1  ano do Ensino Médio. Os estudantes ficavam mais atentos e interessados sempre que utilizava os documentos na aula, às vezes de forma analítica, através de trabalhos de pesquisa, às vezes através de conta o de história. Certa vez, tratando dos indígenas do Brasil, contei a história de Juvência para alunos de uma turma do 6  ano a partir do que tinha encontrado nos documentos, ao final da fala, o estranhamento: “E o final da história?!”. Tive que desapont -los dizendo que aquela história

não tinha fim... ou tinha? Como a Juvência morreu? O que aconteceu com os filhos dela? E o marido? O marido conseguiu se libertar?

O trabalho sobre indígenas realizado em sala de aula contribui para por em cheque a história dos vencedores, para a qual os indígenas teriam sido exterminados. Repito a pergunta feita por Michel de Certeau: “o que fabrica o historiador quando faz história?”¹ Uma vez que ele não é responsável por fabricar o conflito, o é por trazê-lo à tona. Será mesmo que acreditamos na narrativa de que os indígenas morreram? Para Trouillot, o poder tem como característica a produção da invisibilidade, silenciando narrativas sem que nos déssemos conta. Mas o poder do qual ele trata, também é exercido nas mais baixas camadas: quem ainda contribui para silenciar a complexidade da história indígena? Qual o papel das universidades, escolas e professores?² À exceção dos relatos contados dentro do seio familiar, a partir do distanciamento do “diz que ela foi índia”, “índia pega no laço”, a história indígena não se faz muito presente em Paula Cândido. Aristides Pompeu, coronel que escreveu um livro com “A Verdadeira História de Paula Cândido”, se lembrou dos indígenas, dedicando uma página e meia aos “guerreiros temíveis”, civilizados pelo pacificador de ação respeitosa, Guido Thomaz Marlière³. Para além disso, um artefato que nos lembra a presença indígena em São José do Barroso fica exposto na Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: uma pedra de ponta mais afiada, que seria parte de uma machadinha. O que fazemos com essas informações? Damo-nos por convencidos? Elas não ajudam a compor um silenciamento, para o qual o indígena foi um “elemento” que construiu o mestiço povo brasileiro⁴ e depois morreu, sumiu na história do Brasil?

Com os registros em mãos, surgiram questões sobre as relações que essas indígenas teciam na sociedade a partir do batismo, como elas viviam, porque teriam escolhido determinados padrinhos e madrinhas, porque elas apareceram naqueles documentos e outros indígenas não – os do sexo masculino, por exemplo. Outro aspecto intrigante nos assentos

¹ CERTEAU, Michel. A Escrita da. História In: CERTEAU, Michel. *A Operação Historiográfica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 17.

² TROUILLOT, Michel-Rolph. Prefácio; O poder na estória. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.p.18

³ POMPEU, Aristides. *A Verdadeira História de Paula Cândido*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, s/d.,p. 28-31.

⁴ O termo elemento, colocado entre aspas, e a ideia de mestiçagem do brasileiro é um questionamento feito a partir do que escreveu Aristides Pompeu, para o qual “o padrão racial brasileiro é o resultado de uma grande miscigenação”, sendo uma mistura do índio nativo, o branco europeu e o negro africano. A ideia, como bem sabemos, não está isolada, sendo anteriormente defendida por Martius. Sobre isso ver: POMPEU, Aristides. *A Verdadeira História de Paula Cândido*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, s/d.p. 31; MARTIUS, K.F.P von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

seria a grande quantidade de mulheres com sobrenome “de Jesus” e outros, usados por homens e mulheres, como “do Espírito Santo”, “da Encarnação” ou ainda “da Justificação de Nossa Senhora”. Tais questões fizeram surgir, tempos depois, o projeto intitulado “As mães da terra: compadrio e sociabilidades das mulheres indígenas em São José do Barroso”.

O principal objetivo da pesquisa é analisar as relações estabelecidas pelas mulheres indígenas no distrito através do sacramento do batismo. Para isso, é preciso pensar a qual etnia elas pertenciam, analisar se elas mantinham relacionamentos estáveis, se esses relacionamentos eram reconhecidos pela igreja, ou seja, se eram casadas, e quantos filhos tiveram. Além disso, é necessário investigar quem eram os compadres escolhidos, se tinham posses, se eram livres ou escravizados e se poderiam ser indígenas batizados anteriormente. Por se tratar de pesquisa voltada para as mulheres, o recorte temporal segue a documentação: 1846, ano em que aparece a primeira indígena, a 1885, última indígena encontrada nos registros analisados. É preciso ressaltar que a sociabilidade da qual esta pesquisa trata é aquela engendrada na pia batismal.

A localidade que contextualiza a pesquisa, São José do Barroso, é o atual município de Paula Cândido. A região é cortada pelo rio Turvo Limpo, cujas sesmarias começaram a ser distribuídas no final da década de 1760, entre os beneficiados estava o padre Martinho Pires Farinho, que recebeu seu quinhão em 1786⁵. Outro sesmeiro reconhecido na história da cidade teria sido José Gomes Barroso, creditado como o fundador do arraial que homenagearia São José, ainda hoje o padroeiro da cidade, e deixaria o legado de seu sobrenome – Barroso⁶. Em 1831, de acordo com a Lista Nominativa, a população do arraial seria de aproximadamente 1.754 habitantes, entre os quais apenas um indígena⁷. As atas de batismo e os relatos de viagem, como o de Spix e Martius⁸, revelam que, apesar do que o documento indicava, a região era habitada por indígenas.

Os primeiros documentos sobre o arraial foram encontrados no Arquivo Público Mineiro, pesquisando por São José do Barroso encontramos uma demarcação de terras para índios Puri realizada pelo juiz de paz do distrito, datada de 31 de agosto de 1819⁹. Tal demarcação, no entanto, não teria sido feita na localidade onde atuava o juiz, mas em São

⁵ LAMAS, Fernando Gaudereto. Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767 – 1820). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. p.137.

⁶ POMPEU, Aristides. A Verdadeira História de Paula Cândido. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, s/d.p.34.

⁷ Arquivo Público Mineiro. Coleção Mapas de População. MP-CX.02-DOC.22

⁸ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. Viagem pelo Brasil 1817-1820. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.v.1

⁹ Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). SG-CX.111-DOC.60

Paulo do Manoel Burgo. Em meio à leitura de artigos sobre a região de Guarapiranga e São João Batista do Presídio, novas pesquisas iam sendo realizadas no site do arquivo e outras informações eram colhidas. Semanas após a primeira busca, o documento sobre a relação de habitantes e engenhos do distrito foi encontrado e analisado superficialmente, com os conhecimentos que se tinha à época. Esse registro também foi assinado pelo juiz de paz¹⁰ Francisco de Paula Silveira, o mesmo da demarcação.

Em determinado momento, devido à demanda do serviço que estava sendo prestado para a Casa da Cultura, a pesquisa se voltou para Francisco de Paula Cândido – médico sanitarista do período imperial, cujo sobrenome foi escolhido para nomear o distrito emancipado. Houve o primeiro contato com os livros memorialistas de Aristides Pompeu, já citado, e Geraldo Lisboa¹¹. O primeiro realizou pesquisas documentais, tomando as informações registradas como verdades, mas se permitindo fazer alguns questionamentos sobre os caminhos percorridos por bandeirantes – exaltados em sua narrativa. Sua pesquisa abriu caminhos para que novos levantamentos fossem feitos. Já Lisboa optou por registrar relatos de sua família, histórias que ouvia e momentos que presenciou em sua vivência no distrito. Ambos os autores trataram dos mais diversos temas, desde nomes de ruas, personalidades importantes, à construção de escolas, funcionamento da educação e rixas políticas.

Após mais leituras, novas buscas apontaram para um mapa do município de Visconde do Rio Branco, de 1939, em que é possível ver o distrito de São José do Barroso e suas fazendas. A localização das propriedades foi importante posteriormente para uma melhor interpretação dos documentos cartoriais – realizado na etapa seguinte à pesquisa online. A ida ao cartório, em abril de 2020, cerca de um mês após o início do *lockdown* devido à pandemia da Covid-19, foi um desafio, mas também muito próspero. A cidade de Paula Cândido, assim como boa parte do mundo, incentivava o isolamento social, o uso de máscaras de proteção e álcool em gel, já que não havia vacinas e essa era a única forma eficaz de prevenção até aquele momento; dessa forma, a ida ao cartório não era tarefa fácil, havia o medo iminente de contrair a doença. No entanto, não foi um trabalho demorado, pois, desde o primeiro contato

¹⁰ Sobre a função de Juiz de paz, Vitória Schettini fala sobre a reinante desorganização que havia no território mineiro. De modo geral “possuía amplos poderes nos distritos judiciários compostos por paróquias, curatos, capelas filiais e aplicações, assim como distritos e ordenanças, policiais e administrativos, chamados de distritos de paz”. Ver: ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica, p.38, 2011.

¹¹ POMPEU, Aristides. *Op. Cit.*. LISBOA, Geraldo. *A segunda história de Paula Cândido*. Ibirité: DGF Edições, 1997

via telefone os funcionários foram solícitos e, mesmo não sabendo o conteúdo dos livros mais antigos, nos deu carta branca para folheá-los o quanto precisássemos e fotografar as páginas para lermos com calma na segurança de nossas casas. O primeiro livro datava de 1884, portanto anterior à abolição, e havia a esperança de encontrar algum registro que apontasse para a doação das terras de Antônio Faustino Duarte a seus ex-escravizados. Não obtivemos essa informação, mas outras tantas surgiram – e com elas outros questionamentos.

A surpresa foi encontrar, em um dos primeiros documentos lidos, Rita Gonçalves Soares – que nesse momento não sabia ser ela a mesma Rita Monteiro, conhecida popularmente pelo sobrenome de seu pai, Manoel Gonsalves Monteiro. A descoberta veio meses depois quando, usando as atas de batismo da paróquia para construir a árvore genealógica das minhas famílias, percebi que ela era casada com Martinho Pires Vieira, bisavô do meu pai. Logo ela seria a bisavó que teria sido pega no laço.

No segundo semestre de 2020 entramos em contato com Emerson Lisboa, secretário de cultura do município entre os anos 2010 e 2012 e sobrinho bisneto do Monsenhor Lisboa, importante pároco do distrito em fins do século XIX e início do XX. Em seu acervo particular, guarda documentos da época do pároco, como o Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, criado a partir da Lei N° 2.040 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), e outros mais antigos, como o livro de notas da formação da Guarda Nacional da Companhia do Distrito de São José do Barroso, da década de 1830. Além de ceder a documentação que julgou necessária para ser digitalizada e ficar à nossa disposição, ele também nos emprestou fotografias, já do século XX, para que analisássemos. A ida à Casa Paroquial da matriz de São José, também em Paula Cândido, não aconteceu no mesmo ano, tanto pelo fato de não sabermos da existência de documentação antiga nos arquivos, quanto pelo surgimento dos casos de Covid na cidade. Em março do ano seguinte, fomos em busca de uma possível documentação que, segundo o pároco da época, seria enviada à Mariana por ser muito antiga e a Igreja não possuir boas condições de armazenamento. Uma nova leva de registros foi encontrada e a espessa documentação que já se tinha permitiu construir o projeto.

Já no programa de mestrado, outra ação de pesquisa envolvia a ida a cartórios de Visconde do Rio Branco e Ubá, mas por não termos relações estabelecidas na cidade e não sermos conhecidas pelos funcionários desses estabelecimentos, não tivemos a mesma receptividade que em Paula Cândido. Em Ubá, apesar de não nos deixar ter acesso direto ao arquivo, os funcionários se prontificaram em fazer a busca por nós – que ainda não trouxe nenhum resultado. Em Visconde do Rio Branco a negativa foi decisiva, não poderíamos ter acesso aos documentos e os funcionários também não poderiam buscar o que precisávamos.

Ter acesso a esses arquivos seria de suma importância, uma vez que eles abrigam registros anteriores a 1884 – quando tem início os assentos cartoriais de São José do Barroso – que informaria sobre compra e venda de escravizados e terras. Com essas informações poderíamos localizar um escravizado que foi padrinho ou madrinha, bem como saber sobre a localização da família indígena. O caminho seguido foi ir a outro arquivo, no Fórum de Viçosa, que guardava alguns inventários que poderiam ser importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Apesar da relativa demora, obtivemos autorização para ter acesso aos documentos.

Um aspecto facilitador da investigação foram as listas nominais digitalizadas pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (doravante Cedeplar – UFMG) e agrupadas em uma base de dados, o Poplin-1830, através dela é possível fazer uma leitura mais precisa das informações sobre os distritos circunvizinhos a São José do Barroso. Para obter dados sobre a família dos padrinhos e madrinhas foram analisadas as listas nominais de Guarapiranga (Piranga), Conceição do Turvo (Senador Firmino), São Januário de Ubá (Ubá), São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco) e Santa Rita do Turvo (Viçosa). Na tentativa de montar genealogias e traçar melhor as relações tecidas nos batismos, analisamos o Índice de Batismo e o Índice de Óbitos da Paróquia de Santa Rita, em Viçosa. Apesar de não ser mais possível ter acesso direto aos livros originais, os funcionários da paróquia se dispuseram em fazer a busca dos registros necessários para a pesquisa. A leitura do índice se mostrou importante para compor árvores genealógicas e comprovar a presença de indígenas Puri no distrito de Santa Rita do Turvo a partir de 1813.

À medida que se delineava a pesquisa e suas demandas ficavam mais claras, era definida a metodologia de análise dos documentos. Por se tratar de registros manuscritos, foi criado um único arquivo com os fichamentos de todos eles – atas de batismo, documentos cartoriais, registros da guarda nacional e inventários – para facilitar o cruzamento de informações; desse modo, ao procurar pelo nome de um dos sujeitos apareceria todas as informações encontradas. Além disso, foi feita uma planilha agrupando todos os dados referentes à posse de escravos e terras, família e redes sociais tecidas por madrinhas, padrinhos e indígenas. Para evidenciar tais relações e verificar a possibilidade de ascendência indígena de padrinhos e madrinhas foram feitas árvores genealógicas, inclusive para os senhores de escravos. Por se tratar, na maioria das vezes, de casais casados ou de mãe e filho, foram criadas árvores conjuntas que permitiam visualizar relações de parentesco e compadrio. As genealogias e os dados da planilha permitiram responder, em alguns casos, o que motivou a escolha de determinados padrinhos e se tais escolhas foram determinantes para as mulheres indígenas. Trocando em miúdos, a metodologia foi a de cruzamento nominal ou ligação

nominativa utilizada por Sílvia Brugguer, para analisar compadrio em São João del-Rei, e por Robert Slenes, para tratar dos laços familiares de escravizados na região de Campinas¹².

Do mesmo modo, o conceito chave utilizado nesta investigação, o de sociabilidade, é compreendido à luz da documentação estudada. Nesse sentido, trata-se das relações estabelecidas na pia batismal que visavam estabelecer vínculos entre diferentes grupos sociais, eram forjadas sob determinadas intenções e acabavam por beneficiá-los mutuamente. Tal vínculo seria parte fundamental do viver na sociedade colonial, visto que permitia inclusão, ascensão social e estava ligado ao sentimento de pertencimento. Ser escolhido enquanto madrinha ou padrinho estaria atrelado a ser aceito. Seria como a aranha da teia pensada por Tim Ingold, para o qual separá-las “seria como separar a ave do ar ou o peixe da água: removidos dessas correntes eles estariam mortos”¹³. Não à toa, o compadrio como forma de sociabilidade fez parte das estratégias de resistência das mulheres indígenas.

A investigação sobre os povos indígenas do Brasil, até a década de 1980, foi, nas palavras de Simonne Teixeira, “uma crônica de sua extinção, ou melhor seria dizer, a crônica de um povo que teimava em não desaparecer”¹⁴. A descrição desses povos, desde o século XVI – cujos acontecimentos teriam contribuído para o epistemicídio – passaria de selvagens sem alma, para selvagens com alma – que, teoricamente, não poderiam ser escravizados¹⁵. No século XIX, com a independência, eles passaram a ser um dos povos que contribuíram para formar o miscigenado povo brasileiro¹⁶, a partir da metade do século seriam introduzidos na literatura romântica de José de Alencar como homens corajosos e belas mulheres¹⁷. No século XX, autores como Nelson de Senna vão se debruçar sobre os povos indígenas de Minas

¹² BRUGGUER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e patriarcalismo: relações familiares e de poder (São João del-Rei, 1780-1850). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *A província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 285-286. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, 2. ed., p. 20.

¹³ INGOLD, Tim. A malha. In: *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 113.

¹⁴ TEIXEIRA, Simonne. Estudo de História e Arqueologia: os índios puris da bacia inferior do vale do Paraíba do Sul. In: TAPIA, Pedro Canales; CASTILHO, Mariana Moreno (orgs.). *Los claroscuros del debate. Pueblos Indígenas, Colonialismo y Subalternidad en América del Sur. Siglos XX e XXI*. Santiago, Chile: Ariadna Ediciones, 2016, 1.ed., v. 01, p.136.

¹⁵ GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p.25,36.

¹⁶ MARTIUS, K.F.P von. *Op.cit.*.

¹⁷ ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959.

Gerais, mas ainda há o olhar estigmatizado para com os “gentios”, que eram “valentes selvagens”¹⁸. No atual século XXI, a micro história¹⁹ tem contribuído para o estudo das diversas realidades indígenas no período colonial e no Império brasileiro, tratando dos mais diversos temas e utilizando variadas fontes. Nesse sentido, os registros eclesiásticos, notadamente as atas de batismo, têm sido menos utilizado para povos originários se comparado aos negros escravizados²⁰, seu uso contribui para averiguar as relações estabelecidas entre indígenas e destes com brancos, negros e pardos, livres e escravizados.

A partir da investigação desses documentos pretende-se evidenciar tanto o epistemicídio narrado por Grosfoguel, quanto o etnocídio que o causou, atribuído aqui ao trabalho de catequização realizado concomitantemente à colonização da terra. Da mesma forma, pretende-se responder se as indígenas contraíam matrimônio, se viviam em possíveis concubinatos ou solteiras, se buscavam ascender socialmente através do parentesco espiritual²¹ e quem eram esses padrinhos e madrinhas, bem como tentar levantar hipóteses que justifiquem o não aparecimento de homens indígenas nas atas de batismo. Além disso, pretende-se investigar a relação com colonos e possíveis conflitos de terras, escravização e a atuação dos padres da região.

Desse modo, o primeiro capítulo irá delinear a ocupação do território de São José do Barroso, tendo em vista sesmarias recebidas por padres e a presença indígena na região durante o período colonial. Pretende-se contextualizar o início da catequização e dos batismos, pensando na atuação que párocos como Manoel Pires Farinho e Manoel de Bitencourt Godinho tinham na área do rio Turvo Limpo, bem como o possível prestígio e

¹⁸ SENNA, Nelson de. *Sobre ethnographia brasileira: principaes povos selvagens que tiveram seu “habitat” em território em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais / Revista do Arquivo Público Mineiro, 1937.

¹⁹ Segundo Robert Slenes, entre as décadas de 1950 e 1970 surgiram, nos Estados Unidos e na Europa, vozes até então às margens da sociedade que contribuíram para pensar as estruturas sociais e as visões de mundo sob outras perspectivas. Essas, por sua vez, contribuíram para “pensar grande a partir do pequeno” e, no Brasil, encontraram solo fértil no período de redemocratização na década de 1980. SLENES, Robert. Apresentação. In: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 3.ed.rev., 2013, p.16-19.

²⁰ CARRARA, Ângelo Alves; FREIRE, Jonis; MOYLE, Gabriela. Os registros paroquiais de batismo da Freguesia do Mártir São Manoel do Sertão do Rio Pomba e Peixe dos índios Cropós e Croatos, segunda metade do século XVIII. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012, p.280

²¹ O termo parentesco espiritual é usado por autores como Jonis Freire e Mateus Rezende de Andrade para se referir às famílias formadas a partir do sacramento do batismo. Ver: ANDRADE, Mateus Rezende de. *Op.cit.*; FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais – século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, 46, 2012.

favorecimento econômico, através não só das sesmarias como da posse de escravos e dos sobrenomes, uma vez que ambas as famílias parecem ter sido importantes na região estudada. A família Pires Farinho, por exemplo, esteve diretamente envolvida com a ocupação do sertão, desencadeando conflitos de terras com os quais também podem ter se envolvido os padres e fazendeiros. Antônio Gomes Cândido, dono de um dos engenhos de São José do Barroso, se envolveu em conflito com indígenas para assegurar o domínio de suas terras. A forma como esses imbróglis são solucionados revelam a quem era assegurada a posse da terra, quem tinha o apoio do governo colonial e o papel colonizador dos fazendeiros.

O segundo capítulo tratará das formas de se batizar no distrito, elucidando o cumprimento ou não da norma vigente, escolha da família espiritual, forma de escrita dos registros e se as informações apresentadas em cada um deles poderiam indicar grupos socialmente diferentes. Algumas datas desconstruídas indicam que os registros eram organizados posteriormente, às vezes anos depois, facilitando a perda de algumas informações ou assentos inteiros. O primeiro livro, que guarda os batismos de 1837 a 1861, já nos apresenta um problema, seu original não foi encontrado e o registro que tivemos acesso é uma cópia, feita em 1967. Diferente dos outros, o livro não possuía linhas para preencher livremente as informações, mas possuía três colunas, sendo a primeira com indicações do número do batismo e demais observações, a segunda com data do sacramento e de nascimento, pais, padrinhos e espaço para assinatura do pároco responsável, e uma terceira indicando que a vida do batizando deveria ser acompanhada, anotando a data e local de sua crisma e casamento.

Como se trata de uma cópia, os assentos não possuem assinatura, apenas o nome do responsável por realizar o sacramento. Da mesma forma, não há espaço para descrição do plantel ao qual um escravizado pertencia ou para anotar quando se tratava de uma criança natural. A cópia precisou ser adaptada, riscando algumas informações do modelo quando necessário, como a palavra “legítima”, e espremendo outras em um espaço apertado, como sobrenomes maiores ou o nome do senhor do escravizado. Por se tratar de uma cópia com modelo definido, realizada mais de cem anos após o primeiro assento, é preciso pensar nas condições em que estava o livro original, se ele permitia uma leitura correta das informações, no cuidado despendido pela pessoa – que não é informada – que teve o trabalho de passar os assentos a limpo e ler atentamente para não confundir as palavras escritas com outra gramática, que tratam de outro tempo. Poderia ela ter omitido alguma informação? Teria deixado algo escapar?

O terceiro capítulo irá analisar especificamente os registros que constam indígenas, todas pertencentes às etnias Croato e Coroadó, para os quais não aparecem homens. Supõe-se que as mulheres ainda não teriam sido batizadas justamente por serem descritas abertamente como “índia”. Mas também é possível indagar, caso elas tenham recebido o sacramento antes de seus filhos, porque teriam suas etnias descritas e de qual região migraram – uma vez que elas também não constam nos batismos de Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), que tiveram início em 1813. A partir da leitura dos registros e do cruzamento de fontes é possível supor que elas viviam em concubinatos e agregadas em fazendas; em alguns casos, a maior descrição no registro nos permite definir onde elas viviam. Em um caso específico, o nome da mãe se modifica à medida que ela tece relações nos batismos de seus filhos – sendo possível supor que essa prática teria sido adotada por outras mulheres.

Da mesma forma, será analisada a escolha de padrinhos e madrinhas, entre os quais se encontram livres e escravizados, donos de fazendas e pessoas, aparentemente, pobres. A maioria deles apadrinharam poucas crianças e não tratavam muitos negócios no distrito, uma vez que seus nomes pouco aparecem nos documentos cartoriais, em outros casos a vida dos padrinhos é um completo enigma. Também existem aqueles para os quais há muitas informações e é possível descrever posses, família e relações. Também trataremos, de forma breve, da vida dos batizados e da dificuldade de mapeá-los. A tentativa de acompanhar as mulheres e seus filhos nos registros revela os resultados obtidos ou não a partir da relação espiritual tecida no sacramento. Esse acompanhamento, no entanto, é dificultado por diversos fatores, entre os quais a ausência de sobrenome da criança batizada e da própria mãe, que por vezes é tratada apenas por sua etnia. Será analisado o que essas crianças conseguiram ou não a partir da relação com os padrinhos, se se mostraram contínuas e frutíferas e permitiram uma ascensão social, se garantiu algumas benesses ou nada produziu na vida do afilhado.

Por se tratar de mestrado profissional, se faz necessária uma discussão do uso prático desse trabalho em sala de aula – uma vez que essa é a minha profissão. O Capítulo 4 dará conta de uma rápida exposição sobre a importância do uso de documentos escritos e orais nas escolas para abordar a história local e aproximar os conteúdos dos materiais didáticos às realidades vivenciadas por estudantes e suas famílias. Aliada à ideia de reconhecimento e pertencimento à História, está o desenvolvimento desse trabalho, uma vez que um dos desafios apresentados foi o distanciamento dos sujeitos analisados ao se descobrir que dois deles – Anna Lopes de Jesus e Manoel Correia de Queiroz – eram meus ascendentes diretos. Da mesma forma, abordará a contribuição do estudo sobre indígenas para se pensar o patrimônio local, como ele é entendido e os avanços a serem feitos. Tais questões tangenciam

a lei 11.645/08, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) e obriga o ensino dos povos afro-brasileiros e indígenas não só nas disciplinas das Ciências Humanas, mas em todo currículo escolar. Para além do entendimento das relações estabelecidas por mulheres indígenas em São José do Barroso no século XIX, se torna possível compreender as histórias do presente e seus silenciamentos.

Em todos os capítulos deste trabalho a discussão é permeada por um debate decolonial que se estrutura a partir de intelectuais indígenas como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Cristine Takuá, e também de não indígenas como Laurajane Smith, Ramón Grosfoguel, Michel-Rolph Trouillot, Robert Slenes e John Manuel Monteiro. Tal perspectiva se apresenta desde a análise dos documentos à escolha da bibliografia, bem como na tentativa de escrever sobre as mulheres indígenas retirando-as do obscuro lugar do esquecimento, especialmente das que viveram em São José do Barroso. Investigar as relações tecidas por elas é reconhecer que elas agenciavam suas vidas e suas escolhas, diante da condição de inferioridade que lhes era imposta. Ainda que os documentos não nos permitam traçar condições favoráveis em relação à trajetória dessas mulheres, revelam as complexas experiências e estratégias entre as nove indígenas que viveram no distrito ao longo do século XIX.

CAPÍTULO 1: O DESBRAVAMENTO DO SERTÃO SOBRE AS TRILHAS INDÍGENAS

Ao falarmos de desbravamento, logo pensamos nos grandes homens que realizaram o grande feito de abrir caminhos nas matas. Mas nas histórias construídas nas Minas Gerais do século XIX, muito mais que a importância positivista dada a esses personagens, foram as estratégias corriqueiras de um povo há muito silenciado que abriram as “picadas” na mata. Essa mata era o sertão, cujo conceito é entendido por Romilda Alves e Maria Regina Celestino de Almeida em uma concepção colonial, como espaço desordenado e não humanizado, passível de ocupação e administração²². Complementando esse raciocínio, Vitória Schettini afirma que

Por seu isolamento, seria um lugar desumanizado, incivilizado e inculto. Parecia então um lugar estranho, habitado por quem não participava da lógica da colonização: índios, aventureiros, preadores de índios, caçadores e coletores, posseiros brancos pobres, mestiços, quilombolas e negros livres. Não significa ser um espaço literalmente desabitado, mas ausentes da civilização e de atividades voltadas para o mercado.^(sic)²³

Para melhor compreender o aparecimento de mulheres indígenas em atas de batismo do século XIX, faz-se necessário entender o contexto em que tal acontecimento se insere, bem como sua localidade, para se dar conta de que, mesmo antes de aparecer nas documentações, elas sempre estiveram presentes nesse espaço. O conceito de sertão tratado acima pelas autoras fica evidente não só nos documentos analisados, a exemplo do pedido de sesmaria feito por Antônio Gomes Cândido, como nos relatos de Spix e Martius que, ao percorrerem a região em 1818, descreviam uma aventura:

[...] ainda antes de alcançarmos a serra de São Geraldo ou de São José. Num espesso cerrado, passamos junto de uma choça de índio, de onde uma velhota nua [...] lhe dirigiu umas palavras. [...] Em seguida, subimos rápidos pela encosta da montanha a fim de alcançarmos na direção N.O. o pequeno arraial de São José Barbosa para ali pernoitar. No dia seguinte, levou-nos o caminho, sempre dentro do mato fechado, até Sítio, uma importante fábrica de açúcar, onde se fazia especialmente rapadura, a qual, no interior, é usada em geral para adoçar a água. No pequeno povoado de

²² ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 46. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial – novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000, p. 61-62.

²³ ANDRADE, Vitória Schettini. *Op. Cit.*, p. 20.

Santa Rita, estavam para nós acabados todos os perigos, e podíamos contentes voltar aos campos e viajar entre caras mais humanas.²⁴

O trecho deixa clara a ideia de lugar estranho, desordenado e quase desabitado não fosse pelas pessoas de rostos pouco humanos. O sertão, de mata fechada e diversa, teria fim onde os campos tinham início, representando o espaço administrado, área aberta que permitia a vigília e o controle. Esse lugar inculto foi o palco de conflitos que desencadearam a migração forçada de alguns povos e é a partir das tensões que se dão nesse espaço hostil que as indígenas buscam o sacramento como forma de resistência, e também por isso elas racionalizam suas escolhas na pia batismal para se inserir na sociedade colonizada. O relato de Spix e Martius é particularmente importante para a história de São José do Barroso²⁵ – e concomitantemente, de Paula Cândido – pois descreve a forte presença indígena nos morros de matas fechadas que circundavam o pequeno arraial. Economicamente, eles inserem esse lugar no mapa ao relatarem uma importante fazenda produtora de açúcar. Ou seja, os alemães, ao colocarem São José do Barroso em sua rota, o colocaram também no caminho do desbravamento – ou melhor, da história desse.

São José do Barroso, tendo surgido como arraial ao final do XVIII, foi distrito de São João Batista do Presídio (mais tarde, Visconde do Rio Branco) e Ubá. O lugarejo, bem como o Turvo Limpo, se insere no chamado Sertão do Leste, que abriga o Rio Doce e o Rio Pomba, dois importantes cursos fluviais no processo de ocupação do território. De acordo com Alves, além dos rios, a ocupação da Zona da Mata teria ocorrido a partir das rotas criadas por indígenas e dos presídios, “junto a eles criavam-se aldeamentos de índios, demarcavam-se terras e fundavam-se arraiais e freguesias”²⁶. Essa dinâmica de ocupação, além de propiciar uma economia diversificada sobre as terras agricultáveis, teve fazendas e igrejas como fundadoras de novos assentamentos e *locus* do poder administrativo, respectivamente, especialmente à medida que se adentrava mais para o interior.

Apesar de ser uma área heterogênea em sua ocupação e economia, como apontam autores como Romilda Alves e Ângelo Alves Carrara, esse último adotou a divisão da Zona da Mata mineira em “três sub-regiões: norte, central e sul”, em que podemos perceber a inserção de São José do Barroso na

²⁴ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. Cit.*, p.318.

²⁵ Escrito erroneamente como São José Barbosa pelos viajantes em questão.

²⁶ ALVES, Romilda Oliveira. *Op.Cit.*, p .35,47.

Zona da Mata central, constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o vale do rio Doce [...]. Os municípios que dela participavam (Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras), tinham mais de 40% da superfície aproveitável ocupada por lavouras, com média de 34 habitantes por km², a mais alta de toda a região.²⁷

É importante frisar que essa divisão se dá tendo em vista o desenvolvimento econômico; todas as formas de dividir o território que encontramos nos estudos sobre o século XIX – e até antes dele – não levam em conta a percepção dos indígenas. O atual município de Paula Cândido faz divisa com Ubá, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino e Viçosa – que dividiria a área central com a norte da Zona da Mata. Além da proximidade geográfica, é possível perceber através dos documentos a estreita relação econômica que havia entre essas regiões.

Muito mais que dividir, ocupar e (re)nomear as diversas áreas das Minas Gerais, os colonizadores estavam adentrando um território que já tinha morador. Por isso, quando se fala em ocupação, ela se dá por parte de quem? Os primeiros ocupantes – ou pelo menos aqueles que chegaram antes dos colonizadores – dessa vasta região conhecida por Zona da Mata mineira teriam sido os Goitacazes²⁸, que teriam saído de regiões litorâneas do Rio de Janeiro para se proteger das violentas incursões dos sertanistas. Sua origem nessas paragens se confunde com a dos Coroados e Puri, povos tido como inimigos. Aristides Pompeu reproduz a ideia de que Coroados eram descendentes de Goitacazes, e que esses eram diferentes dos Coropós, que seriam descendentes dos Tapuias, assim como os Puri. O mesmo autor afirma que em 1630 teria se dado o último combate entre Coroados e os primeiros donatários e que esses, por fim, teriam retirado dos indígenas “sua ferocidade primitiva”²⁹. Sabe-se que Coroados, Puri e Goitacá estavam incluídos no binômio Tapuia, que se diferenciava do Tupi por serem pouco conhecidos por europeus, era a “antítese da sociedade tupi, sendo, portanto, projetada em termos negativos”³⁰. Além disso, a documentação reforça a ideia de inimizade

²⁷ CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuições para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Núcleo de História Econômica e Demográfica, UFOP, Séria Estudos – 2, Mariana, 1999, p.13.

²⁸ AGUIAR, José Otávio. *Quem eram os índios Puri-Coroados da mata central de Minas Gerais no início do oitocentos?* Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). Goiás: *Revista Mosaico*, v.4, n.2, 2010. p.204.

²⁹ POMPEU, Aristides. *Op.cit.* p. 29, 31.

³⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. Cit.*, p. 29. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2. Ed., 2022.p. 23.

entre Puri e Coroadó, uma vez que os primeiros aparecem apenas nas atas de batismo de Santa Rita do Turvo, e o segundo somente aparece nas atas de São José do Barroso.

Confusões à parte, a partir de trabalhos mais recentes podemos perceber a presença de Coroadó em outras regiões do Brasil. Tratando da percepção de viajantes sobre mulheres indígenas no Mato Grosso, Márcia Campos trás relatos sobre os Coroadó daquela região que eram “‘carníficeiros’ e causadores de horríveis estragos aos moradores mais isolados”³¹, temidos do sertão de Goiás e Mato Grosso³². Silvana Jeha nos conta sobre o agrupamento de diversas etnias indígenas de Guarapuava, ao sul da capitania de São Paulo, primeiro sob o etnomio Guarani, depois Coroadó, por usarem o cabelo curto ou tonsurado, e, finalmente, foram designados como Kaingang³³. Almeida fala dos aldeamentos criados para Coroadó no Rio de Janeiro³⁴. Certamente, o que conhecemos hoje por Coroadó era a formação de diferentes povos que habitavam não só o sudeste, mas o centro-oeste e o sul do Brasil, sendo muitas vezes pejorativamente nomeados por seus inimigos indígenas ou portugueses.

Os Coroadó e Puri da Zona da Mata mineira eram percebidos em suas semelhanças por viajantes do século XIX e por historiadores contemporâneos, como José Otávio Aguiar, que afirma a característica guerreira desses grupos, sua desconfiança em relação aos colonizadores e suas crenças arraigadas que dificultavam a catequizaçã³⁵. Nos mais diferentes relatos é difícil compreender o que diferenciava cada grupo étnico, bem como estabelecer o período de sua chegada. Sabe-se que ambos tinham modo de vida seminômade, preferindo se instalar “onde amadurecem frutas novas, onde mais abundante é a caça”³⁶, e plantavam alguns alimentos como milho, batata e mandioca. Apesar de sentenciar que os indígenas não tinham história nem tradições é isso que os viajantes registram, e apesar de negar a capacidade intelectual, é nos conhecimentos dos Coroadó que eles se apoiam para perscrutar a mata.

³¹ CAMPOS, Márcia. *As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso, século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012, p. 97

³² CAMPOS, Márcia. *Op.cit*, p.148

³³ JEHA, Silvana Cassab. *O padre, o militar e os índios- Chagas Lima e Guido Marlière: civilizadores de botocudos e kaingangs nos sertões de Minas Gerais e São Paulo, século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 30.

³⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. Cit*.

³⁵ AGUIAR, José Otávio. *Op cit*.

³⁶ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. Cit*. p. 308.

A história do desbravamento do sertão tem origem no mito do Sabarabuçu³⁷ e na procura por mão de obra indígena, que fez com que sertanistas adentrassem a região. Ao final do século XVIII, o sertão do leste – até então área proibida – ganha intensa movimentação de vadios, aos quais “o governo forneceu mantimentos, vestuários e ferramentas de lavoura e mineração”³⁸. Certamente nem todos tinham o suporte da Coroa portuguesa ou do governo da capitania para realizar a expedição, alguns “jovens que partiram em busca de cativos recebiam ajuda de custo de seus pais ou sogros”³⁹. Muitos deles adentraram o sertão ainda no século XVII para aprisionar indígenas, como é o caso do paulista Antônio Rodrigues Arzão, membro de uma grande família produtora de trigo, que teria percorrido a região do rio Casca, próxima ao rio Turvo Limpo, em 1693⁴⁰.

A atividade mineradora causou efervescência econômica e social, mas Sérgio da Mata aponta para a superação da historiografia em relação aos ciclos econômicos de Minas Gerais e relembra que “a sociedade pós-mineradora não experimentou um refluxo econômico e muito menos demográfico”⁴¹. Já se sabe que a economia mineira era composta de outros produtos, cada vez mais diversificados. O estudo de Márcio Xavier Corrêa sobre a extração da poaia no leste de Minas Gerais no século XIX demonstra essa diversidade, uma vez que, para além da raiz, havia produção e exportação de cavalos, gado vacum, queijos, toucinho, produtos manufaturados do fumo e do algodão, sabão, azeite de mamona, marmelada, chicotes e freios⁴². Boa parte desses produtos era enviada para a Vila de São Salvador. A noção que ainda precisa ser superada, especialmente dentro das escolas, é o propagado sumiço dos indígenas tempos após a chegada dos portugueses e seus descendentes; primeiro são generalizados como Tupi (e, nos livros didáticos, ainda são), são escravizados ou usados

³⁷ A ocupação dos sertões que viriam a ser Minas Gerais teria sido pensada desde o início da colonização portuguesa devido aos mitos que falavam sobre “montanha reluzente repleta de ouro e outras preciosidades”. ANDRADE, Matheus Rezende. Do lugar ao território: uma análise da formação histórica dos vales do Rio Piranga e Xopotó (Minas Gerais, 1694-1800). *Diálogos*, v.21, n.3, 2017, p.180.

³⁸ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. *Fronteiras*, Dourados, MS, v.10, n.17, jan/jun 2008, p. 76.

³⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Op.cit.* p. 106.

⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Op.cit.* p.127. COSTA, Fernando A. Alves da. Riqueza e escravidão em uma localidade da Zona da Mata Mineira – Santa Rita do Turvo 1850 /59. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*, vol. 8, n.15, jul-dez, 2013, p.31.

⁴¹ MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII – XIX*. Berlin: Wiss, Verl, Berlin, 2002, p. 22

⁴² CORRÊA, Márcio Xavier. *Memória sobre a economia extrativa da poaia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.p.79,86.

como peças em um jogo de interesses europeus e depois morrem por doenças, por guerras ou ainda, sob uso da força, se integram à sociedade colonial e imperial. De fato, as doenças e as guerras ceifaram muitas vidas indígenas, mas não foram suficientes para dar fim às etnias que viviam na região. Sobre as trocas culturais que passaram a existir no contato entre indígenas e colonizadores, Maria Regina Celestino de Almeida afirma que

A conquista e a colonização constituíam também histórias daqueles índios que as vivenciavam, dando-lhes significados próprios, a partir dos referenciais de suas tradições, que por sua vez iam se modificando de acordo com suas experiências de vida e de contato.⁴³

Nesse sentido, é preciso superar a ideia de que os grupos indígenas enxergavam duas possibilidades nesse contato: ser passivo e ceder à cultura do outro *versus* ser inimigo e se esconder no interior das matas. A sociedade que surgia era pensada, sobretudo, por brancos colonizadores, mas com contribuição cultural e política dos indígenas – em que se incluem as mulheres. Sobre a contribuição feminina, John Manuel Monteiro afirma que, desde os primórdios da colonização paulista, havia preferência pelo trabalho de mulheres indígenas nas fazendas, uma vez que elas detinham os conhecimentos agrícolas. Eram as mulheres – indígenas, negras e brancas – que ficavam nas propriedades enquanto os homens desenvolviam ações colonizadora e comercial, adentrando os sertões a partir das trilhas indígenas e carregando mercadorias para os portos⁴⁴. Ainda que tenham contribuído para o processo, as pesquisas históricas têm dado preferência pela investigação das atividades masculinas de modo geral, poucas ou nenhuma se dedicam a elucidar a contribuição das mulheres indígenas na colônia e no império.

Os documentos de São José do Barroso e região e os recentes estudos sobre os povos indígenas da Zona da Mata mineira têm nos apresentado caminhos não tão dicotômicos, em que eles são agentes históricos que, se apropriando ou não das linguagens coloniais de poder, traçaram seu próprio caminho. Nesse sentido, tendo em vista o aparecimento de uma mulher Coroadó escravizada, bem como o não aparecimento de homens indígenas é possível levantar questões tais como se essa localidade constituiu um aldeamento antes de se tornar um arraial, como os colonos se apropriaram desse território, se houve conflitos com os indígenas e como eles teriam sido resolvidos. Do mesmo modo, é possível pensar na atuação de representantes

⁴³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial – novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000, p.35.

⁴⁴ MONTEIRO, John Manuel. *Op.cit.* p.146.

da Igreja Católica, que adentravam o sertão junto com sertanistas com o objetivo de catequizar os indígenas, contribuindo para a liberação de um território que, apesar do que a historiografia apregoeou, estava densamente povoado.

1.1 A região do rio Turvo Limpo e sua ocupação por não indígenas

Desde os primórdios da colonização os rios foram importantes para localização, locomoção e permanência. De acordo com Espíndola, as serras e rios dificultavam o acesso ao interior do sertão formando um bloqueio natural, à exceção do Rio Doce, que penetrava “profundamente no território mineiro e cujos afluentes da margem esquerda poderiam dar acesso aos principais caminhos terrestres e à maior parte das vilas mineradoras”⁴⁵. O rio Turvo Limpo, a partir do qual é possível analisar a região no final do século XVIII e início do XIX, nasce na Serra da Mantiqueira, em Paula Cândido, e em algumas localidades suas margens servem de fronteira entre municípios⁴⁶. É formado por pequenos córregos, como o Macuco e o Santo Antônio, e pelo rio Turvo Sujo, que nasce em Viçosa (antiga Santa Rita do Turvo) e deságua em sua margem direita nas proximidades de Guaraciaba (anteriormente chamada de Barra do Bacalhau). É afluente do rio Piranga, que nas documentações dos séculos XVIII e XIX é tratado também como Guarapiranga, cuja cidade homônima foi ponto crucial na expansão da fronteira entre a região mineradora e o sertão.

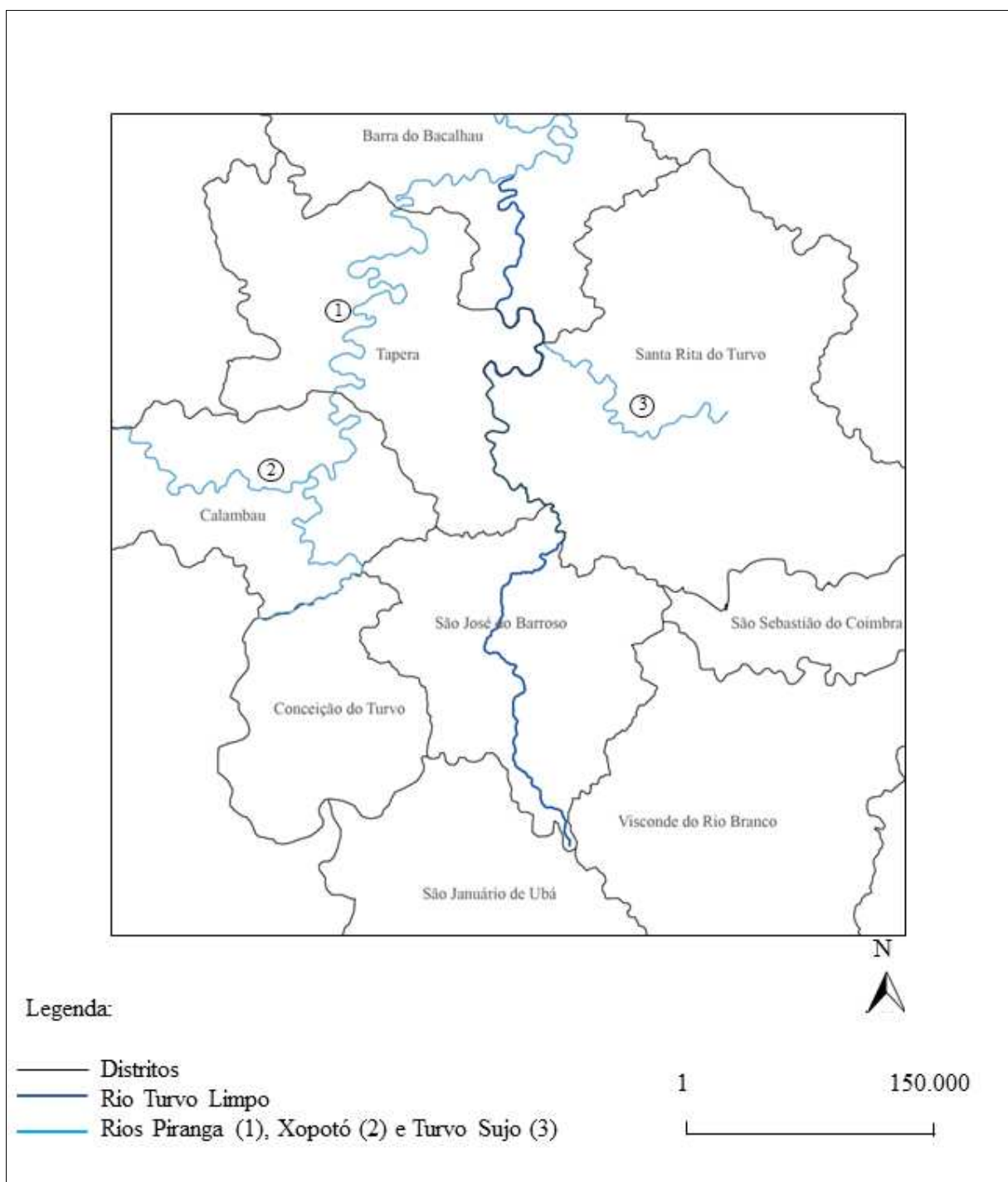
O mapa abaixo mostra a posição do Turvo Limpo em relação a esses rios, que foram importantes para exploração da região por colonizadores. Ele foi construído tendo como base os documentos analisados do século XIX e o Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de Waldemar de Almeida Barbosa⁴⁷, que permitiu traçar os limites entre os distritos banhados por esses cursos d’água. Dessa forma, além da posição dos rios podemos perceber a mudança nas fronteiras do distrito, que tinha a região da Fazenda Santa Rosa, que hoje pertence a São Geraldo, entre seus limites, ao contrário da Fazenda do Macuco, que ainda não pertencia a São José do Barroso.

⁴⁵ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Op.cit.* p. 70.

⁴⁶ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op, cit.* p. 24.

⁴⁷ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Saterb, 1971, p.207, 350, 362, 378- 380, 386, 452, 483, 523, 536, 539.

Mapa 1- Localização do rio Turvo Limpo, Bacia do rio Piranga.



Fonte: IGAM e Mapa Hidrográfico de Paula Cândido

Dimensionar o rio é importante para compreender a apropriação de terras que se deu no crepúsculo do sertão. O Turvo Limpo é um rio que corre para além dos limites de São José do Barroso e, apesar de não ser estático e fluir de acordo com os tempos de cheia, não é navegável, ao contrário dos rios Piranga e Doce. Esse último, como já mencionado, foi o que

facilitou a penetração na região da mata mineira⁴⁸. É também a partir dos rios que se dá a busca por ouro, que atraiu sertanistas como Antônio Rodrigues Arzão, que chegou ao rio Casca. Além dele, Francisco Barroso Pereira seria, segundo Pompeu, o primeiro sertanista que teria vindo para as bandas do Xopotó em meio à “febre do ouro” e teria sido o primeiro colonizador da região.

Mencionando um documento de sesmaria do qual não cita a referência, mas que considera a “certidão de nascimento de Paula Cândido”, Aristides Pompeu afirma que o primeiro a receber terras na margem do Turvo Limpo teria sido José Gomes Barroso. Mais adiante, porém, ele expõe que o documento cita Barra do Bacalhau. Portanto, a sesmaria referida como a semente da qual brotaria o arraial não estaria em São José do Barroso, mas mais cima, onde o Turvo Limpo desemboca no rio Piranga. Receberam terras nessas margens e, possivelmente, próximo a São José do Barroso, Antônio Luzia Mendes (1789) e Manoel Rodrigues Airão (1769)⁴⁹ – cujo sobrenome reaparece nas atas de batismo analisadas e nos documentos cartoriais, havendo a hipótese de que a família seria dona da Fazenda dos Ayrões, que se tornou o atual distrito de Airões.

Percorreram também essa região Brás Pires Farinho, que teria explorado os rios Piranga e Xopotó⁵⁰, e seus filhos, Francisco e Manuel Pires Farinho, responsáveis por levar o Padre Manoel de Jesus Maria ao local onde teria início a Freguesia de Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe⁵¹. De acordo com Natália Castro, “em 1757, o capitão Francisco Pires Farinho conseguiu se aproximar dos Índios Coropós e Coroados, habitantes da região do Rio Pomba, possibilitando a criação da freguesia”⁵². Apesar de não mencionar a forma como ele teria conseguido tal aproximação é possível supor que nem sempre foram usados meios pacíficos. A esse respeito, Maria Leônia Resende e Hal Langfur mencionam uma expedição não autorizada realizada por Manuel Pires Farinho, em que ele teria atacado “um grupo dos Puri e matando 10 deles”⁵³.

⁴⁸ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Op.cit.* p.70

⁴⁹ Catálogos de Sesmarias, Casa Setecentista. 1º e 2º Ofício.

⁵⁰ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op.cit.* p. 53.

⁵¹ CASTRO, Natália Paganini P. de Faria. *OP. Cit.*p.87.

⁵² *Idem.* p.18-19.

⁵³ RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos índios no sertões e nas vilas de El-Rey. *Revista Tempo*, Niterói, 2007, p. 13.

A partir da segunda metade do século XVIII, o termo de Mariana começa a expandir sua área explorada e São José do Barroso aparece como um dos arraiais subordinados à Freguesia de Mártir São Manoel do Rio Pomba⁵⁴. As sesmarias nessa região começaram a ser distribuídas a partir da década de 1760, a grande maioria para homens⁵⁵. Os posseiros que recebiam a terra tinham a função colonizadora de garantir o domínio daquela região, e o faziam especialmente através da agricultura, ainda que nessa região, tenha se encontrado alguma quantidade de ouro⁵⁶. Sérgio da Mata aponta que, na fundação da Freguesia do Pomba, além da extração da ipecacuanha (poaia), feita por indígenas, “criavam-se suínos, plantava-se milho, feijão, café e cana-de-açúcar”⁵⁷.

De acordo com Fernando Lamas, entre os sesmeiros da região do rio Turvo estava o Padre Martinho Pires Farinho, que possuía “terras de plantar e minerar, uma fábrica de roda mineral aparelhada, uns gados, porcos, cavalos, ferramentas”⁵⁸. O pároco teria sido responsável pela catequização de indígenas da região, entre os quais estava um filho do coroado Leandro Francisco Pires Farinho, que vivia na Aldeia do Ribeirão Turvo⁵⁹. Se não é possível ter certeza da localização de tal aldeia, ela não deveria ficar longe de onde se erigiu o arraial e posteriormente distrito de São José do Barroso, o que nos permite inferir que muitos indígenas dessa região foram batizados ainda no final do século XVIII.

É possível afirmar que adentrar nos sertões foi um empreendimento rentoso para a família Farinho, cujo filho mais novo, Martinho⁶⁰, além de certamente possuir prestígio por sua posição, teve, assim como os irmãos e o pai, papel fundamental na conquista da região do Turvo Limpo, fundamentando o poder do Estado e da Igreja – o que, ao inferir pelas atas de batismo do distrito de São José do Barroso, não teria passado por grandes obstáculos, dado o pouco número de indígenas não batizados no século XIX⁶¹. Nos livros de batismo encontramos descendentes da família Farinho, que podem ser parentes do indígena Leandro

⁵⁴ CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop, 2012.p.39

⁵⁵ Catálogos de Sesmarias, Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º Ofício.

⁵⁶ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op.cit.* p. 166. CASTRO, Natália Paganini P. de Faria. *Op. Cit.* p.114.

⁵⁷ DA MATA, Sérgio. *Op. Cit.* p. 184.

⁵⁸ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op.cit.* p. 60, 137.

⁵⁹ CASTRO, Natália Paganini P. de Faria. *Op. Cit.* p.110.

⁶⁰ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op.cit.* p. 179.

⁶¹ Esse número se refere às mulheres indígenas que não teriam recebido o batismo. Para além delas, não havia indígenas declarados no distrito de São José do Barroso.

Francisco e nos levam, mais uma vez, à hipótese que a Aldeia do Turvo não ficava longe de São José do Barroso e que toda a região colheu os frutos da política territorial que lidava com os indígenas nesse período.

No estudo de Castro, que contou com a análise do relato de viagem de Georg Wilhelm Freirreys, percebemos a presença de várias aldeias nas proximidades do rio Turvo Limpo, tais como Aldeia de Ubá, Aldeia da Pomba, Aldeia das Dores, Aldeia do Ribeirão Turvo, que ficaria próximo à Capela do Calambau, e Aldeia do Xopotó⁶². Tais localidades, no entanto, não eram formadas por livre arbítrio dos indígenas, mas aldeamentos criados para agrupar indígenas aliados e que aceitassem a catequização, proporcionando a liberação do território para que colonos se assentassem com certa segurança. Prática adotada desde o início da colonização, os aldeamentos deveriam ser criados perto de “núcleos portugueses, onde sob a administração espiritual e temporal dos jesuítas tornar-se-iam súditos cristãos para garantir e expandir as fronteiras portuguesas na colônia”⁶³. Fazendo as devidas adaptações ao longo do tempo e de acordo com espaço em que se instauravam, essa política, como já visto, se fez presente na região do Turvo Limpo. É preciso ressaltar, entretanto, que nenhuma fonte aponta para o fato de que São José do Barroso teria sido um desses aldeamentos antes de se tornar distrito.

No Arquivo Público Mineiro encontramos documentação referente à demarcação de terras na região que nos interessa analisar. Uma delas é o pedido de sesmaria feito pelo Alferes Antônio Gomes Cândido⁶⁴, que dizia “ter escravos, e precisa[r] de terras para sua sustentação”; essas se situavam no ribeirão do Macuco e estariam devolutas. No documento, datado de outubro de 1812, consta ainda que as referidas terras estavam distantes dos limites da capitania, não eram cultivadas por outras pessoas e que o suplicante ainda não teria recebido sesmarias. No entanto, a busca por outros membros da família mostra a manobra realizada pelo alferes para conseguir mais terras em nome de outrem. Exemplo disso é a sesmaria de Francisco de Paula Cândido, requerida um mês depois:

[...] na paragem da nova estrada que vai do Presídio de S. João Batista para S. Fidelis, Termo de Mariana se acham terras devolutas, quer o sup^e, que V. Ex.^{ca} lhe conceda uma sesmaria de terras no Ribeirão do Macuco, que desagua no rio da

⁶² CASTRO, Natália Paganini P. de Faria. *Op. Cit.* p. 83, 82, 110, 117.

⁶³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op.cit.* p.43.

⁶⁴ Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (seção Colonial). SG-CX.87-DOC.24

Pomba, confrontando pela parte de baixo com as terras da sesmaria concedida a D. Anna Rosa Umbelina, e pelos lados com o sertão.⁶⁵

O trecho mostra que Anna Rosa Umbelina, esposa de Antônio Gomes Cândido, também fez parte da manobra para aumentar suas posses, uma vez que também foi pedida sesmaria em seu nome no mês de outubro⁶⁶. Os documentos não indicam que eles já estariam cultivando as terras quando fizeram o pedido, mas indica que o alferes estaria tentando expandi-las dentro dos meios legais⁶⁷, ainda que para isso estivesse usando o nome de seu filho que sequer havia saído da primeira infância – já que Francisco de Paula Cândido havia nascido em 1805, em Guarapiranga⁶⁸, demonstrando a migração de seus pais para o interior após seu nascimento. A tentativa de enriquecer adentrando os sertões não foi utilizada apenas pela família Gomes Cândido, Fernando Lamas, ao abordar sobre a família Pires Farinho, mencionada anteriormente, mostra que esse era um recurso comum a partir da segunda metade do século XVIII com a diminuição aurífera na região mineradora. No pedido de sesmarias, o requerente devia comprovar que possuía recursos para ocupar e se manter na terra⁶⁹, por isso em todos os requerimentos Antônio Gomes Cândido e seus parentes afirmavam possuir escravos. O fato de conseguirem as terras comprova o recurso, uma vez que a demarcação era um processo dispendioso.

Em lista nominal realizada em 1831 por Francisco de Paula Silveira⁷⁰, Antônio Gomes Cândido, já com 70 anos, aparece como Capitão vivendo com sua esposa, de mesma idade, e mais 4 jovens – aparentemente seus filhos mais novos – além de 10 escravizados. Entre os cativos, três estavam em idade avançada, sendo um deles, José, de 50 anos, africano. O mesmo documento indica que o Capitão havia, de fato, prosperado, uma vez que sua propriedade abrigava um dos engenhos do distrito que, além da cana-de-açúcar, também produzia milho, feijão, arroz, mamona, algodão, café e fumo, não à toa, Cândido aparece

⁶⁵ Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (seção Colonial). SG-CX.87-DOC.17

⁶⁶ Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (seção Colonial).SG-CX.87-DOC.18

⁶⁷ A partir de 1754, uma determinação real estabelecia limites para a doação de sesmarias para que a mesma pessoa não recebesse mais de uma. LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op.cit.* p 86.

⁶⁸ __ Dicionário Histórico- Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Cândido, Francisco de Paula. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/canfranpa.htm>. Acessado em 09/02/2023.

⁶⁹ De acordo com Romilda Alves, apesar de sofrer algumas modificações, a Lei de Sesmarias “manteve seu princípio básico, que era a obrigação de cultivo e aproveitamento da terra”, objetivando ocupar o território. ALVES, Romilda Oliveira. *Op. Cit.*, p.89

⁷⁰ Arquivo Público Mineiro. Coleção Mapas de População. MP-CX.02-DOC.22

como lavrador. Outro indicador das dimensões de sua propriedade e produção é a participação nas exportações de gado vacum no ano de 1827⁷¹. Seus filhos mais velhos, Antônio Gomes Cândido e Francisco de Paula Cândido, se aproveitaram do enriquecimento da família. O primeiro se tornou bacharel e atuou como deputado da província de Minas Gerais, falecendo no começo de 1850⁷². Em seu testamento, feito junto com o de sua mulher Maria Angélica, deixava escravizados, animais, uma casa na cidade de Mariana, chácara, apólices da dívida pública e móveis como espelhos, lavatório, cama e mesa⁷³. O segundo se formou na França, atuou como médico sanitaria e também foi eleito deputado pela província mineira⁷⁴. O fato de ter passado parte de sua infância na região do Macuco e ter atuado durante o Império, fez com que seu sobrenome fosse escolhido para nomear o atual município de Paula Cândido.

O progresso adquirido a partir da posse de terras do sertão, anteriormente ocupado apenas por indígenas, teve seu preço. Poucos anos após solicitar sesmarias, Antônio Gomes Cândido teve sua fazenda invadida por indígenas Puri⁷⁵, a princípio em um grupo de vinte, que teriam sido alimentados; “a satisfação com que se achavam aquartelados estes índios” teria sido motivo para chamarem outros tantos. O grupo que chegava era muito maior, somando quinhentos Puri que não se mostraram satisfeitos apenas com os mantimentos oferecidos pelo fazendeiro e começaram a destruir as plantações, arrombar os paióis e matar os animais que eram criados no terreiro. O mesmo documento demonstra, no entanto, que o motivo da invasão teria sido “por culpa de um português da fazenda do suplicante que, imprudentemente deu bofetões em um puri”. A solução teria sido o envio de uma “forte patrulha de cavalaria auxiliar e índios mansos” até a fazenda para levar os indígenas para seu respectivo aldeamento. Os índios mansos citados poderiam ser da etnia Coroados, uma vez que esses eram inimigos dos Puri e usados para combatê-los. Lamas, se referindo aos conflitos entre essas etnias no vale do rio Pomba, afirma que “a relativa aceitação, ao menos no início,

⁷¹ CORRÊA, Márcio Xavier. *Op. Cit.* p.126.

⁷² DELAMARQUE, Elizabete Vianna. *Junta Central de Higiene Pública: vigilância e polícia sanitária (antecedentes e principais debates)*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.p.169.

⁷³ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Inventário de Antônio Gomes Cândido (1850). 1º ofício, código 72, auto 1520.

⁷⁴ Sobre a atuação de Francisco de Paula Cândido ver: POMPEU, Aristides. *A Verdadeira História de Paula Cândido*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, s/d, p. 49. SENNA, Nelson de. *Um Mineiro Ilustre – Conselheiro Francisco de Paula Cândido*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Revista do Arquivo Público Mineiro, ano 2, 1897. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 2017.p.73

⁷⁵ Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (seção Colonial). SG-CX.101-DOC.25

da presença dos colonizadores pode ser encarada como uma forma de se aliar a um grupo visivelmente mais poderoso que aquele com quem disputavam a terra”⁷⁶.

Os trechos citados nos permitem colocar os indígenas na posição de sujeito histórico, lugar tão negado a esses povos, pois de acordo com Manuela Carneiro

Imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos⁷⁷.

A invasão mencionada tira o indígena da postura de vítima e o coloca como indivíduo que tomava decisões e que agia com violência – às vezes respondendo à ações violentas, como no documento citado. Da mesma forma, permite refletir sobre a garantia da posse dos fazendeiros, podendo contar com apoio militar especialmente em conflitos com etnias que, aparentemente, não aceitavam a catequização tão bem quanto outras. Ao contrário dos colonos, os indígenas não tinham seu direito à terra reconhecidos, ainda que o

regimento das missões de 1845 reconheça o direito de posse das terras pelos índios, não se estende aos índios selvagens sendo tal registro atrelado aos moldes do aldeamento. Desta forma, o direito à terra não provinha da condição de primeiro ocupante, mas estava centralizada em torno do Governo Imperial, e para ter direito a elas era necessário pertencer a esta sociedade.⁷⁸

Assim, surgiriam algumas “vantagens” em aceitar ser civilizado, já que se não aceitasse a catequese, além de não ter o direito de pleitear a terra, o indígena poderia ser escravizado⁷⁹. O recolhimento dos indígenas ao aldeamento mostra a necessidade de mantê-los vigiados por colonos e por seus Diretores e mesmo esse espaço destinado a eles deveria ser extinto com o tempo, mas, de acordo com Almeida, “respeitando-se os direitos dos índios, enquanto eles fossem considerados como tais”. Especialmente no século XIX a controversa caracterização étnica do indígena passava por manter seus direitos ou perde-los, caso fosse considerado mestiço⁸⁰, ou seja, para ter algum direito, o indígena precisava aceitar a

⁷⁶ LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op.cit.* p. 152.

⁷⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 1.ed., 2012, p.12.

⁷⁸ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Op. Cit.*, p.29.

⁷⁹ *Idem.* p.30.

⁸⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, São Paulo, v.1, n.2, p. 30,32.

catequização e viver em um aldeamento, se fosse considerado “selvagem” ou se já estivesse completamente inserido na sociedade colonial, perdia as poucas garantias que lhe eram destinadas.

Em 1819, dois anos depois da invasão à fazenda de Antônio Gomes Cândido, uma terra teria sido demarcada para os Puri que viviam na região do ribeirão Robinson Crusoe no sertão de Muriaé, em que também deveria “levantar Igreja para eles e demarcarem lhes terras quantas forem bastante para sua cultura e sustentação”⁸¹. O território em questão limitava-se a nove mil braças quadradas⁸², o uso dos termos “cultura” e “sustentação” fazia referência à agricultura, em que o plantio de alimentos, em especial o milho e o feijão, deveria ajudar no objetivo de fixar o indígena e retirar seu caráter nômade⁸³. O estabelecimento de igrejas nessas terras está diretamente relacionado à catequização. A demarcação teria sido realizada pelo Alferes Francisco de Paula Silveira, do distrito de São José do Barroso, com o auxílio de Luis Pires Ribeiro e Joaquim José de Oliveira. O mesmo alferes seria responsável por organizar a lista nominal do distrito no final de 1831, cujo ofício datava de agosto, mas que só foi realizada em novembro sob a justificativa de estar “incomodado de moléstias [...] e não haver no distrito outro de inteligência que os incumbisse”⁸⁴. Na mesma lista, ele aparece com 55 anos, ocupando a função de lavrador e com vinte escravizados em seu plantel. Percebe-se, através do cruzamento de fontes, que o termo “lavrador” tinha uso genérico, podendo ser empregado não necessariamente a quem trabalhava na terra, mas a quem a possuía e tinha condições e cativos para mantê-la.

Da mesma forma que a presença desses lavradores teria sido importante para a colonização, a presença de padres na região do Turvo Limpo e seus afluentes demonstra, como já mencionado, o papel catequizador atrelado a ela. Na relação nominal de São José do Barroso aparecem dois padres, Antônio Justiniano Gonçalves Fontes e João de Freitas Ferreira. O primeiro nos chama mais atenção por ter como agregado um homem indígena, João, de doze anos – o único do sexo masculino encontrado em toda a documentação analisada. Além dele, o pároco contava com três escravizados jovens e outro agregado, aparentemente seu familiar, Sebastião Gonçalves Fontes, que exercia o trabalho de ferreiro. Há que se questionar por que o único homem indígena aparece vivendo com um padre. Seria

⁸¹ Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). SG-CX.111-DOC.60

⁸² Essa medida equivaleria, de acordo com o *site* convert.me.com, a 0,39204 Km².

⁸³ CORRÊA, Márcio Xavier. *Op. Cit.* p.68. LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op.cit.* p. 124

⁸⁴ Arquivo Público Mineiro. Mapas de População. MP-CX.02-DOC.22

para mostrar que o eclesiástico estaria cumprindo sua missão? O que isso representaria do ponto de vista dos indígenas? O segundo pároco possuía dois escravizados, sendo um deles com nove anos, e vivia com um casal de agregados, João Lino Fortes, lavrador, e Luzia de Freitas. Os padres aparecem no Livro de Notas da Guarda Nacional do Distrito, responsáveis por fazer a verificação dos cidadãos que haviam se mudado ou falecido no ano de 1833, Antônio Fontes ocupava a função de Juiz de Paz do conselho. O padre João Ferreira aparece em apenas um registro de batismo de São José do Barroso, responsável por administrar um sacramento em Conceição do Turvo em 1845. Ambos os párocos figuram entre os que atuaram na Igreja de Santa Rita, em Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), na década de 1820⁸⁵. Entre os padres que também aparecem no índice consultado, estão Manoel de Bittencourt Godinho e José Justino Pais Maciel, que batizaram indígenas em São José do Barroso.

Manoel de Bitencourt Godinho faleceu em 1849, no distrito de São José do Barroso. Em seu inventário, realizado em 1866, ele teria deixado duas casas, provavelmente na região de Guarapiranga⁸⁶, que ficaram abandonadas após seu falecimento. Uma delas foi usada por diversos moradores que, ao se mudarem, deixavam a chave “para outros inquilinos que nada pagam de alugueis e nem cuidam na sua conservação”⁸⁷, a outra já teria desmoronado. No ano anterior a seu falecimento, o pároco batizava uma indígena em São José do Barroso e, apesar de em 1831 viver em Guarapiranga⁸⁸ com dois escravizados, a região do rio Turvo Limpo poderia ser sua velha conhecida. O padre seria filho do Tenente Boaventura de Bitencourt Godinho e Maria Joaquina da Purificação e, ao analisar o inventário⁸⁹ do tenente, falecido quando Manoel tinha quinze anos, percebemos entre as posses uma fazenda situada no Turvo Limpo, formada por duas sesmarias que continham engenho de cana movido à água, paiol, moinho e chiqueiro coberto de telha. Ainda que fosse viver de suas ordens no distrito cortado

⁸⁵ Índice de Batizados da Paróquia de Santa Rita, Viçosa.

⁸⁶ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Inventário de Manoel de Bitencourt Godinho (1866). 1º Ofício. Cod. 61, Auto 1338. Fl. 2, 4. No documento, consta que “Pe. Manoel de Bitencourt Godinho morador que foi deste arraial onde deixou duas moradas de casas”, no entanto, a descrição de localização dos imóveis se chocam com o que se sabe da história de São José do Barroso. As casas estariam juntas a um terreno, que ficaria próximo ao morro da igreja do Rosário e dividia com moradores da rua da formiga, entretanto, sabe-se que a Igreja do Rosário do distrito de São José do Barroso teria sido construída apenas em 1853 e nas documentações cartoriais não foi encontrada nenhuma menção à rua da formiga.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ Arquivo Público Mineiro. Mapas de População. MP-CX.02-DOC.24. Lista organizada pelo Poplin-CEDEPLAR.

⁸⁹ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Inventário de Boaventura de Bitencourt Godinho (1802). 1º Ofício. Cod. 70. Auto 1486. Fl. 10.

pelo rio, Manoel Godinho não teria herdado a fazenda, ele teria recebido o pagamento referente à parte dela e de outras propriedades do pai, além do valor de alguns escravizados.

Percebe-se que Manoel de Bitencourt Godinho, assim como Francisco de Paula Cândido, de alguma forma se beneficiou da riqueza que o pai construiu adentrando o sertão e buscando ouro. Entre os bens adquiridos pelo Tenente Godinho ao longo da vida, além de fazendas no recém-explorado sertão, estão terras minerais e de cultivo, acessórios de ouro, como brincos e botões, animais, ferramentas como machados, enxadas e facões, pistolas e um oratório⁹⁰. É de se questionar a relação que tal tenente teve com populações indígenas que viviam nessa região da Zona da Mata. Essas e outras famílias passaram a ocupar o vale do rio Turvo na medida em que as fronteiras iam se fechando e, entre a arma e a oração, havia invasão de terra indígena, apropriação de seus conhecimentos e silenciamento de sua cultura. O filho deu continuidade ao trabalho explorador do pai, mas a partir de outra perspectiva: batizando os filhos das indígenas que eram obrigadas direta ou indiretamente a se mudar para os arraiais. Destarte, Francisco de Paula Cândido, que em vida se aproveitou dos vinténs que seu pai obtivera se instalando em terras indígenas, mesmo depois de ter falecido ganhava a disputa contra a memória dos povos originários. Como um homem de seu tempo, culpava o tráfico negreiro pela febre amarela, afinal, “combater a febre [...] era viabilizar a imigração europeia para o Brasil”, “médico afamado, deputado do Império e [...] primeiro presidente da Junta Central de Higiene”⁹¹, seus atributos e seu sobrenome pesaram mais do que Ibijuataba⁹², de origem indígena, na escolha do nome para o município emancipado.

Alves afirma que os caminhos percorridos no período de expansão para o sertão tinha o simbólico significado

de trânsito cultural, onde os indivíduos não apenas seguem os passos de quem os antecedeu, como também pisam exatamente sobre as marcas já deixadas no solo. Neste sentido, o aproveitamento das estreitas trilhas indígenas e de suas técnicas foi primordial para os primeiros colonos e seus descendentes [...].

As trocas realizadas sobre as trilhas indígenas e o enriquecimento cultural e econômico que se deu a partir delas deixaram os indígenas no caminho, com a pretensão de deixa-los para trás. Os costumes e sabedorias que foram cruciais nas primeiras empreitadas

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.* p.85,107, 73.

⁹² Segundo Aristides Pompeu o nome indígena significava terra/ povoado da fruta com espinho. Além dele e de Paula Cândido, foram colocados em discussão os nomes Monsenhor Lisboa, em referência a um importante pároco, e Citrolândia, alusivo à única fábrica de vinho e doce de laranja existente no distrito, que pertencia um político que despontava naquela época, José Maurílio Valente. POMPEU, Aristides. *Op.cit.* p. 42.

colonizadoras e que ditaram o jeito campesino de viver, aproveitando os recursos naturais, utilizando sabiamente as plantas como medicina, foram rebaixadas a “conferência com o demônio”⁹³, numa clara e repetida tentativa de desacreditar esses povos. Mas, como mostra os documentos, antes de ter que resistir a esse processo, eles existiram na região do Turvo Limpo durante todo o século XIX.

1.2 Composição social e cidadania em São José do Barroso.

O distrito de São José do Barroso, além dos indígenas, era composto por pardos, crioulos, africanos e brancos. Sobre esse primeiro grupo, os viajantes alemães Spix e Martius nos dão um bom parâmetro de como eram e como viviam os Coroados das proximidades de São João Batista do Presídio na primeira metade do século XIX. A primeira descrição que fazem de uma mulher da etnia nos parece um tanto romantizada:

Ela banhava-se e, ao nosso aparecimento, tanto se assombrou como nós. O cabelo comprido, negro, lúcido, caía-lhe pelas costas moreno-avermelhadas como uma capa, e as mais diversas figuras e desenhos, difíceis de interpretar, enfeitavam-lhe o rosto e o peito. Em cada face estava desenhado um círculo e acima dele dois traços, abaixo do nariz diversos riscos em forma de “M”, dois traços paralelos partindo dos cantos da boca até o meio da bochecha, e, abaixo desses, em ambos os lados, muitas linhas retas; embaixo e entre os seios estavam desenhados alguns círculos ligados uns aos outros, e ao longo dos braços, estendia-se a figura de uma cobra. A não ser um colar de dentes de macaco, essa beldade não trazia mais enfeite algum.⁹⁴

Com tal descrição, é possível imaginar a cena em que os viajantes com seu guia, seguindo por uma estreita trilha, chegam a um riacho onde avistam a indígena nua. Diante da curiosidade de dois homens estrangeiros acompanhados de um soldado, é possível acrescentar à face pintada da mulher a feição de desconforto por ser longamente observada. Da mesma forma, ela e seus parentes – que, com seu alerta, haviam saído da aldeia – tiveram suas casas e pertences analisados e anotados em um caderninho. Os relatos destes e de Georg Wilhelm Freyreiss adjetivam essas mulheres como moças, puras, velhotas, escravas, afetuosas, desconfiadas e beldades menos humanas.

Para Spix e Martius essas mulheres tinham preferência por se relacionar com homens negros, não à toa, escravos fugidos apareciam frequentemente nas matas próximas.

⁹³ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. Cit.*, p.305.

⁹⁴ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. Cit.*, p.292.

Relacionamentos não monogâmicos e a aparente liberdade que elas tinham em escolher seus parceiros foi motivo de estranhamento dos europeus. Entre os indígenas não havia casamento, apenas um ato simbólico de união materializado pelo oferecimento de uma caça. Tais uniões poderiam ser realizadas quando muito jovens, tendo as meninas entre 10 e 12 anos e os meninos entre 15 e 18⁹⁵, tal padrão, de modo geral, parece ter se mantido, com ressalvas, na sociedade colonizada, em que, a julgar pelas atas de batismo, as mulheres tinham seu primeiro filho por volta dos vinte anos de idade. Maria Angélica de Oliveira, casada com Antônio Cassimiro Carreiro, teve seu primeiro filho aos 17 anos, enquanto ele tinha 26; Anna Lopes de Jesus, com 24 anos; Felisberto da Costa Moreira, com 30. Apesar de o batismo do primeiro filho não assegurar a data próxima de casamento, nos permite delinear a idade em que homens e mulheres iniciavam uma relação estável aos olhos da igreja católica. Da mesma forma, é preciso compreender o relato de viagem como um registro sujeito a erros e preconceitos, a julgar pelos escritos de Spix e Martius eles estavam deduzindo a idade dos jovens.

A prematuridade das relações também foi observada por Andrade na freguesia de Piranga, para qual a idade média dos solteiros ao contraírem matrimônio era mais baixa na microrregião sul⁹⁶, próxima a São José do Barroso, tendo os homens a média de 24,7 anos e as mulheres 17,5⁹⁷. Quando engravidavam, elas tinham um cuidado com a alimentação que também era seguido pelos companheiros, em que evitavam o consumo de algumas carnes, preferindo peixes e frutas.

Logo que chega a hora do parto, a mulher vai ao mato e ali pare, escondendo-se do luar, e em geral sozinha, sem auxílio algum; o cordão umbilical é roto ou cortado com os dentes. A parturiente, logo depois, vai ao córrego banhar-se e lavar a criança, e em seguida cuida, como antes, de suas obrigações domésticas. [...] Amiúde a criança ainda é amamentada pela mãe até os cinco anos, depois cresce o petiz sem amor algum da parte do pai.⁹⁸

Há que se questionar a descrição de uma gestação, cuja duração é de nove meses, e de um parto feita por viajantes que passaram apenas alguns dias observando os Coroados.

⁹⁵ *Idem.* p.308.

⁹⁶ Apesar de inserir o território de São José do Barroso como parte de Conceição do Turvo e integrando a microrregião sul da freguesia de Guarapiranga, o distrito pertencia a freguesia do Pomba. ANDRADE. *Op.cit.*, p.58. Sobre os distritos que integravam a freguesia do Pomba, ver: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop, 2012.p.26; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Saterb, 1971,p.351.

⁹⁷ ANDRADE. *Op.cit.*, p.68-69

⁹⁸ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. cit.*p.61

Entre as ressalvas, a partir do trabalho de Solange de Souza Reis, da etnia Puri, podemos afirmar que a parturiente não se escondia da lua, ao contrário, ela seria uma protetora e “sempre que uma criança nascia, [...] era apresentada para a Lua”⁹⁹. Enquanto as indígenas banhavam seus rebentos nos riachos, as esposas dos recém-chegados colonos “limpavam” a criança com manteiga ou cachaça, e em seguida, enfaixavam o corpo¹⁰⁰. É possível imaginar que tais hábitos não seriam aderidos por mulheres indígenas ao serem catequizadas. Em relação a essa adaptação à cultura branca, Sérgio da Mata afirma que “os batismos e a assistência ao culto não implicavam o abandono do antigo cosmos sagrado mas inseria-se, para muitos dos ‘pacificados’, numa espécie de ‘política da boa vizinhança’”¹⁰¹. A sociedade que se delineava na Colônia, vai, ao longo do Império, negar a prática do aleitamento materno, quanto maior a renda familiar, menores as chances de a mãe amamentar o próprio filho¹⁰². Tal hábito pode ter se mantido para se contrapor à cultura indígena.

A análise dos assentos batismais também proporciona uma percepção acerca do parto: para mulheres e crianças ele era um risco. Há registros como o de José, batizado menos de um mês após seu nascimento, filho de Antônio e da “finada Maria Francisca”, ou ainda o de Antônio, filho de Manoel Coelho Aviam e da “finada Dona Luiza Maria da Silva”¹⁰³. Mary del Priore, em seu livro “Histórias e Conversas de Mulher”, explica que o parto, nos idos dos séculos XVIII e XIX era algo sofrido, e que

esse sofrimento era tanto individual quanto coletivo, pois esses eram tempos em que um nascimento mobilizava toda uma comunidade. A vizinhança, a família e as comadres cercavam a parturiente para encorajá-la, ajudá-la e sossegá-la.¹⁰⁴

Por “comunidade”, entende-se grupo de mulheres, pois a própria autora afirma que esse momento era delas, uma vez que os homens não poderiam vê-las desnudas. Entre os perigos estavam a retenção da placenta, sangramentos intensos e hemorragias internas. Para

⁹⁹ REIS, Solange de Souza. *Onde estavam os indígenas Puri quando o sistema os dava como extintos? Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo*. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Viçosa, 2020, p. 27.

¹⁰⁰ PRIORE, Mary Del. *Histórias e Conversas de Mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história*. São Paulo: Planeta, 2.ed., 2014, p.118

¹⁰¹ MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII – XIX*. Berlin: Wiss, Verl, Berlin, 2002, p. 188.

¹⁰² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1997, p. 63-64.

¹⁰³ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, 1863/ 1865, fl. 23, 28.

¹⁰⁴ DEL PRIORE, Mary. *Op.cit.* p.115

remediar eram usados unguentos, chás e muitas rezas direcionadas aos santos e santas¹⁰⁵. Apesar de raramente citar as mulheres indígenas em seu livro, priorizando as realidades documentadas sobre mulheres brancas, os escritos de Priore dão um vislumbre de como elas viviam durante os períodos colonial e imperial. Com os conhecimentos que se tinham à época, não era raro uma mulher falecer após dar a luz. As mães citadas acima certamente faleceram após o nascimento de seus filhos, ambos fruto de uniões reconhecidas pela Igreja.

Em relação às crianças, percebe-se uma preocupação em registrar seu falecimento a partir de 1871, e ele se dá especialmente para os filhos de mães escravizadas. Esse registro é feito como uma observação, que é escrita em letras miúdas abaixo do nome da criança em seu assento batismal. Ainda que o livro geral de sepultamentos do século XIX não tenha sido encontrado, podemos perceber que muitas delas faleciam entre 1 e 5 anos de idade. As causas poderiam ser as mais diversas, para os que morriam mais jovens, no período da introdução alimentar, poderia ser a ingestão de alimentos “grosseiros”, como papas feitas a partir da mandioca, fubá de milho e leite com açúcar¹⁰⁶, para os que morriam após essa fase poderia ser a desnutrição ou doenças como “febres, diarreia, tifo e tuberculose”¹⁰⁷.

Interessa-nos pensar sobre a figura masculina, que não aparece nas documentações analisadas, e, a supor pelos relatos, parece ter papel secundário entre alguns povos. As mulheres trabalhavam mais, de acordo com Freyre

é sempre mais ou menos escrava; é ela que se ocupa com todos os trabalhos domésticos [...] é ela quem carrega a caça que o marido matou, e o produto da colheita das raízes e das frutas, muitas vezes até sobrecarregada, ao passo que o homem, *mais forte*, a acompanha apenas com o arco, e algumas flechas¹⁰⁸. [grifo nosso]

Nota-se a tentativa de diminuir a mulher que não vive de acordo com os costumes europeus e, claramente, exerce função de liderança. Do mesmo modo, a figura masculina é redimida por, mesmo tendo um número menor de funções, ser mais forte. Assim, é possível perceber o que teria levado Spix e Martius escreverem que a criança não receberia o amor paterno, entre relações poligâmicas e uma sociedade, ao que tudo indica, matriarcal, o que concebemos como pai tinha outro entendimento entre os indígenas. Através dos relatos, são

¹⁰⁵ *Idem*, p. 116-117.

¹⁰⁶ *Idem*, p.120

¹⁰⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.49.

¹⁰⁸ FREIREYS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814 e 1815*. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, vol. XI, 1906, p. 198.

perceptíveis figuras femininas de liderança, que detém os conhecimentos culinários, agrícolas e medicinais.

A região próxima ao rio Turvo Limpo estaria, como já dito, cercada de aldeias cujos moradores tinham cultura nômade, poligâmica e politeísta, apesar dos esforços colonizadores para estabelecer uma cultura sedentarizada, monogâmica e monoteísta. Suas casas eram cabanas cobertas de palha ou palmeiras, retangulares ou em formato de cone, que abrigavam muitas pessoas. Entre móveis e utensílios estavam

Redes fabricadas com fio de algodão, servindo de cama, cadeira e mesa, [...] potes de barro; cestas de folha de palmeira cheias de batatas-doces, milho, raízes de mandioca e outros frutos do mato; cuias com tinta de urucu e de jenipapo; um tronco cavado para nele socar milho [...] ¹⁰⁹.

Em caso de mudança, todo esse mobiliário era carregado pelas mulheres em cestas de palmeiras amarradas em uma faixa de pano que elas apoiavam na cabeça ¹¹⁰. Já foi dito que o milho foi usado para sedentarizar os povos indígenas, mas sabe-se também que esse alimento era muito utilizado por diversos povos originários da América, talvez por esse motivo o cultivo não tenha gerado o resultado esperado.

Nos documentos do século XIX é comum ler expressões que referenciam os indígenas como seres que não produziam cultura, não possuíam organização política e não cultuavam uma religião. Nos dizeres de Manuela Carneiro:

Na segunda metade do século XIX, essa época do triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram portanto algo como fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais. ¹¹¹

Os viajantes que observaram os Coroados da região do Presídio no século XIX enxergaram neles um estado de “entorpecimento”, com “instintos animais” e que não seriam capazes de distinguir passado e presente ¹¹². Entretanto, ainda que negassem a produção cultural dos povos autóctones desde os primórdios da colonização, era precisamente isso que registravam. Os viajantes, em suas incursões relatavam os conhecimentos que os indígenas tinham sobre as plantas e seus usos, os animais e os caminhos nas matas. O próprio colar de

¹⁰⁹ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. cit.* p. 293. ¹⁰⁹ FREIRREYS, G. W. *Op. cit.* p.199.

¹¹⁰ FREIRREYS, G. W. *Op. cit.* p.202.

¹¹¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. Cit.* p. 11.

¹¹² SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. cit.* p. 303

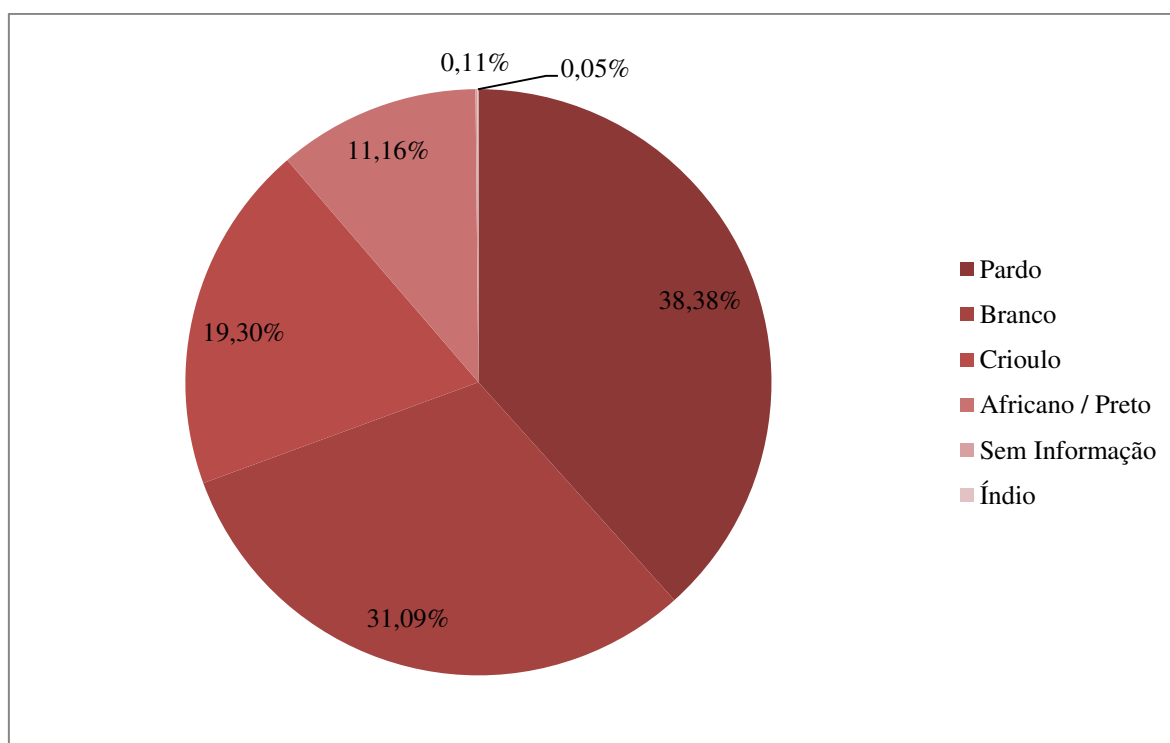
dentes que a indígena descrita por Spix e Martius usava teria um significado de proteção¹¹³, para além do uso estético; tanto eles como Freyre, descrevem com detalhes as cabanas, as festividades – incluindo a produção de bebida alcoólica – e a divisão de trabalho. Todos esses, aspectos da cultura daquele grupo étnico.

Ao passarem por São José do Barroso, Spix e Martius não viram nada que fosse digno de registro, a não ser pela informação que pernотaram ali e, ao saírem no amanhecer, visitaram uma fazenda produtora de rapadura¹¹⁴. Pouco mais de uma década depois, quem por lá chegava se deparava com um pequeno arraial de poucas ruas de terra batida e algumas casas e sobrados, com portas e janelas de madeira. Ao caminhar se avistava a capela, que talvez já tivesse duas torres e uma porta grande para poder entrar toda a gente, a maioria das casas ficava à sua volta, pois todo mundo queria ser abençoado. Por ali também ficavam algumas árvores, ao pé do morro onde deveria ficar a capela, que serviriam para amarrar charretes e cavalos. Não vivia muita gente ali, a maioria vivia nas redondezas, nas fazendas ou próximo a elas. Quem nasceu nesse tempo, certamente veio pelas mãos da parteira Margarida Gonsalves; as notícias chegavam pelas mãos dos jornaleiros; roupas novas e velhas podiam ser costuradas por alfaiates como Manoel Correia de Queiroz¹¹⁵. Na terra cortada pelo Turvo Limpo, várias profissões eram exercidas por quem tentava ganhar a vida. Liberdade mesmo só tinham os brancos; pardos e crioulos que não fossem explicitamente escravizados, também não foram declarados livres na Lista Nominativa de 1831. No gráfico abaixo é possível ver a composição social de São José do Barroso.

¹¹³ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. cit.* p. 305

¹¹⁴ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. cit.* p. 318.

¹¹⁵ A descrição da paisagem e das profissões é fruto de informações colhidas nos documentos cartoriais do final do século XIX, fotos do início do XX e da Lista Nominativa de 1831.

Gráfico 1: População de São José do Barroso. Lista Nominal - 1831¹¹⁶.

No quantitativo a presença indígena é quase zero (0,05 %), mas devemos lembrar que em outras documentações ela se faz presente – como no documento que trata da invasão da fazenda de Antônio Gomes Cândido, como já mencionado, e nas atas de batismo. Nos assentos batismais encontramos 9 mulheres indígenas, sendo elas Joana Coroado (1846), Maria Índia Croata (1848), Justa Índia Coroata (1849), Juvência Índia Coroata (1856), Domiciana Índia Coroata (1859), Graciana Índia (1860), Justina Graciana Índia (1860), Umbelina de Tal Índia (1875) e Rosa Índia (1885). Há, aparentemente, um movimento individual realizado por essas mulheres que não chegam juntas, mas em momentos distintos – ainda que muito próximos. O fato de serem registradas como “índias” aponta para a hipótese de não terem sido batizadas anteriormente, mas escolheram batizar seus filhos. Da mesma forma, a adoção de prenomes cristãos poderia indicar que teriam recebido o sacramento recentemente. É possível que houvesse algum conflito em regiões próximas que as coagiram a ir para o arraial, mas é igualmente possível que estivessem agindo por si mesmas. Almeida escreve que no início do século XIX, Coroado, Guarulho e Puri ameaçavam a ocupação dos sertões próximos às fronteiras do Rio de Janeiro com Minas Gerais e São Paulo¹¹⁷, dessa

¹¹⁶ Arquivo Público Mineiro. Mapas de População. MP-CX.02-DOC.24. Lista organizada pelo Poplin-CEDEPLAR.

¹¹⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. Cit.* p.74.

forma, não podemos descartar o fato de que essas mulheres migraram de localidades mais distantes, onde o conflito era mais intenso.

Outrossim, dado que havia aldeamentos na região em fins do século XVIII e início do XIX, é plausível questionarmos o grande número de pardos que não foram listados como livres. A porcentagem de pessoas que não tiveram sua qualidade informada, composta majoritariamente por pardos e crioulos, chega a 39,32%, superando a dos livres (30,97%). Entre eles estava João Anastácio, de 20 anos, que vivia com seus pais, irmãs e dois escravos. Ele era pardo e sobre sua condição nada foi informado, diferente do que ocorre com José Antônio Lopes de Oliveira, de 55 anos, que vivia com esposa, 5 filhos, 2 agregados e 16 escravos. Além de ser branco e declaradamente livre, seu sobrenome remete a uma proeminente família de Piranga, que descendia do Sargento-Mór Manoel Caetano Lopes de Oliveira e Dona Ana Jacinta de Jesus da Silva, ambos naturais de Portugal¹¹⁸. Desse modo a liberdade de cada um passava pelo crivo social; não bastava ter alguma propriedade, era preciso ser reconhecido como tal.

No entanto, não é possível afirmar que os pardos fossem indígenas, pois, no período pesquisado já havia uma significativa miscigenação. O que poderá comprovar o uso do termo para se referir a indígenas já batizados será uma pesquisa com relatos orais; a partir de histórias como da “avó índia pega no laço” seria possível traçar genealogias e encontrar possíveis indígenas não declarados nos documentos paroquiais. Além disso, Schettini, ao analisar batismos em São Paulo do Muriaé entre 1846 e 1888, observa que à medida que o final do século ia se aproximando, diminuía o número de batismos entre indígenas, fazendo a autora concluir “que com a mistura étnica, estes grupos tenderam a ser ocultados pela fonte, [...] sendo um dos mecanismos de se dizer co-participante de um grupo considerado etnicamente superior”¹¹⁹.

Para além de homens brancos, vemos, por exemplo, Dona Maria Custódia de Souza, viúva, chefiando sozinha sua propriedade com 20 escravos e 3 agregadas. Com tais números, ela integrava os 2% dos plantéis do distrito que possuíam o mesmo número de escravizados¹²⁰. Tarcísio Botelho, ao analisar o perfil das famílias mineiras, verificou que as

¹¹⁸ ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c 1760 – c 1850)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014, p. 80

¹¹⁹ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Op. Cit.* p.32.

¹²⁰ DIAS, Tailane de Oliveira. A terra que eu piso: quem trilhou seus caminhos? (Trabalho com a história local: uma proposta metodológica para o uso de fontes documentais e orais). *In: Encontro Regional de História da*

mulheres que chefiavam seus domicílios eram, em geral, solteiras ou viúvas, como Dona Maria Custódia, e tinham idade mais avançada¹²¹. Apesar de chamar nossa atenção pela escravaria que possuía, ela não era a única mulher chefe de domicílio em São José do Barroso, já que existiam pardas e crioulas encabeçando alguns fogos.

As porcentagens de crioulos (19,29%) e africanos ou pretos (10,81%) juntas se assemelham à dos escravizados, que perfazia 29,65%. Esses números são sintomáticos, uma vez que entre todos os africanos, apenas dois não eram escravos (mas também não eram declaradamente livres) e possuíam sobrenome, sendo eles Joaquim de Freitas Ferreira e Anna de Freitas, casados e com idade mais avançada. Se é possível notar algum delineamento geográfico na lista nominal, o casal deveria viver perto de famílias de crioulos livres ou libertos. Pela lista nominal e documentos cartoriais vemos que os escravizados desempenhavam funções como carreiro, roceiro, carpinteiro, cozinheira, ou ainda eram capazes de qualquer trabalho¹²², como ocorria na maioria das vezes, já que não havia muita liberdade sequer para escolher seu ofício. Apesar de não serem preferidas por escravizados, as relações entre africanos e crioulas ocorriam devido à dificuldade daqueles em encontrar uma mulher com mesma origem¹²³, a exemplo do casal Manoel de Nação e Catharina Crioula; ainda assim houve relações endogâmicas exitosas no distrito, como a de José Congo e Rita Conga¹²⁴. Além desses últimos, havia outros escravizados de origem africana em São José do Barroso, como Maria Munjala, Bento Benguela, João Angola, e Antônio Rubolo¹²⁵. De acordo com Alice Monteiro, além de designar um povo, a palavra congo era usada como uma generalização para um região que, além desses, também abrigaria os munjolo – designativo

ANPUH- MG, 22, 2020, Viçosa-MG. *História e produção do presente: narrativas, identidades, intermediações e projetos*. Viçosa: Divisão de Gráfica Universitária da UFV, 2021, p. 80.

¹²¹ BOTELHO, Tarcísio R.. A família mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *A província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 285-286. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2. ed., 2011, p. 269.

¹²² Livro de Notas do Cartório de Paula Cândido, n. 7, 1885, fl.37-39. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Inventário de Boaventura de Bitencourt Godinho (1802). 1º Ofício. Cod. 70. Auto 1486. Fl. 10.

¹²³ Jonis Freire afirma que a maioria dos casamentos se davam de forma endogâmica. Ver: FREIRE, Jonis. Casamento, legitimidade e família em uma freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: século XIX. *Locus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, 2005, p.59,60.

¹²⁴ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, f. 48; Livro 1, f. 28.

¹²⁵ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, f. 13, 28, 12

de quem vinha do Reino do Kongo. Da mesma forma, angola designaria, além do povo em si, os benguela e rebolo – esse último faria referência ao Reino do Libolo¹²⁶.

Percebe-se que o distrito era morada de pessoas de origens diversas que, ainda que não tivessem escolhido por vontade própria aquele lugar buscavam formar laços que amenizassem sua permanência. Direta ou indiretamente elas se relacionavam; tais relações, estabelecidas principalmente através de casamentos e compadrios, ajudam a humanizar esses agentes históricos. Para além da racionalização e empoderamento da liberdade de escolha que se tinha, o ato de batizar um filho deixou vestígios que contribui para pensar a família, relações de vizinhança, de amor, companheirismo, afeto, poder e hierarquia em São José do Barroso.

¹²⁶ MONTEIRO, Alice Mabel Prates. *Indígenas, africanos e seus descendentes entre hierarquias sócio raciais complexas (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021, p.45.

CAPÍTULO 2: O BATISMO EM SÃO JOSÉ DO BARROSO

O batismo, sendo o primeiro sacramento católico, deveria despender especial cuidado da família para que a criança não perdesse a salvação¹²⁷. Na historiografia, ele tem sido comumente usado para compreender as relações tecidas por escravizados e há dificuldade em encontrar trabalhos que tratem da temática indígena. Mateus Rezende de Andrade fala que, na análise destes registros, algumas tendências seguidas levam a uma interpretação sempre vertical das relações, no entanto,

Ao confiná-lo [o compadrio] a modelos interpretativos que preveem a escolha feita na pia batismal, não dão espaço a análises que adentram nas intrincadas relações sociais do cotidiano, sem assim, contrapô-las umas às outras a fim de compreender estratégias por trás da escolha dos padrinhos.¹²⁸

Não é possível iniciar uma investigação de compadrios partindo da ideia de que elas sempre apontam para relações verticais – no sentido ascendente. Ao olharmos por essa ótica, deixamos de entender a construção de determinadas famílias espirituais. Para além das dificuldades percebidas à primeira vista, tais como duplicidade de nomes, omissão de sobrenomes, datas e locais, John Manuel Monteiro, ao dedicar algumas páginas sobre o batismo de indígenas na São Paulo do século XVII, descreve que muitas vezes a escolha de padrinhos e madrinhas não era pensada pela família, mas se dava por circunstâncias. Exemplo disso seria aqueles escolhidos por já se encontrarem no recinto ou escolhidos por senhores, no caso de indígenas escravizados ou administrados – isto é, dos aldeamentos¹²⁹. Para o autor, a religião também serviria para distanciar os indígenas que adentravam a sociedade colonial, na maioria das vezes como escravizados, daquela em que viviam anteriormente¹³⁰. Para Sílvia Brugger, o compadrio era uma via de mão dupla que colocaria pais e padrinhos em condição de igualdade perante a criança; a aliança espiritual beneficiaria a todos: pais e afilhados teriam proteção e cuidado dos padrinhos, que contariam com seu apoio político, trabalho e fidelidade¹³¹.

¹²⁷ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853, p. 14.

¹²⁸ ANDRADE, Mateus Rezende de. *Op.cit.* p. 23.

¹²⁹ MONTEIRO, John Manuel. *OP.cit.* p. 200.

¹³⁰ *Idem.* p. 195.

¹³¹ BRUGGUER, Sílvia Maria Jardim. *Op. Cit.*,p. 292.

2.1. Formas de Registrar o Batismo em São José do Barroso (1846 -1885)

Os registros batismais consultados somam-se em quatro livros, a saber, Livro 1 (1837 a 1861), Livro 2 Tomo I (1862 a 1878) e Tomo II (1878 a 1905) e o Livro de batismo e sepultamento dos filhos de mães escravas de São José do Barroso, criado a partir de 1871 e com registros até 1888. Como já dito, o primeiro livro é, na verdade, uma cópia do original, nota-se a omissão de elementos importantes como data de nascimento, cor e localidade do batizando, além de abreviações que dificultam o mapeamento de informações, como de alguns sobrenomes para fazê-lo caber no espaço indicado. No entanto, percebe-se que, em alguns casos, houve o cuidado de informar, utilizando o campo “observações”, que determinado assento estava ilegível. O Livro 2 e o livro de batismo e sepultamento de escravizados são originais e, portanto, totalmente manuscritos. Ambos possuem uma forma bem parecida de organizar os assentos, colocando o nome da criança em destaque, seguido do nome dos pais, pároco responsável, data de batismo, nascimento e padrinhos, como no exemplo abaixo, que foi baseado em assentos de 1870.

N O M E inocente filho legítimo/ natural de (nome do pai) e de (nome da mãe) foi por mim solenemente batizado aos (dia, mês e ano por extenso), nascida a (dia, mês e ano numérico) padrinhos (nome do padrinho) e (nome da madrinha). Por ser verdade faço este assento que me assino. (assinatura do pároco responsável)

Importante salientar que o pároco que assina não é, necessariamente, o que realizou o sacramento, mas aquele responsável por transcrevê-lo. Entretanto, poucas vezes percebe-se um padre de outra cidade ministrando o batismo, em casos pontuais clérigos de Ubá ou Conceição do Turvo o fizeram. Em casos ainda mais raros, registra-se o batismo feito em outra paróquia, fora do distrito. Os livros possuem diferentes termos de abertura, na primeira folha do registro dos escravizados, por exemplo, se lê: “vai todo numerado e rubricado por mim, com termo de encerramento no fim”¹³². Quem assina ao final do termo de abertura é Fernando Teixeira de Souza e, de fato, há uma rubrica no canto superior direito de cada folha. Apesar da expectativa, os registros não foram enumerados – como se vê no livro 1, por exemplo – tampouco há termo de encerramento. O fato dos assentos não serem enumerados dificulta a contagem do total de registros. Ao contrário do que se percebe nos outros livros,

¹³² Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, s/f. Acervo de Emerson Lisboa.

em todos os registros há o nome do senhor a qual a mãe pertencia, em boa parte deles a cor da criança, e às vezes a da mãe, é descrita. Nos outros livros também há um termo de abertura, mas bem menos detalhista contendo apenas os dizeres “Batizados Matriz de São José do Barroso” e os anos correspondentes.

A forma de se fazer os registros nunca chegou a ser completamente padronizada nos livros, para as famílias aparentemente mais abastadas registram-se mais informações. Botelho, que analisa listas nominativas e registros paroquiais em seu estudo sobre famílias mineiras, observou que havia mais cuidado ao registrar os descendentes de famílias brancas, pois a moral da Igreja Católica se voltava mais para esse grupo social do que para outros, considerados mais baixos na escala social¹³³. Até mesmo para o registro da data de batismo ou do nome de padrinhos há exceções, o sacramento de uma criança indígena, registrado em meio a outros do ano de 1856, não teve data mencionada¹³⁴, da mesma forma, em dois batismos de crianças filhas de pais escravizados não se menciona os padrinhos, registrando que os mesmos eram “ignatos”¹³⁵. Quando a criança era legítima, a regra era colocar o nome do pai antes do nome da mãe, outro padrão estabelecido – esse, independente da origem da criança – era redigir o nome do padrinho à frente do da madrinha. Em raros casos, padres aparecem como padrinhos. Em um caso específico, a criança teve dois padrinhos, sendo um deles o Padre José Maria Lisboa, o sacramento teria ocorrido na mesma casa onde ela teria nascido sob a justificativa de que “sua existência estava em perigo”¹³⁶. Percebe-se, assim, que as exceções às regras ocorriam, na maioria das vezes, em casos extremos, fora isso haveria um homem e uma mulher apadrinhando a criança. Outro caso que nos chama a atenção é o de Herculano da Rocha, que em 1848 leva uma criança que seria sua filha, de nome Rita¹³⁷, para o batismo, que não teve o nome da mãe registrado. Os padrinhos seriam os proprietários da Fazenda do Mariano, Anna Lopes de Jesus e Manuel Gonsalves Monteiro. Ao analisar o Índice de Batismos da Paróquia de Santa Rita, percebemos que seis anos antes ele já havia levado outra criança¹³⁸, também sem nome da mãe no registro, para ser batizada.

¹³³ BOTELHO, Tarcísio R.. *Op.cit.*, p. 272.

¹³⁴ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, s/d, fl. 58.

¹³⁵ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, 1867, fl.16.

¹³⁶ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo II, 1888, fl. 247.

¹³⁷ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, 1848, fl. 30.

¹³⁸ Índice de Batismos da Paróquia de Santa Rita, Viçosa. Batismo de Maria, 1848, nº 1737.

Os relatos orais nos contam sobre a índia Rita Monteiro, que foi pega no laço e, entre os documentos cartoriais em que ela é mencionada, está a partilha dos bens de Anna Lopes, em que ela figura como herdeira. É possível inferir que Herculano da Rocha capturava crianças indígenas e as entregava para que fazendeiros da região se encarregassem de seus cuidados. É necessário mencionar, entretanto, que não foram encontradas informações sobre ele em nenhum outro documento ou arquivo consultado. Ainda assim, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”¹³⁹ e, seguindo não só as pistas encontradas sobre Herculano da Rocha como também o que a bibliografia nos conta sobre o sequestro de crianças indígenas no período, é possível levantar hipóteses. Haruf Salmen Espíndola fala da prática, estimulada na primeira metade do século XIX, de “famílias luso-brasileiras criarem crianças índias [...]. As crianças eram conseguidas por meio de presente, troca, espólio de guerra e compra de traficantes ou eram roubada de seus familiares”¹⁴⁰. Sabendo da existência de uma indígena escravizada, que nos remete à hipótese de conflitos, é possível que essas crianças fossem adquiridas em meio às tensões da expansão territorial que ainda ocorria nos confins dos sertões naquele período. A ideia de Rita Gonsalves Soares, conhecida por Rita Monteiro, ser uma criança indígena criada por outra família é reforçada pelo fato de Anna Lopes de Jesus não ter batizado nenhuma filha legítima ou natural com esse nome.

Apesar de não ser possível comprovar que Herculano ganhava a vida trocando crianças indígenas como mercadoria ou ainda, pelo motivo que fosse, retirava-as de seu seio familiar e as entregava para a classe senhorial – ainda que não fizesse disso seu trabalho – há fortes indícios que se revelam no pormenores da documentação. Ele leva, em datas diferentes, duas crianças sem mãe para o batismo; uma delas, como sabemos, não é criada por ele, e sim pelos padrinhos. Entretanto, também não é criada apenas como afilhada, ela figura como filha, herdando bens significativos de seus pais. Para além do fato em si, tais sinais são reveladores da complexidade em que os indígenas, fundamentalmente as meninas e mulheres, estavam inseridos.

Um aspecto relevante a ser observado é a recorrência de nomes e sobrenomes cristãos, que nos remetem à elevação de espírito, de dívida, como quem está em um processo de expurgação do mal e precisa estabelecer vínculo com uma santidade. Há que se levar em

¹³⁹ GUINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, Trad. Frederico Carotti, 4. reimp., 1989, p.177.

¹⁴⁰ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral*. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, 2008, p. 91.

conta que dar nomes de santos a lugares e pessoas era uma prática comum do período colonial, especialmente quando esses haviam nascido ou sido criados no dia em que se comemorava determinada figura religiosa. Nesse sentido, vemos nomes como Paulo Justino de Santa Escolástica, Delfina Marcelina do Espírito Santo, Maria de Jesus Santa Euphemia, Pedro Paula de Santa Escolástica e Laudelino da Justificação de Nossa Senhora – cujo filho foi batizado na fazenda Ilha do Príncipe. Há também menções mais sutis como Antônio Couto Evangelhos e Francisca da Confirmação. A presença de tais nomes nos registros em um período de consolidação do domínio do território (segunda metade do século XIX), nos leva a supor que essas pessoas poderiam ser indígenas que haviam, há pouco, recebido o sacramento do batismo. O grande número de pardos na lista nominal de São José do Barroso em 1831, já analisado, faz crer que o distrito teria sido formado majoritariamente por indígenas catequizados e seus descendentes.

Apesar da designação “pardo” ser usada para se referir a escravos de cor clara ou aos libertos, ainda hoje é um termo em discussão e, no século XIX, Freirreys usava o termo “pardo-amarelado” para descrever a cor dos indígenas Coroado¹⁴¹. Monteiro, em referência às denominações dada aos indígenas de São Paulo em fins do século XVII, afirma que “surgiram expressões como: gentio do cabelo corredio, administrados (em referência à carta régia de 1696), servos, pardos e, finalmente, carijós”¹⁴². Na intensa migração que ocorria na região, sustenta-se que os moradores dos aldeamentos, supervisionados por seus diretores e párocos, fossem educados na cristandade, adotassem sobrenomes e se mudassem para os distritos e arraiais próximos.

2.2. Percepções a partir do batismo: desigualdades e classificativos

Nos registros, ainda que tenha havido uma tentativa de padronização, como já demonstrado, eles acabam evidenciando desigualdades sociais e termos que classificavam as mães e seus filhos. Neles, boa parte dos batizados são crianças, as exceções são alguns escravizados que, já adultos, recebem o sacramento. Ao contrário dos batismos de Santa Rita do Turvo, em São José do Barroso não são batizados indígenas adultos. Outra exceção notada é o batismo feito “*sub conditione*” que, de acordo com as Constituições Primeiras do

¹⁴¹ ANDRADE, Mateus Rezende de. *Op.cit.* p.41. CASTRO, Natália Paganini P. de Faria. *Op. Cit.* p.45,73.

¹⁴² MONTEIRO, John Manuel. *Op. Cit.* p. 203.

Arcebispo da Bahia¹⁴³, era realizado quando não se poderia ter certeza da validade de um batismo feito anteriormente. Quando crianças nasciam com risco de morte, poderia ter o sacramento realizado por qualquer pessoa, até mesmo a parteira. Quando se tratava de criança enjeitada ou adulto – notadamente os escravizados – que vinha de outras regiões, não era possível ter certeza se ele teria sido realizado, ou ainda se teria sido realizado da forma correta. Nesses casos o pároco era autorizado a batizar a criança ou adulto novamente, na forma condicional. Exemplo disso é o sacramento realizado condicionalmente, em 1874, que uma criança recebeu quase um mês após nascer, seus pais e padrinhos são mencionados e um dos motivos para o batismo ter sido realizado de tal forma sem que houvesse, aparentemente, alguma emergência, pode ser a migração que ainda ocorria na região.

A partir do cruzamento das informações contidas nos livros, percebemos inconsistências naquele que deveria registrar nascimentos e falecimentos de filhos de escravizados. Ao que tudo indica os primeiros registros não foram feitos nesse livro, mas no geral, que abarcaria livres e escravizados, e passado a limpo posteriormente. Alguns registros claramente foram esquecidos ou omitidos, não sendo possível afirmar se isso se deu de forma proposital. Nele, consta o sepultamento de Julianna¹⁴⁴, filha de Sinfrônio e Índia, que já havia falecido; a morte da criança teria se dado em 1878 quando ela tinha cinco anos e meio de idade, seria de se esperar que seu batismo constasse no mesmo livro, o que não ocorre. No entanto, o batismo da criança também não está registrado no livro geral. Essa, aliás, é uma clara referência a uma criança filha de indígena que foi escravizada já ao final do século XIX, mas não é a única no período analisado. Joana Coroado foi, provavelmente, escravizada por Antônio Cardoso¹⁴⁵, cujos escravos apadrinharam seu filho Francisco em 1846. Os motivos pelo qual ela teria sido escravizada ainda não são claros, uma vez que a etnia da qual fazia parte era considerada amistosa pelos colonizadores.

Nos registros paroquiais é possível perceber que essas mulheres são colocadas em determinadas condições ou categorias sociais, tais como livre, escrava, forra, separada, e índia. Não havia, para as mães, distintivos de cor, a menos que elas fossem negras escravizadas – nesse caso, aparecem categorias como africana, crioula e preta. A condição de livre não era explícita, mas é possível inferi-la por não haver menção a outra classificação que, à primeira vista, a cerceasse. A categoria de escravizada nem sempre relacionava a

¹⁴³ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Op.cit.* p. 23-24.

¹⁴⁴ Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, 1878, s/f. Acervo de Emerson Lisboa.

¹⁴⁵ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, 1846, fl. 11.

mulher a um senhor (a), como o caso de Fortunata, que em 1849 leva sua filha Maria para receber o sacramento, mas o nome de seu senhor ou senhora não é descrito¹⁴⁶. A pecha de separada, sempre relacionava a mulher ao marido com o qual, pelo motivo que fosse, não mantinha mais vínculo. Exemplo disso é o batismo de Umbelina, que foi registrada como filha natural de Luiza Maria de Jesus, “separada do marido João Lopes Heleno”¹⁴⁷. Não é possível afirmar, entretanto, que apenas a separação dos pais foi o suficiente para classificar a menina como ilegítima, é possível que ela fosse fruto da relação da mãe com outro homem. Neste caso, é importante salientar que a Igreja Católica não permitia a anulação do matrimônio, mas a separação de corpos. Segundo Isabela Amaral, o casamento era “sacramento indissolúvel, [...] o divórcio no Brasil não rompia o vínculo matrimonial, resumindo-se a simples separação de corpos e partilha de bens”¹⁴⁸. Tal separação poderia ser motivada por adultério, maus tratos, comportamento rígido ou luxurioso do cônjuge¹⁴⁹.

Essas classificações não se davam apenas com as informações cedidas pela mulher que levava o filho para batizar, mas, de acordo com Sheila de Castro Faria, “representava, através das escrituras dos padres, o que as pessoas indicavam sobre elas próprias e o que a comunidade local sabia ou murmurava sobre elas”¹⁵⁰. Cabia ao pároco decidir como designaria a mulher a partir da visão que a sociedade tinha sobre ela. O mesmo se dava com as crianças que, em alguns casos, tinham sua cor registrada, mas, para além disso, eram tidas como legítimas ou naturais a depender de como a Igreja via a relação de seus pais. Informações como a legitimidade do batizando poderiam nem sempre estar claras para o pároco que fazia o registro, tal como laços consanguíneos dos pais, ainda assim, algumas anotações evidenciam tios, tias, avôs e avós – o que nos permite formar a genealogia da família.

Era reconhecida como legítima a criança filha de pais casados na igreja católica, já aquelas fruto de concubinatos eram consideradas naturais¹⁵¹. Há, ainda, as crianças que não

¹⁴⁶ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, 1849, fl. 40.

¹⁴⁷ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, 1845, fl. 6.

¹⁴⁸ AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo. *Resistência feminina no Brasil oitocentista: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no bispado de Mariana*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.p.130.

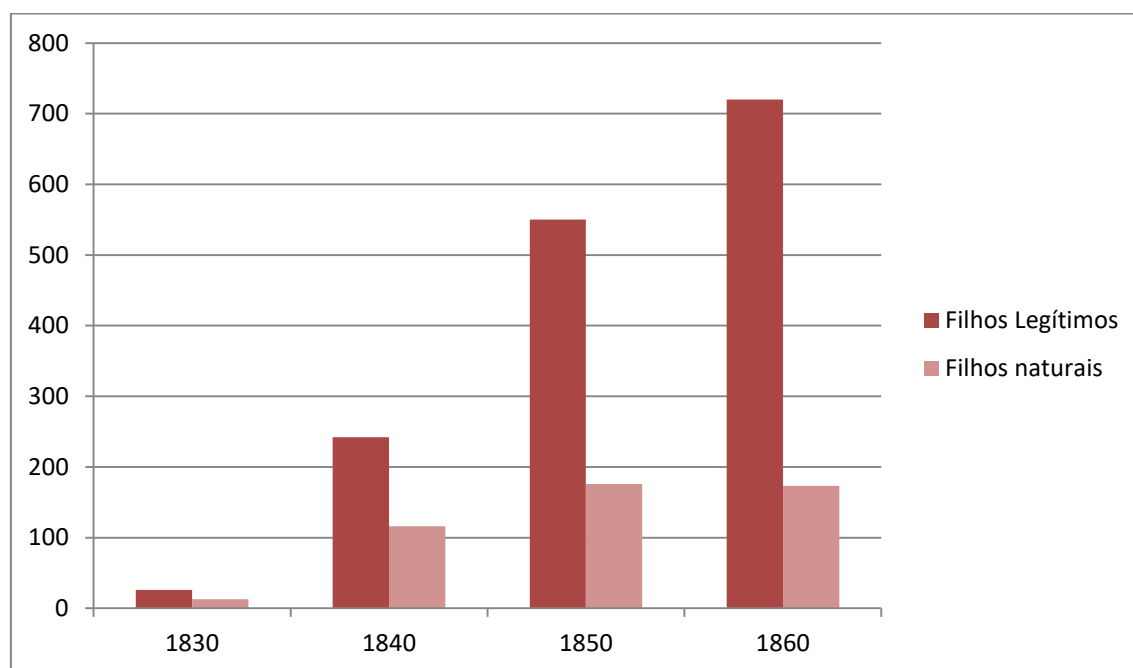
¹⁴⁹ *Idem*, p. 133-134.

¹⁵⁰ CASTRO, Sheila Faria *apud* DIEHL, Isadora Lunardi. Classificativos sociais e mão-se obra indígena feminina: um estudo a partir das mães da freguesia de Curitiba (1734 – 1767). Porto Alegre, *Aedos*, v. 7, n. 17, 2015, p. 215.

¹⁵¹ FREIRE, Jonis. *Op. Cit.* p. 51-52.

eram nem legítimas, nem naturais e parecem fazer parte de uma sub-categoria, os “filhos de mães solteiras”. Francisco, batizado em 18 de março de 1866, era “filho de Christina Miquelina, solteira”¹⁵². Isso poderia indicar que Christina não teria uma relação estável, nem mesmo em arranjo de concubinato, e a criança seria fruto de uma relação esporádica – não descartando a possibilidade de abuso sexual. Ainda que seja necessário considerar as falhas desses registros, essa não seria a justificativa mais plausível para não classificar a criança como natural, uma vez que no mesmo dia foram realizados outros sacramentos e é perceptível a intenção em destacar o *status* de relacionamento da mãe. Apesar da dificuldade em se realizar o casamento e dos expressivos casos de filhos naturais, a população de São José do Barroso estabelecia suas relações, preferencialmente, dentro dos ditames da igreja, gerando filhos legítimos.

Gráfico 2: Registro de filhos legítimos e naturais em São José do Barroso, 1830-1860¹⁵³.



Observamos no gráfico 2 que, para além da crescente discrepância entre descendentes legítimos e naturais, há um aumento crescente no número de registros em cada década. Como já mencionado, as décadas de 1830 e 1840 contam com poucos assentos, enquanto as décadas seguintes possuem números consideravelmente mais expressivos,

¹⁵² Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, 1866, fl.7.

¹⁵³ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1; Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, fl. 1- 132.

aumentando proporcionalmente o número de crianças legítimas. Os registros de filhos gêmeos foram contabilizados como um só quando havia somente um registro¹⁵⁴, aqueles para os quais não há classificação da criança – como os casos de mulheres solteiras – não foram contabilizados. Segundo Jonis Freire, o maior número de crianças legítimas em regiões interioranas se dava pela possibilidade de maior controle do pároco, que se empenhava em “difundir o casamento”¹⁵⁵.

O que ocorre em São José do Barroso segue o mesmo movimento observado por Tarcísio Botelho entre a primeira e a segunda metade do século XIX, em que havia uma maior taxa de ilegitimidade, no primeiro caso, que declina, no segundo caso¹⁵⁶. Na década de 1831 observa-se uma maior porcentagem de solteiros (39,66%), que pode indicar, além do fato de que havia muitos jovens que viriam a se casar, que outros tantos viviam em concubinos. Assim como os padres que faziam o registro, Francisco de Paula Silveira – homem e branco – pode ter colocado no documento suas impressões sobre cor, liberdade e casamento, categorizando os concubinos como solteiros. Havia, como afirma Schettini, uma resistência, por parte dos juízes de paz em repassar informações ao órgão central, que “emperravam as informações estatísticas e geográficas das vilas interioranas, ficando atreladas aos interesses de alguns grupos locais, da máquina administrativa e até mesmo aos interesses pessoais dos juízes”¹⁵⁷. Os poucos registros realizados na Matriz de São José nas últimas duas décadas da primeira metade do século já demonstram esse declínio. As altas taxas de legitimidade a partir de 1850 mostra que o número de solteiros e concubinos pode ter diminuído, o que aponta também para um maior controle da Igreja na localidade.

Entretanto, há alguns aspectos curiosos que nos chamam atenção: há períodos de maior incidência de filhos naturais, como o final do mês de agosto e início de setembro de 1864 (período de 21/08 a 18/09), em que se registrou 7 crianças naturais e apenas 3 legítimas, em contrapartida, entre 25 de setembro e 30 de outubro houve o registro de apenas 1 criança ilegítima¹⁵⁸. Porque isso ocorre? Seria mera casualidade? De todo modo, é perceptível que os

¹⁵⁴ Por não haver um padrão e dada a intenção em contabilizar os registros e não necessariamente as crianças, no caso de gêmeos que tinham sido registrados no mesmo assento, contou-se como um só. Para o caso daqueles em que foram realizados assentos diferentes, contaram-se como dois.

¹⁵⁵ FREIRE, Jonis. *Op. Cit.*, p.52.

¹⁵⁶ BOTELHO, Tarcísio R. *Op.cit.*, p. 281.

¹⁵⁷ ANDRADE, Vitória Schettini de. *Op.cit.*p. 38

¹⁵⁸ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, 1864.

batismos acompanhavam certa sazonalidade. Outro ponto importante a se destacar é que o crescente número de filhos legítimos no distrito não reflete a realidade das indígenas: enquanto a porcentagem total de filhos legítimos é de 72,30%, entre elas é de apenas 40%. Esses dados evidenciam a sociedade patriarcal, pois os pais, isentados no documento, poderiam não ter obrigações com a criança. Com exceção do caso de Herculano da Rocha, há inúmeras crianças sem pai, mas não sem mãe. Nesse caso, a casualidade não nos serve de justificativa; ainda que saibamos das distinções que a Igreja fazia entre casais casados e concubinos, o registro recorrente do nome das mães notabiliza seu papel na sociedade do século XIX – que reverbera no século atual.

Outro dado que nos permite conhecer as famílias e suas condições para além da genealogia é o registro da data de nascimento das crianças, ou a ausência dele. No livro 1, por exemplo, há páginas e páginas sem que se registrasse o nascimento dos batizados, até que aparece a filha de Antônio José Valente e Joaquina Clara Mendes, nascida em cinco de setembro de 1848¹⁵⁹. Trata-se de família que possuía recursos, pois em 1887 o Capitão Antônio José Valente aparece comprando a Fazenda Santa Rosa, que continha casa e paiol assoalhados, moinho, senzala, uma casa para fumo, engenho de ferro movido a água, um alambique e benfeitorias cobertas de telhas¹⁶⁰. Em contraposição, as crianças que não possuem a data de nascimento são de famílias notadamente pobres, escravizadas ou indígenas. Ademais, percebe-se, de modo geral, a importância secundária dada à data de nascimento especialmente na primeira metade do século XIX.

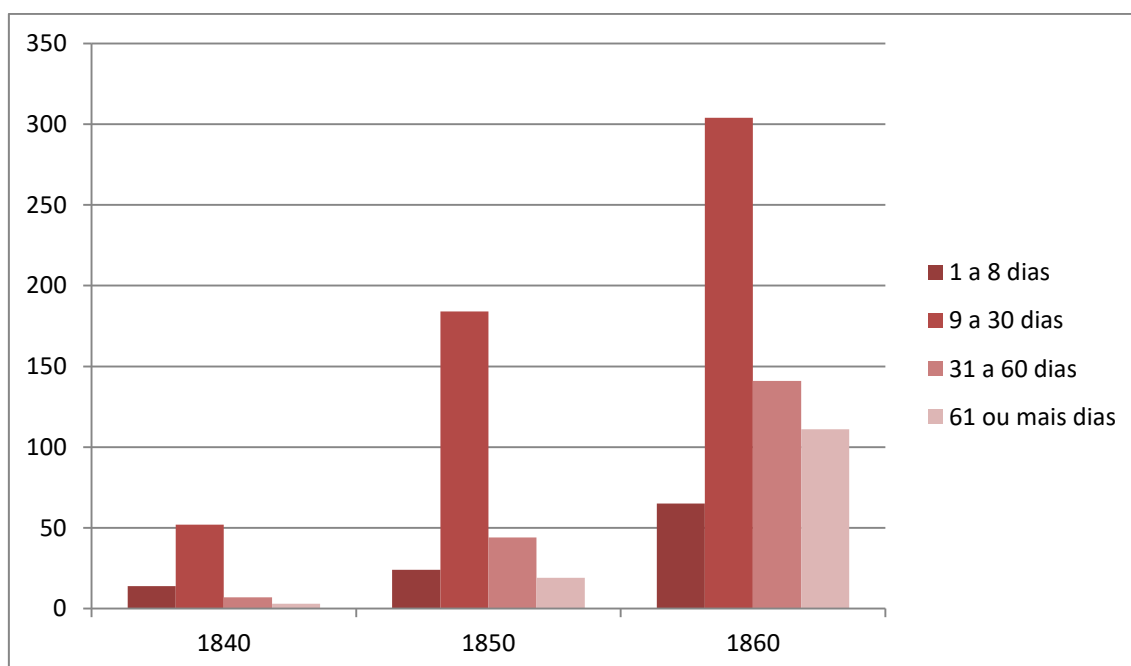
Ainda que a ausência dessa informação em muitos registros dificulte saber com quanto tempo de vida a criança recebia o sacramento, é possível perceber que a maioria delas eram batizadas com mais de 8 dias de vida – o contrário do que indicava as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em que se determinava que o batismo fosse feito com até 8 dias para que a criança não ficasse muito tempo sem alcançar o estado de graça que ele proporcionaria¹⁶¹. Poucas famílias conseguiam seguir essa determinação, a maioria batizava seus rebentos entre oito dias e um mês de vida. O gráfico abaixo mostra o quantitativo de crianças que eram batizadas em cada período.

¹⁵⁹ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, 1848, fl.31.

¹⁶⁰ Livro de Notas do Cartório de Notas de Paula Cândido, n. 7, 1887, fl.31-33.

¹⁶¹ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Op. Cit.* p. 14.

Gráfico 3: Período (de vida) em que os batismos eram realizados. São José do Barroso, 1830-1860¹⁶².



Nota-se claramente, a partir do gráfico 3, o descumprimento dos 8 dias, sendo a maioria dos recém nascidos batizados entre 9 e 30 dias, perfazendo 49,4% dos 1.093 assentos analisados entre as décadas de 1830 e 1860. O número correspondente aos que seguiram as normas do Arcebispado somam apenas 9,42%; 17,56% eram batizados entre 31 e 60 dias e 12,16% com 61 dias de vida ou mais. É preciso considerar os registros que não mencionam data de nascimento, que compõem a significativa taxa de 11,43%, para os quais a década de 1830 se inclui, uma vez que nenhum registro, dos poucos realizados no período, apresenta tal informação. Entre os motivos pela demora em se realizar o sacramento, podem estar a distância da igreja ou ainda o desconhecimento dessa determinação em regiões do interior. Igor Nogueira Lacerda, analisando batismos de indígenas em São João Batista do Presídio, avalia que muitas famílias ainda viviam próximas aos antigos aldeamentos, a inconsistência nos registros pode ser outro fator¹⁶³.

Como dito anteriormente, não há padronização nos assentos, tampouco linearidade nas datas, de tal modo que, em determinado momento, foi preciso inserir uma anotação no

¹⁶² Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1, Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, fl. 1- 132.

¹⁶³ LACERDA, Igor Nogueira. Relações de solidariedade e reciprocidade: um estudo sobre o compadrio de índios em São João Batista do Presídio (1810 – 1820). In: CARVALHO, Marieta Pinheiro; DURÃES, Mararida; ANDRADE, Vitória Schettini de (orgs.). *Movimentos, trânsitos e memórias: novas perspectivas (século XVII – XIX)*. Niterói: ASOEC – UNIVERSO, 2019, p. 423.

Livro 2 que dizia: “Seguem-se aqui alguns assentos pertencentes a anos anteriores que encontrei avulsos entre outros assentos, depois de haver já feitos os precedentes, que aliás encontrei também em completa desordem”¹⁶⁴. A explicação foi dada pelo pároco José Maria Lisboa, que parecia querer deixar claro sua insatisfação com a falta de cuidado com os registros feitos por sacerdotes anteriores. E não teria sido a única, ainda no Livro 1, em meio a registros da década de 1850, há uma observação que dizia que aqueles assentos “foram encontrados em fragmentos de papel”¹⁶⁵ e teriam sido transcritos pelo pároco Matheus Vigorito, uma vez que estavam assinados pelo já falecido Reverendo Agostinho Isidoro. Entre os fragmentos, constam batismos de escravos adultos e da filha de Francisco Teixeira de Oliveira (dono de escravos), além disso, um aspecto comum nos registros é a ausência da data de nascimento da grande maioria deles.

Um exemplo do descuido da família ou da dificuldade em ir até a igreja é o de duas mulheres, ambas pardas e provavelmente aparentadas, que levam seus filhos para receber o sacramento do batismo. Maria Rita Barbosa teve Manoel em 20 de outubro de 1864, enquanto Maria Inácia Barbosa teve Joanna em 5 de Abril de 1865, as crianças são batizadas no mesmo dia¹⁶⁶ – quando o primeiro teria quase 7 meses e a segunda, pouco mais de um mês de vida. Se é possível pensar que as mães eram irmãs, poderia ter havido um apoio mútuo entre elas para a ida à paróquia, Maria Rita pode ter esperado Maria Inácia dar a luz ou ainda não teria sido alertada sobre os prazos do batismo.

Apesar de haver regras que apontam para uma situação ideal em relação aos sacramentos, percebemos que, especialmente no interior, os próprios párocos que deviam zelar pelo cumprimento desses preceitos faziam “vista grossa” para que eles pudessem ser minimamente seguidos dentro de determinados contextos. No caso de São José do Barroso, o contexto era de uma recente ocupação, vínculos familiares e tendência em seguir as ordens da Igreja, mesmo diante de dificuldades como a distância até a capela. Desse modo, as atas de batismo são fontes importantes para compreender não só o sacramento em si, mas a sociedade da época, a desigualdade social e econômica, bem como as categorias em que as mulheres eram colocadas. Eles deixam escapar a notoriedade de determinadas famílias a partir da forma como o registro é feito, bem como o quase descaso com indígenas e negros.

¹⁶⁴ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, s/d, fl. 161.

¹⁶⁵ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, s/d, fl.74.

¹⁶⁶ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, 1864, fl.5.

CAPÍTULO 3: AS MÃES DA TERRA: MULHERES INDÍGENAS E FAMÍLIAS ESPIRITUAIS.

Os sacramentos da Igreja Católica serviam muito mais para criar ou fortalecer relações do que para viver em estado de graça. Nos registros de batismo são perceptíveis as alianças formadas dentro de uma mesma família, quando avós ou tios são escolhidos para apadrinhar, ou entre duas famílias distintas, servindo, nesse sentido, para firmar vínculos de proteção, poder ou ascender socialmente. Mateus de Andrade divide a região de Piranga em microrregiões, as famílias da elite desses espaços teciam uma rede social que, para o autor, era sintomática da recente colonização, sendo “provavelmente famílias que ainda buscavam enraizamento social num novo espaço de habitação”¹⁶⁷.

Se para as famílias da elite do sertão as relações eram meticulosamente construídas em um mesmo espaço, como defende Andrade, é imprescindível pensar as relações tecidas por mulheres indígenas com o mesmo rigor. Dada às devidas proporções, elas também buscavam proteção e vínculos proveitosos para si e seus filhos. Já se afirmou que no compadrio nem sempre se busca relações ascendentes, há uma complexidade maior nos laços estabelecidos na pia batismal, dessa forma questiona-se o que as indígenas que viveram em São José do Barroso no século XIX pretenderam ao traçar os mais diversos vínculos. Desse modo, é necessário compreender como essas mulheres viviam e como eram percebidas pela sociedade.

3.1. Um emaranhado de gente: as relações em São José do Barroso

Entre as indígenas presentes nos livros de batismo estão prováveis concubinas, escravizada e casada; a observação das relações tecidas por elas no sacramento do batismo nos permite perceber como e, em alguns casos, onde essas mulheres viviam, que posição ocupavam na sociedade, bem como o que conseguiram ou não a partir da parentalidade espiritual. De modo geral, percebe-se que havia uma preocupação dessas mulheres ao escolherem suas comadres e compadres que, seja através de relações verticais ou horizontais, poderiam oferecer algo não só à criança, mas também à mãe. O vislumbre dado pelos registros paroquiais analisados nos permite compreender de forma mais abrangente as relações em São José do Barroso, formadas espacialmente. As indígenas escolheram pessoas

¹⁶⁷ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Op.cit*, p. 94.

próximas afetiva e geograficamente para apadrinhar seus filhos, os padrinhos e madrinhas, por sua vez, também o fazem, observando também o *status* social e porte econômico.

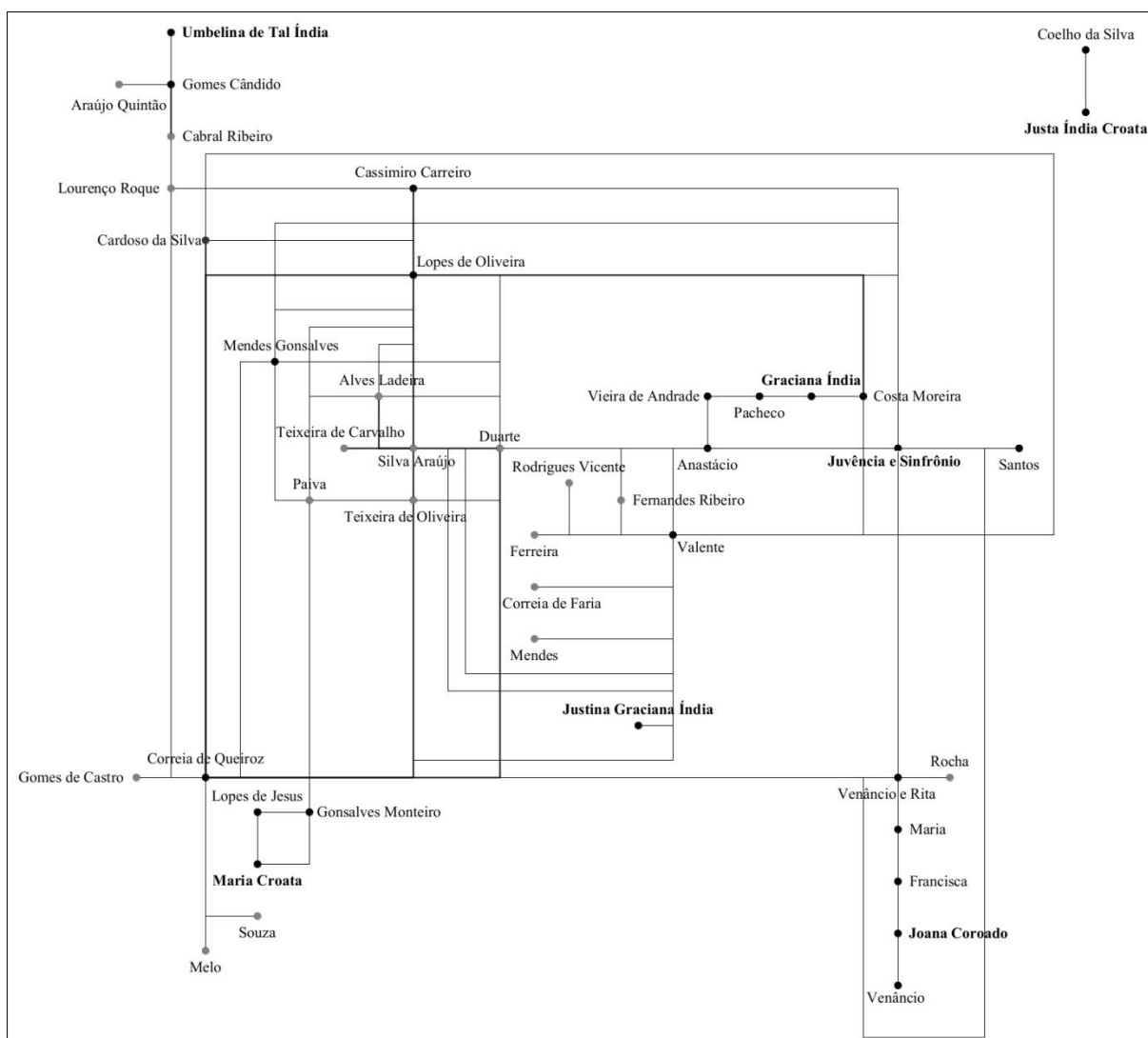
Para efetuar tal observação, utilizamos o conceito de malha defendido por Tim Ingold, que seriam linhas emaranhadas que representariam não apenas uma conexão entre dois pontos, mas uma ação¹⁶⁸. As linhas presentes em uma rede evidenciam a intencionalidade de um indivíduo ou família em traçar relações, bem como o esforço para colocá-la em prática, elas seriam, portanto, “uma trilha *ao longo da qual a vida é vivida*. [...] Trata-se não de um campo de pontos interconectados, mas de linhas entrelaçadas; não de uma rede, mas de *uma malha*”¹⁶⁹.

A partir das informações colhidas sobre cada família, formamos a malha de São José do Barroso, para tanto usamos o programa yEd Graph Editor de forma adaptada ao inserirmos as informações e construirmos manualmente a gama de relações tecidas no século XIX. Os dados computados são relativos não só às indígenas, mas às famílias de madrinhas e padrinhos. Nesta malha, apresentada abaixo, as hastes indicam relações tecidas não só através do compadrio, como do casamento. Há que se observar que o esse último é o sacramento que envolve duas famílias somente, enquanto o batismo abre possibilidade de relação com uma terceira família – possibilidade tal que não foi explorada pelas indígenas, uma vez que, como veremos, elas preferiam escolher pessoas de um mesmo núcleo. As cores diferenciam as famílias que foram diretamente escolhidas (pretas) das que com ela se relacionavam (cinza).

¹⁶⁸ INGOLD, Tim. *Op. Cit.* p.111,113.

¹⁶⁹ *Ibidem.* p.117

Imagem 1: Rede Social de São José do Barroso, século XIX¹⁷⁰.



Para tecer a rede foram computados os dados da família extensa dos padrinhos e madrinhas (pais, irmãos, tios e avós). Esses dados nos permitem compreender que, na grande maioria das vezes, as famílias tendem a perpetuar as relações estabelecidas por seus antepassados. No entanto, ela também nos impõe um desafio que se repete nessa pesquisa: o

¹⁷⁰ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fls.4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 26, 27, 28, 30, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 78, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 102, 104, 111, 112, 114, 119, 123, 125, 130, 135, 136. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fls.1, 2, 3, 4, 6, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 45, 47, 48, 51, 53, 54, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 72, 73, 77, 82, 91, 93, 96, 112, 119, 120, 121, 127, 136, 137, 139, 146. Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, fls. 18, 24. Livro de Notas da Guarda Nacional, s/fl. Acervo de Emerson Lisboa. Livro de Notas do Cartório de Notas de Paula Cândido, n. 6, fl. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 17, 18, 36, 37, 38, 39; n. 7, fl. 9, 10, 11, 12, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 34; n.8, fl. 1, 2, 3, 20, 64, 65, 66.

sobrenome. Em São José do Barroso, quando casais tinham filhos o prenome dos primogênitos remetia a um dos pais ou avós, o sobrenome poderia depender do sexo da criança, sendo comumente os meninos herdeiros do último nome do pai e as meninas do cognome da mãe.

Desse modo, ainda que o padrinho e a madrinha fossem casados, eles foram contabilizados como duas famílias distintas por possuírem sobrenomes diferentes que indicavam sua família estendida. Há, ainda, aqueles casos para os quais não existe sobrenome, como Venâncio e Francisca, escravos de Antônio Cardoso da Silva, ou em que esses foram adotados por pessoas sem laços consanguíneos, como Inocêncio e Romualda, escravos de Maria Cândida Cabral Ribeiro, que adotaram o sobrenome Gomes Cândido. Entretanto, eles também foram contabilizados, ainda que somente com seu primeiro nome, por terem sido escolhidos pelas mães indígenas e por terem sua própria rede de relações. A presença de escravizados na malha evidencia sua existência enquanto sujeitos que, na medida do possível e dentro dos limites da época, agenciavam suas escolhas.

Se analisássemos a malha de relações sob o ponto de vista geográfico, perceberíamos a proximidade das famílias que figuram na pesquisa, o que indica que as indígenas viviam não só próximas a esses núcleos, mas também entre si. Ou seja, senão todas, a maioria vivia na área leste, à esquerda do Rio Turvo Limpo, nas fronteiras com São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco) e Santa Rita do Turvo. Da mesma forma, as famílias com maior prestígio econômico e social no distrito viviam nessa região, em alguns casos suas terras faziam fronteira, como ocorria nas propriedades dos Correia de Queiroz, Lopes de Oliveira e Valente. Essa última teve dois de seus membros escolhidos para apadrinhar o filho de Justina, a escolha não teria sido feita à toa, uma vez que tal família era bem relacionada além da notoriedade que deveria usufruir no distrito.

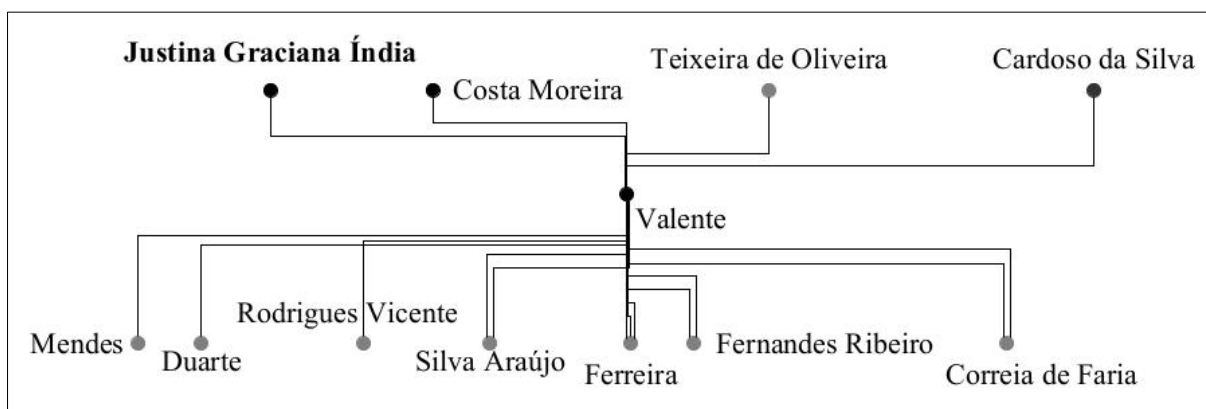
Apesar de não terem integrado a Guarda Nacional de São José do Barroso na década de 1830, os irmãos Antônio José Valente e Francisco José Valente carregavam as patentes de Capitão e Tenente, respectivamente. O primeiro, além de terras no lugar chamado Bandeira, comprou ao final do século XIX a Fazenda Santa Rosa, propriedade que contava com casa e paiol assoalhados, moinho, senzala e engenho de ferro, a produção nas roças ficava a cargo dos 11 escravizados que o Capitão teve ao longo de sua vida¹⁷¹. O Tenente, por sua vez, era dono da Fazenda do Taquaraçú, que possuía oratório e um cemitério particular; pela

¹⁷¹ Livro de Notas do Cartório de Notas de Paula Cândido, n. 7, 1887, fl.31-33. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fl. 54, 82, 83, 92. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl.18, 26,

propriedade passaram cerca de 21 escravizados e mesmo quando ocorria uma venda, ela se dava no seio familiar¹⁷². Apesar de não serem naturais do distrito, as relações bem constituídas se tornaram proveitosas para se assentar, garantir o enraizamento dos irmãos e permitir com que ao longo do tempo eles também fossem escolhidos.

A família tem origem em Lisboa e Piranga, sendo descendente direto do sertanista Brás Pires Farinho e Sebastiana Cardoso – que também são pais de Francisco, Manoel e Martinho Pires Farinho, já mencionados anteriormente¹⁷³. A genealogia mostra a constante migração de seus ascendentes que, de tempos em tempos, se fixavam em localidades diferentes até chegarem a São José do Barroso. No distrito, os irmãos Antônio e Francisco formaram suas famílias com as irmãs Luiza e Joaquina Clara Mendes, cujas famílias, Mendes Peixoto e Ferreira da Silveira, também estavam em Piranga.

Imagem 2: Batismos e casamentos, família Valente. São José do Barroso, século XIX¹⁷⁴.



Fica perceptível na imagem 2 que ao longo do século a família Valente teceu relações variadas dentro e fora dos grupos da elite, uma vez que eles apadrinharam núcleos em que se verificou menor influência da mesma forma como foram apadrinhados. Verificou-se que eles escolheram tanto quanto foram escolhidos nos batismos. Entre os que escolheram os Valente para padrinho estão Felisberto da Costa Moreira e Maximiana Maria, para os quais não se tem registro de possuírem terras ou escravizados, mas que também apadrinharam uma criança indígena. Além deles, estão os Teixeira de Oliveira, cujos membros eram eleitores do

¹⁷² Livro de Notas do Cartório de Notas de Paula Cândido, n. 6, 1885, fl.37-39

¹⁷³ Informações colhidas no Family Search, árvore de Luisa Clara Mendes. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/GVCJ-YZ8>. Acesso em: 11/01/2024.

¹⁷⁴ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1, fl. 7, 17, 19, 20, 27, 33, 57, 64, 91, 93, 97, 104, 111, 125. Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, fl. 28, 29, 32, 37, 51, 93, 121.

distrito, possuíam terras e escravos e participavam do pequeno grupo que controlou a reforma da Igreja Matriz¹⁷⁵. Existem também as relações mútuas dos casamentos, que é um acordo entre duas famílias, como é o caso dos Mendes, onde ambos os irmãos se casaram, ou ainda dos Rodrigues Vicente e Fernandes Ribeiro, que formaram matrimônio com os filhos do Tenente Francisco.

Quem também se relacionou com os Teixeira de Oliveira foram os Correia de Queiroz, que se difere dos Valente em alguns aspectos. O primeiro é que esse grupo escolheu mais do que foi escolhido, no entanto eles já estariam fixados no distrito a mais tempo, uma vez que figuram em documentos da década de 1830. Já se mencionou que um dos alfaiates de São José do Barroso em 1831 era Manoel Correia de Queiroz, viúvo de Caetana Clara de São José, que vivia com seus filhos e nenhum escravo¹⁷⁶.

A família de Manoel teria origem em Perdizes, Minas Gerais, enquanto a de Caetana viria do interior de São Paulo, tendo se instalado em Piranga no século XVIII¹⁷⁷. A condição de vida dos filhos do alfaiate pareceu mudar nos anos seguintes a 1831, pois além de uma propriedade em São José do Barroso, teriam escravos e terras. Seu filho mais velho, André Correia de Queiroz, teve dois casamentos com uma prole considerável de 5 filhos nascidos vivos e/ou que chegaram à vida adulta¹⁷⁸. Nos anos de 1830, o nome de André aparecia no Conselho de Qualificação da Guarda Nacional do Distrito, ele possuía 19 anos, era negociante e já vivia em São Matheus¹⁷⁹. Não é possível afirmar que sua profissão tenha mudado já que ao longo de sua vida teve 3 escravos¹⁸⁰ e, apesar das terras que possuía, não há indícios de que em algum momento viveu como lavrador – ou, ao menos, que tenha lucrado com isso tanto quanto alguns de seus vizinhos. Apesar de não ter sido possível verificar todas as relações de compadrio estabelecidas para os filhos de André Correia de Queiroz, é possível perceber que

¹⁷⁵ Livro de Notas do Cartório de Notas de Paula Cândido, n. 7, 1887, fl. 16

¹⁷⁶ Arquivo Público Mineiro. Coleção Mapas de População. MP-CX.02-DOC.22

¹⁷⁷ Informações colhidas no Family Search, árvore de Manoel Correia de Queiroz. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/GWV3-SSF>. Acesso em: 11/01/2024.

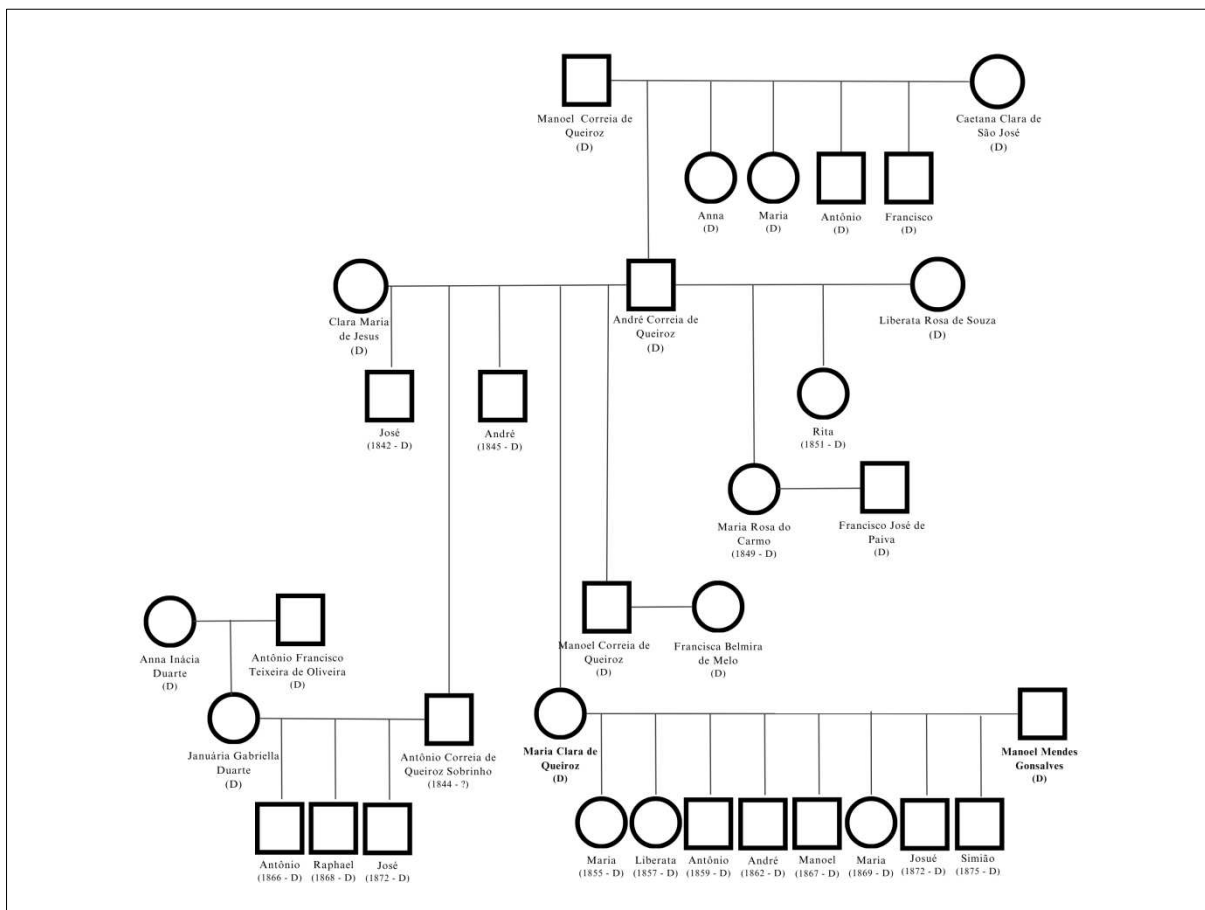
¹⁷⁸ Pelos diversos motivos já listados nessa pesquisa, os registros batismais são falhos. Para construir as árvores genealógicas dessa e de outras famílias, foram usadas as informações de parentesco entre padrinhos e pais expressas no documento. O ponto de partida para a elaboração dessas relações foram as mulheres, a exemplo de Maria Clara Correa de Queiroz e Maria Angélica de Oliveira. É a partir delas que encontramos os laços perdidos e os dados sobre cada membro.

¹⁷⁹ Livro de Notas da Guarda Nacional, 1834, s/fl. Acervo de Emerson Lisboa.

¹⁸⁰ Índice de Batizados da Paróquia de Santa Rita, Viçosa, 1849. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl.47.

ele teve preferência por diversificar os laços nesse sacramento, padrão adotado também por sua prole.

Imagem 3: Genealogia da família Correia de Queiroz, São José do Barroso, século XIX¹⁸¹.



Ao contrário do pai e do tio, Antônio Correia de Queiroz Sobrinho, Maria Clara de Queiroz, Manoel Correia de Queiroz e Maria Rosa do Carmo estabeleceram matrimônio em diferentes famílias: Duarte, Mendes Gonsalves, Melo e Paiva. Essas relações podem indicar a intencionalidade em aumentar terras, visto que, pelo que se depreende dos documentos cartoriais, a família não possuía grandes ou numerosas propriedades. Outro indício de que apesar de melhorar gradativamente sua condição, a família não possuía grande prestígio é o

¹⁸¹ . Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fl. 10, 51, 66, 84, 135, . Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl. 2, 6, 12, 30, 31, 32, 33, 41, 59, 60, 82, 89. Índice de Batizados da Paróquia de Santa Rita, Viçosa, n. 318, 666. Arquivo Público Mineiro. Mapas de População. MP-CX.02-DOC.24, fogo 214. Lista organizada pelo Poplin-CEDEPLAR. Informações colhidas no Family Search, árvore de Manoel Correia de Queiroz. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/GWV3-SSF>. Acesso em: 11/01/2024. Informações colhidas no Family Search, árvore de Januária Gabriela Duarte. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/K8DZ-2XM>. Acesso em: 11/01/2024.

fato de nenhum homem ser tratado por “senhor” e apenas Maria Clara ser chamada de “Dona”; ainda que o negociante André Correia de Queiroz tenha sido mencionado nos documentos da Guarda Nacional, nunca chegou a receber uma patente. O contrário se percebe em outros núcleos com os quais eles se relacionaram, a exemplo dos Duarte. Januária Gabriella Duarte, em diferentes documentos cartoriais e paróquias é tratada por “Dona”; ela era filha de Antônio Francisco Teixeira de Oliveira, cuja família veio do Porto, em Portugal, e se assentou em Piranga, e Anna Inácia Duarte, cujos ascendentes são originários das regiões de Aveiro e Lisboa e igualmente passaram por Piranga¹⁸². Não é difícil concluir que Duarte e Teixeira de Oliveira há muito estabeleciam relações em outras regiões. Pela lista nominal, não havia nenhum Duarte em São José do Barroso em 1831 e apenas um Teixeira de Oliveira. A partir desse casamento, os Correia de Queiroz estabeleceram uma relação com elites que vinham de uma região de fronteira e área mineradora em períodos anteriores. Dos netos do alfaiate Manoel, Antônio Correia de Queiroz Sobrinho parece ter sido o mais bem sucedido, a ponto de poder desistir da herança deixada por seus sogros, pais de Januária Gabriela, na década de 1880. Um número que dimensiona seu poder econômico são os 10 escravos que possuía, sendo um casal com 5 filhos, duas mulheres e um homem.

Por não haver recursos suficientes para comprar muitos escravizados, o número maior de filhos deveria suprir as necessidades laborais de uma propriedade, pelo menos pode ter sido a saída para Maria Clara de Queiroz, única filha de André e Clara Maria. Ao se casar com Manoel Mendes Gonsalves ela buscou, assim como seus irmãos, formar relações com outras famílias, além de fortalecer os laços com seus parentes. De seus 8 filhos, 4 foram apadrinhados por seus irmãos, pai e madrasta, 1 por membros de família com as quais os Correia de Queiroz já se relacionavam, Paiva e Duarte, e os 3 mais novos por outras famílias, aumentando a rede social, sendo eles os Roque, Lopes Oliveira e Gomes de Castro. Assim como Januária, Maria Clara também passou a ser tratada por “Dona”, representando o respeito que ela havia conseguido perante a sociedade quando começa a ser escolhida como madrinha.

O mesmo tratamento que ela recebeu sua concunhada, Francisca Belmira de Melo, também tratada por “Dona”. Filha de Francisco José Cardoso e Anna Eufrásia Belmira de Melo, donos de escravos da região de Santa Rita do Turvo¹⁸³, ela se casou com Manoel Correia de Queiroz que, declaradamente, possuía apenas 4 escravizados – Sinfrônio,

¹⁸² Informações colhidas no Family Search, árvore de Januária Gabriela Duarte. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/K8DZ-2XM>. Acesso em: 11/01/2024.

¹⁸³ Índice de Batizados da Paróquia de Santa Rita, Viçosa, n.656. ¹⁸³ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fls. 13,43,63.

Marciano, Rita e sua filha Eulália. Não se sabe como Manoel adquiriu os escravizados, tampouco quais funções cada um desempenhava, entretanto os registros de batismo trazem à tona o casamento do primeiro – um crioulo, portanto nascido no Brasil e provavelmente filho de pais africanos – com Juvência, mulher indígena da etnia Coroadó. Juvência, apesar de livre, teria sido tratada como cativa assim como seus filhos, fazendo com que, na prática, Manoel Queiroz tivesse 11 escravos no total¹⁸⁴. O único casal dessa propriedade revela, portanto, um caso interessante para o estudo: a probabilidade dos filhos de uma mulher livre com um escravizado ter sido considerado escravos.

Como parece ter sido comum no período, a primeira filha do casal, Basília, foi registrada sem o nome do pai e teve como padrinhos Venâncio e Rita, casal de escravizados da propriedade de Antônio Correia de Queiroz Sobrinho. Em seguida vieram José, Filomena, Thomaz e Maria, filhos legítimos e com padrinhos e madrinhas livres. Mas é a filha mais nova do casal, Julianna, para a qual não se encontrou registro de batismo, que nos dá uma pista de como seus irmãos foram percebidos na sociedade: ela teria falecido aos 5 anos de idade e enterrada no cemitério da cidade, seu óbito consta no livro dos filhos de mães escravas¹⁸⁵.

Assim como os senhores, os escravizados também formaram sua teia de relações. Sinfrônio havia batizado o segundo filho de Venâncio e Rita quando estes foram escolhidos para serem padrinhos da primogênita dele com Juvência. Os outros 4 filhos dos compadres de Sinfrônio foram batizados por parentes de seus senhores, como André Correia de Queiroz e sua filha Maria; escravizados do mesmo plantel, João e Rosa; e Maria, escrava de Joaquim Teixeira de Oliveira. É curioso notar que tanto Sinfrônio, escravizado por Manoel, quanto Venâncio e Rita, escravizados por Antônio, não escolheram seus senhores para serem padrinhos de seus filhos. Se houvesse uma relação amistosa entre eles, não haveria motivos para que esses laços não fossem atados mais fortemente, entretanto, a não escolha pode evidenciar uma desavença. Afinal, Manoel seria o responsável por tratar os filhos de Sinfrônio, nascidos de mãe livre, como escravizados. Como aceitar tal tratamento? Afinal, como afirma Jonis Freire, “nunca é demais lembrar que a mulher transmitia a condição de cativa aos filhos”¹⁸⁶, portanto, não o sendo, ela também seria a responsável por transmitir a

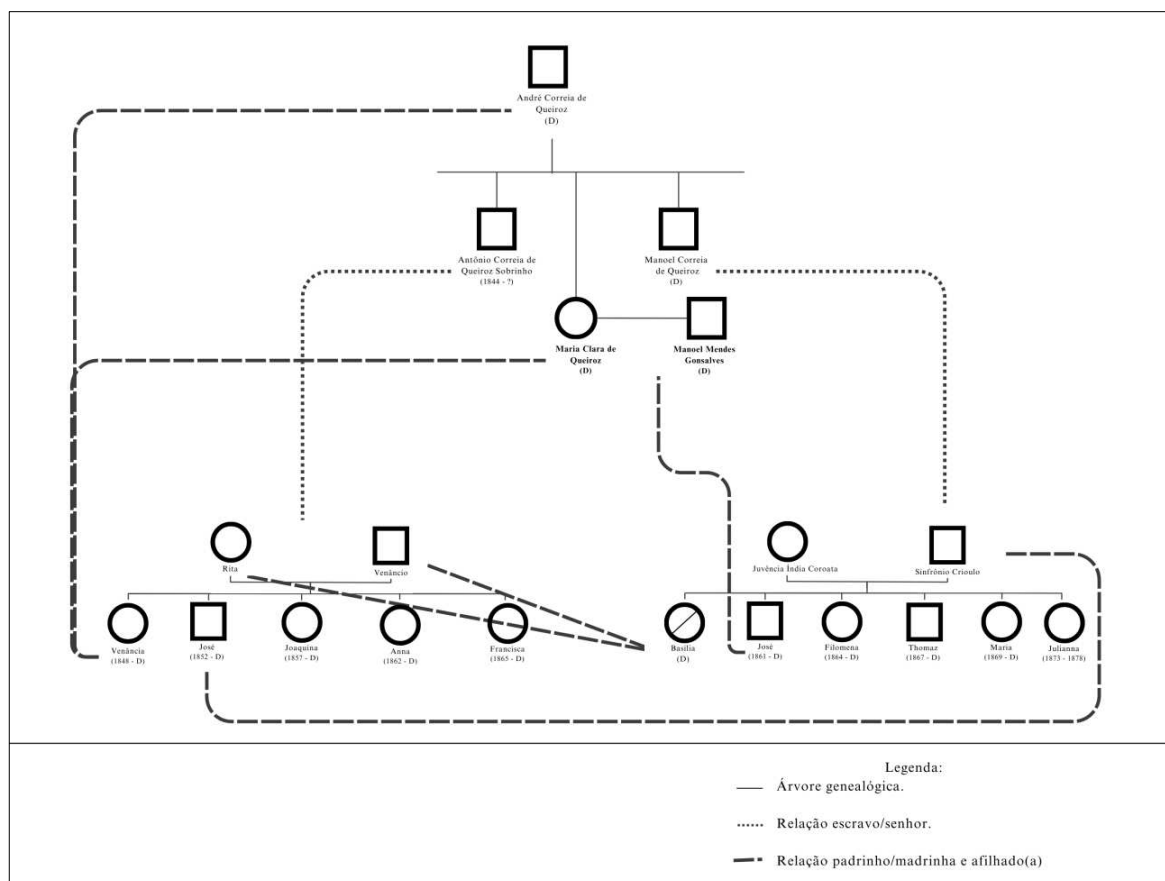
¹⁸⁴ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fl. 58, 136. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl. 1, 24, 26, 40, 45. Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, 1878, s/f. Acervo de Emerson Lisboa.

¹⁸⁵ Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, 1878, s/f. Acervo de Emerson Lisboa

¹⁸⁶ FREIRE, Jonis. *Op. Cit.* p.58

condição de livre. Diante disso, eles recorriam a outros membros da família, como o patriarca André, ou um de seus outros filhos, como Maria Clara, escolhida tanto por Venâncio e Rita quanto por Sinfrônio e Juvência para ser, junto a seu esposo Manoel Mendes Gonsalves, padrinhos de José, segundo filho do casal.

Imagem 4: Relação senhorial e de batismo. Famílias Correia de Queiroz, Juvência e Sinfrônio, Rita e Venâncio. São José do Barroso, 1848 – 1861¹⁸⁷.



Tanto esses últimos quanto os próprios Correia de Queiroz, formaram laços com os Lopes de Oliveira, cujo patriarca José Antônio Lopes de Oliveira também já foi mencionado anteriormente. Ele era casado com Maria Angélica, filha do Guarda-Mór José Gomes Barroso, natural do arcebispado de Braga¹⁸⁸ que viveu em Piranga; entre os filhos conhecidos

¹⁸⁷ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fl. 26, 58, 67, 93, 136. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl. 4, 6, 16, 26, 40. Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, 1878, s/f.

¹⁸⁸ ANDRADE, Mateus Rezende. *Op. Cit.* p. 80-81. Informações colhidas no Family Search, árvore de José Antônio Lopes de Oliveira. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/GSDY-YV8>. Acesso em: 11/01/2024.

do casal está José, homônimo do pai, que se casou com Cassimira Luiza Ferreira, a qual não se conhece os ascendentes. Dos 5 filhos conhecidos deste último, Maria Angélica de Oliveira teria sido a escolhida para amadrinhar Filomena, a terceira filha de Juvência, junto a seu esposo, Antônio Cassimiro Carreiro – nascido em 1837, filho de Antônio Cassimiro Carreiro e Antônia Lina Moreira. Os outros filhos da indígena Coroadó com o escravizado tiveram padrinhos igualmente livres, mas que não pertenciam à elite.

Outra família de escravizados que teceram sua própria rede social foi a de Inocência e Romualda, que com seus filhos compunham o plantel de Maria Cândida Cabral Ribeiro e do Capitão João Cabral Ribeiro juntamente com mais 21 cativos. A família e seus senhores eram da Tapera, localizada ao norte do distrito de São José do Barroso. De seus cinco filhos, 2 tiveram padrinhos ignatos, os outros 3, entretanto, tiveram seus pais espirituais escolhidos a dedo: a própria senhora Maria Cândida e membros de sua família como Anna Rosa Cabral Ribeiro, além de membros de abastadas famílias da elite piranguense¹⁸⁹, como João Brás de Araújo Quintão e sua filha Amélia de Araújo Quintão. Para além das relações traçadas, os nomes escolhidos para suas duas primeiras filhas demonstram em que o casal de escravizados se agarrava: Esperança e Aurora. Também buscavam certo reconhecimento em seu espaço e uma tentativa de ascensão social pode ser percebida na escolha do sobrenome Gomes Cândido; se ele não remete a antigos senhores, poderia ao menos confundi-los com outra importante família daquela localidade, a do médico sanitarista Francisco de Paula Cândido – cujo pai, Antônio Gomes Cândido, como já dito anteriormente, era possuidor de muitos escravos e de uma fazenda de engenho em São José do Barroso.

Ao observarmos a rede social do distrito (Imagem 1), percebemos que muitas relações convergem para os Duarte e os Silva Araújo, passando por outras famílias mais proeminentes. Ambos estavam em Piranga desde meados do século XVIII e pertenciam à mesma rede social, tecendo relações com as mesmas famílias. Em São José do Barroso eles fortaleceram esses laços, exemplo disso é o segundo casamento de Antônio da Silva Araújo, Capitão da Guarda Nacional no distrito, que vivia em São Matheus e teve suas primeiras núpcias com Clementina Maria da Silva, membro dos Teixeira de Oliveira. Ao enviuar, se casou novamente com Ignez Claudina Duarte. Os cinco filhos de seu primeiro matrimônio diversificaram as relações de modo a manter o vínculo com as novas e velhas elites no novo espaço geográfico em que viviam, casando-se com os Alves Ladeira, Teixeira de Carvalho, Teixeira de Oliveira, Lopes de Oliveira e com os próprios Silva Araújo. No batismo eles

¹⁸⁹ Sobre a família Quintão, ver em: ANDRADE, Mateus Rezende de. *Op.cit.* p.116.

expandiram essa malha, se relacionando também com os Valente e os Paiva. Da mesma forma, os Duarte recriaram seus vínculos ao migrarem para São José do Barroso, mantendo laços com os Fernandes Ribeiro, Mendes e Lopes de Oliveira. Eles ainda participaram de batismos de escravizados e pobres livres, além de se encontrarem com os Monteiro Gonsalves e Cabral Ribeiro na pia batismal – pois eram escolhidos juntos para padrinho e madrinha.

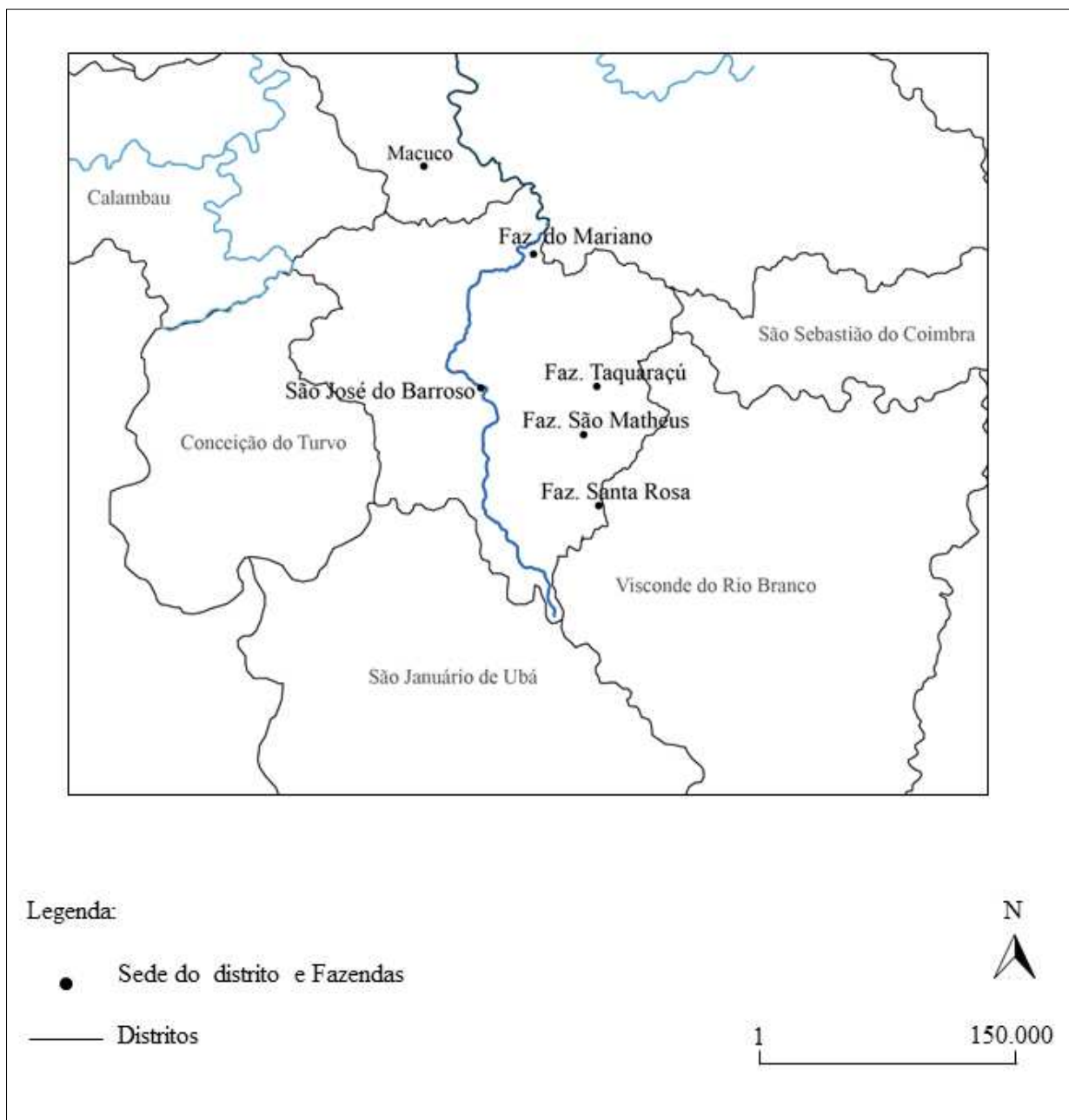
Desse modo, fica perceptível que as indígenas estavam, em sua maioria, rodeadas de famílias de elite que, à medida que as fronteiras se fechavam, seguiram Turvo Limpo acima e se instalaram em uma região de terras agricultáveis ainda abundantes. Em suas novas moradas, tanto a elite quanto indígenas, fizeram o movimento afetivo, mas racionalizado, de construir ou reconstruir laços frutíferos para viver em uma sociedade hierarquizada – racial, econômica, religiosa e intelectualmente. Nessa estrutura, o ser e agir das indígenas ficava, como veremos, em última instância.

3.2 As comadres e o etnocídio em curso

A questão de gênero está presente nesse trabalho não só pelas indígenas, mas também por suas comadres. As mulheres originárias que delimitam a pesquisa nos permitem compreender as transformações pelas quais se viram obrigadas ou escolheram passar, as madrinhas de seus filhos e filhas nos abriram caminhos para a investigação dos objetivos. Foi a partir de mulheres como Anna Lopes de Jesus, Maria Francisca do Nascimento e Romualda que pudemos mapear onde essas indígenas possivelmente viviam, com quem se relacionavam (como escravizados das propriedades), quem eram essas pessoas e de onde vinham (sua origem familiar). A partir dessas relações e as mudanças pelas quais passaram, se torna possível compreender o apagamento tanto da etnia em si, quanto de boa parte de suas memórias.

Através dessas relações é possível localizar essas indígenas no espaço (Mapa 2), uma vez que os próprios registros paroquiais davam pistas de onde viviam suas comadres e compadres, que eram validadas nos documentos cartoriais. Dessa forma, sabemos que Umbelina de Tal Índia vivia no Macuco, Maria Croata nas proximidades da Fazenda do Mariano, em Airões, Justina Graciana na Fazenda Taquaraçú, Juvência Croata nas cercanias das Fazendas São Matheus e Santa Rosa e Joana Coroado na sede do distrito, em São José do Barroso. Essas últimas propriedades dão nome a comunidades rurais do município de Paula Cândido, de onde frequentemente surgem histórias de “índias pegas no laço”.

Mapa 2: Provável localização das mulheres indígenas que viveram em São José do Barroso, 1846-1885.



Fonte: IGAM e Mapa Hidrográfico de Paula Cândido.

No atual distrito de Airões também irrompem memórias indígenas, nem sempre associadas a tal violência. É importante salientar, ainda, que a comunidade do Macuco durante o século XIX pertenceu ao distrito da Tapera, entretanto, no século seguinte, provavelmente com a redefinição da fronteira para criar o município emancipado, ele passa a pertencer a Paula Cândido; a comunidade de Santa Rosa, apesar de já ter pertencido ao município, atualmente faz parte de São Geraldo.

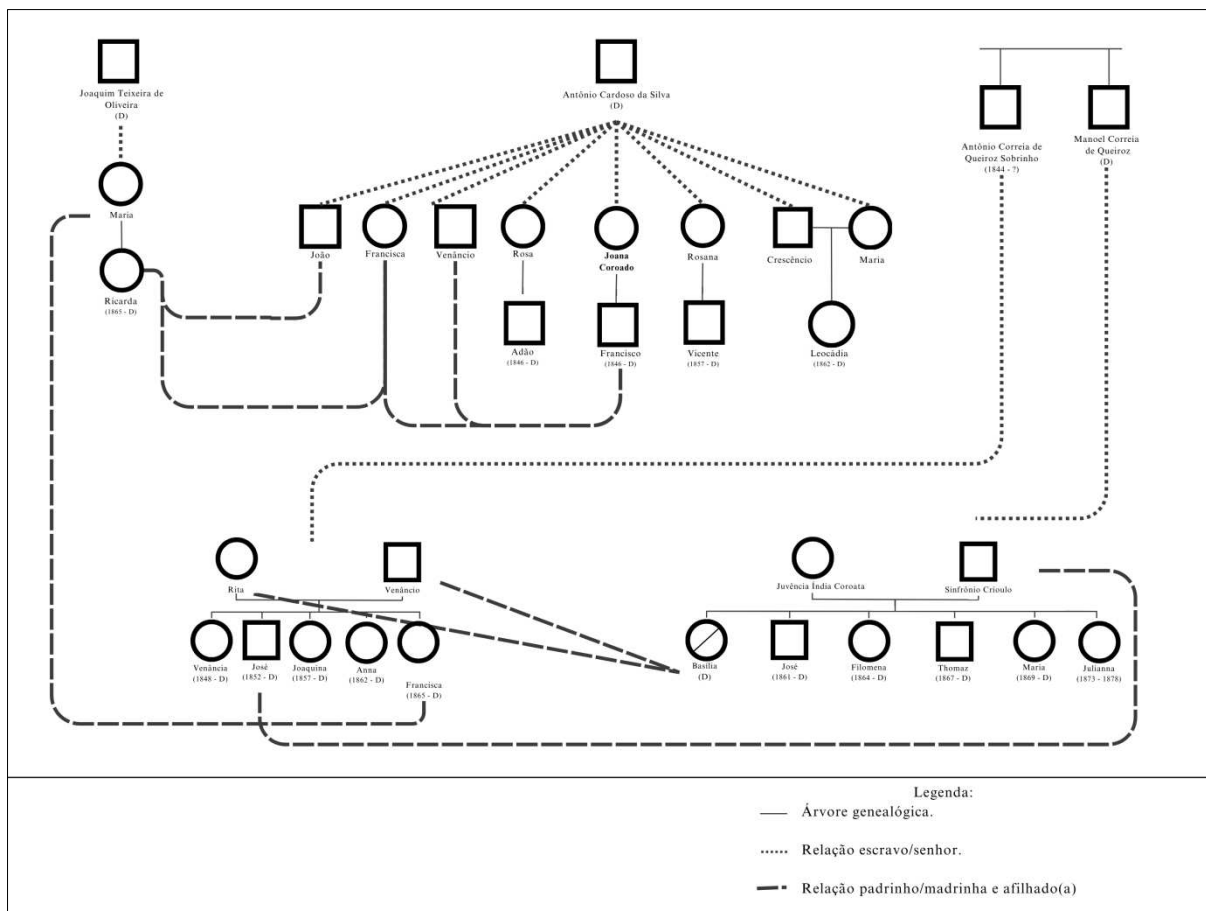
A primeira mulher indígena que aparece nos documentos é Joana Coroado, escravizada que leva seu filho Francisco para receber o primeiro sacramento em oito de fevereiro de 1846. O registro chama a atenção por dois motivos: o fato de haver uma mulher da etnia Coroado sendo escravizada em meados do século XIX e não ter o nome de seu senhor mencionado. À medida que lemos os registros, percebemos que não ter o nome do senhor no assento não é uma exclusividade desse, no entanto, quem batiza a criança são dois escravizados do plantel de Antônio Cardoso – que seria Antônio Cardoso da Silva, que no mesmo dia leva outra escravizada de sua propriedade para batizar o filho. É difícil mapear os envolvidos nesse assento: Joana Coroado não volta a aparecer e os motivos para isso são diversos, ela pode ter falecido, ter adotado um sobrenome cristão ou ainda não ter tido outros filhos. Antônio Cardoso leva outros filhos de escravizadas de seu plantel para receberem o batismo e, após a década de 1860, outros homens de mesmo nome aparecem casados batizando seus filhos. A julgar pelas datas, tais registros podem se tratar de um segundo casamento ou ainda do matrimônio de um de seus filhos – já que também há presença de Antônio Cardoso da Silva Júnior entre os escritos. Em 1834 seu nome figura no Conselho de Qualificação da Guarda Nacional, ele teria 30 anos, seria negociante e morador do arraial¹⁹⁰.

De modo geral, tanto Antônio Cardoso quanto seus escravos não se relacionaram com as famílias mais proeminentes de São José do Barroso. Entre suas posses estavam 12 escravizados, sendo 8 adultos e 4 crianças, igual número de homens e mulheres e apenas um casal; a maioria deles escolhia se relacionar com pessoas livres ou com escravizados de outra propriedade. É o caso de Francisca, a madrinha do filho de Joana, e João, que batizaram o filho de Maria, da fazenda de Joaquim Teixeira de Oliveira. Rosa, ao levar seu filho Adão para receber o batismo, escolheu Antônio Cassimiro Cordeiro e Luzia Maria do Espírito Santo. Apenas Joana Coroado parece ter escolhido alguém de dentro da propriedade para batizar seu filho, certamente na intenção de firmar relações e obter mais segurança no ambiente em que vivia. A hipótese levantada é a de que ela poderia ser recém-chegada e que, para uma indígena separada de seu grupo de origem, seria importante formar um grupo familiar com o qual ela pudesse contar. Sobre ter sido escravizada, José Otávio Aguiar fala que os Coroados eram difíceis de catequizar¹⁹¹, pois tinham suas crenças arraigadas, o que pode ter servido para justificar tal submissão.

¹⁹⁰ Livro de Notas da Guarda Nacional, 1834, s/f. Acervo de Emerson Lisboa

¹⁹¹ AGUIAR, José Otávio. *Op.cit.* p.200.

Imagem 5: Relações estabelecidas pelos escravizados de Antônio Cardoso da Silva. São José do Barroso, século XIX¹⁹².



Ao observarmos a Imagem 5, fica compreensível que ao criar vínculo com Venâncio e Francisca, convidando-os para apadrinhar seu filho, Joana passa a fazer parte de uma extensa rede que envolvia escravizados de 4 propriedades diferentes: a de Antônio Cardoso da Silva, Manoel Correia de Queiroz, Antônio Correia de Queiroz Sobrinho e Joaquim Teixeira de Oliveira.

Ela não era a única indígena dessa rede, que também era integrada por Juvência Índia Coroata, a única a contrair matrimônio. Assim como Jonis Freire e Robert Slenes observaram para mulheres escravas¹⁹³, ela teve sua primeira filha registrada como natural e batizada por Venâncio e Rita. Os pais, a princípio concubinos, poderiam contar com o apoio de um casal casado há tempos na Igreja. Tal influência é percebida pelo fato de Juvência e Sinfrônio se

¹⁹² Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fl.11, 26, 58, 67, 69, 93, 136 Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl. 4, 6, 16, 26, 35, 40. Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, 1878, s/f.

¹⁹³ FREIRE, Jonis. *Op.cit.*p.67; SLENES, Robert. *Op.cit.*p.112.

casarem e terem sua prole legitimada. O segundo filho, José, já é registrado como legítimo e teve como padrinhos Maria Clara de Queiroz e Manoel Mendes Gonsalves. Apesar de ser de família já conhecida na localidade – e nos documentos – Maria Clara amadrinha apenas 3 crianças, sendo um sobrinho, um escravo de seu irmão e um indígena; em contrapartida, Manoel é padrinho de 8 crianças, a maioria legítima.

Dessa forma, o casal (Juvência e Sinfrônio) lançava mão de outro tipo de estratégia para estabelecer relações no local onde viviam uma vez que, da mesma forma que Joana Coroado, Juvência Coroata poderia ser recém-chegada – tendo em vista que ela não foi mencionada em nenhum documento anterior a 1856. É possível que ela tenha chegado à fazenda de Manoel Correa de Queiroz por já se relacionar com Sinfrônio, do mesmo modo é possível pensar que os laços afetivos que os conectavam foram estabelecidos após sua chegada à propriedade. De todo modo ele seria a primeira pessoa a partir da qual ela traçaria sua rede social.

A terceira filha, como já dito, teve como padrinhos Antônio Cassimiro Carreiro e sua esposa Maria Angélica de Oliveira. Ambos batizam cinco crianças no distrito, sendo duas escravizadas e uma indígena. Já Thomaz teve como padrinho João Antônio Anastácio, que possuía 5 escravizados, era eleitor no distrito¹⁹⁴ e foi o terceiro mais escolhido para apadrinhar entre as pessoas analisadas. Entre as crianças que apadrinou a maioria são legítimas, apenas uma é natural e uma é indígena. Ele teve um primeiro matrimônio com Maria Clementina do Espírito Santo, ora tratada por Maria Clementina Moreira, com a qual teve 4 filhos. Não se sabe a ascendência de nenhum dos dois. Entretanto, quem teria o acompanhado até a pia batismal seria Rita Maria de Jesus, sobre a qual não há informações para além do fato de que, tempos depois, ela se casaria com João Antônio.

Maria, a última filha de Juvência a ser batizada, foi amadrinhada por Rita Francisca dos Santos e seu filho José Joaquim Francisco dos Santos. Ela seria, aparentemente, a única afilhada de ambos. Pouco se sabe sobre essa família, mas há hipóteses de que ela seria a quarta filha de Francisca Rosa da Silva e Manoel Francisco dos Santos, lavrador que teve onze filhos e nenhum escravo¹⁹⁵. Entretanto, buscando apenas por Manoel dos Santos nos documentos, encontramos um homem de perfil semelhante, lavrador com mais de 40 anos,

¹⁹⁴ Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl.54. Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, fls. 11 e 25. Acervo de Emerson Lisboa. Livros de Notas do Cartório de Paula Cândido. Livro 7, fls. 7-9, 26-28, 28-31, 44-46; Livro 8, fls. 36-38.

¹⁹⁵ Arquivo Público Mineiro. Mapas de População. MP-CX.02-DOC.24, fogo 43. Lista organizada pelo Poplin-CEDEPLAR.

que teria sido listado na Guarda Nacional e teria 6 cativos¹⁹⁶. Rita Francisca era casada com José Joaquim dos Santos, ora registrado com o sobrenome Oliveira, com o qual, além de José, teve mais 3 filhos – todos batizados por pessoas que não pertenciam à elite.

A escolha por mãe e filho, ao invés do pai, indica a perspicácia de Juvência ao escolher com quem se relacionaria. Ao fazê-lo ela manteria uma família espiritual mais duradoura para seu rebento, pois o filho que se torna padrinho junto da mãe, sendo membro de família com posses, poderia aumentar seu cabedal e garantir benesses mantenedoras para o inocente que recebia o sacramento. Imaginando que José Joaquim fosse neto de um senhor de escravos, cotado para fazer parte da milícia imperial, ele seria capaz de dar garantias à Maria. Para além do capital econômico, observava-se o capital social, escolhendo padrinhos também pelas relações que esses mantinham no distrito, o que justificaria a preferência pelos demais compadres – que possuíam os dois atributos.

Um indício de que Juvência e Sinfrônio estariam usufruindo de suas escolhas é a mudança pela qual ambos passam nos registros. Já tratamos da intencionalidade e responsabilidade dos padres ao escreverem sobre a realização do batismo, no caso das indígenas a intenção era torna-las súditas cristãs, desse modo a “índia” ganha outros tratamentos: Juvência Índia Croata, Januária Maria Índia e Juvência Maria de Jesus Índia e, por fim, Índia apenas; enquanto isso seu marido adota o sobrenome Cardoso. O nome único do escravizado foi o que nos permitiu seguir o fio da meada e acompanhar a história do casal. É de se questionar se eles conquistaram certo respeito no meio em que viviam, se Sinfrônio teve a confiança de seu senhor, quem sabe até teria conquistado a alforria – que poderia ter sido comprada por sua esposa.

De fato, formar uma família pode ter sido benéfico para o casal, pois teriam direito a uma casa separada da senzala em que viviam os solteiros e, nas palavras de Slenes,

mesmo não sendo necessariamente maior [...], geralmente congregava menos gente [...]. Além disso, e mais importante, era uma habitação dividida com um parceiro de *vida*, não apenas de roça. Enfim, o casar-se frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos.¹⁹⁷ (grifo do autor)

¹⁹⁶ Livro de Notas da Guarda Nacional, s/d, s/f. Acervo de Emerson Lisboa. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 1, fl 9, 37. Livro de Batismo da Paróquia de São José, Paula Cândido. Livro 2, Tomo I, fl 20, 28.

¹⁹⁷ SLENES, Robert. *Op. Cit.* p.167.

Ou seja, o casal poderia viver em uma casa coberta de capim no terreiro da fazenda de Manoel de Queiroz e, mesmo sendo vigiados pelo senhor, eles tinham dentro daquele espaço uma margem de autonomia para construir sua família e reconstruir rituais apreendidos, no caso da indígena, no período em que vivia com seu grupo étnico de origem. Ainda que vivessem em uma habitação coletiva, Juvência teria a oportunidade de recriar laços e rituais simbólicos naquele espaço com as pessoas com as quais morava. Além do afeto – quem sabe um amor –, havia para ela a segurança de se assentar longe dos conflitos que ainda assolavam os indígenas da Zona da Mata e que se davam na medida em que as fronteiras se fechavam e o sertão, abordado no primeiro capítulo, ia ficando para trás, dando lugar à dita civilização.

Mas se Juvência estava segura dessa devassidão, não significa que ela não vivesse outros embates. Ainda que tenha sido sua escolha viver como agregada na fazenda de Manoel de Queiroz, às suas custas ele teria ganhado se não mais 5 escravizados, pelo menos mais 5 par de braços para trabalhar na propriedade. De acordo com Alice Monteiro, quando havia casamento entre uma pessoa livre e uma escravizada

o que ocorria era a pessoa livre ir morar na propriedade do senhor de terras [...], acabando involuntariamente também realizando uma série de serviços em condição similar a escravidão, inclusive podendo ser transmitido em herança. Para o senhor isso era vantajoso porque as despesas com o casamento, apesar de elevadas para uma pessoa pobre, eram consideravelmente menores que o preço de um novo escravizado adulto. A alforria decorrente do matrimônio só era possível caso fosse acordado com o senhor e o cônjuge pagasse um valor estipulado como compensação.¹⁹⁸

Como ficou comprovado pelos documentos, Sinfrônio não conseguiu sua alforria, pelo menos não enquanto sua companheira estava viva. Participar dos sacramentos significava integrar uma teia social e tão importante como escolher era ser escolhido. Pois bem, Juvência não foi eleita como madrinha em nenhum momento, muito menos foi tratada por “Dona”, como algumas das mulheres já abordadas. Isso indica que ela não ganhou reconhecimento nem mesmo dentro da malha da qual participava. Ademais, o nome que ela teria adquirido – Juvência Maria de Jesus – se perdera após sua morte, em que ela nem mesmo parece ter sido lembrada, sendo apenas tratada como “Índia”, como consta no registro de óbito de sua filha¹⁹⁹. Tais aspectos evidenciados nos registros trazem à tona duas informações complementares: a subalternidade das mulheres indígenas na sociedade e o etnocídio. Melhor

¹⁹⁸ MONTEIRO, Alice. *Op.cit.* p. 64.

¹⁹⁹ Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, 1878, s/f. Acervo de Emerson Lisboa.

dizendo, ainda que na condição de agregada e livre, Juvência parece ter sido colocada em uma posição inferior²⁰⁰ à de escravizada, já que essas ainda eram escolhidas como comadres; sua mudança de nome, além de indicar que ela precisaria se encaixar naquela sociedade através dos padrões cristãos, mostra a tentativa de esconder sua etnia e, junto a isso, apagar tudo que ela carregava – suas crenças e seus conhecimentos, por exemplo. Ela não era escolhida porque era “índia”; e porque era “índia” precisava ser civilizada.

Perante tal condição, Manoel Queiroz não teria se importado em tratar seus filhos como escravizados, tampouco o pároco em registrar o óbito de Julianna, uma criança livre, no livro dos filhos de *mães escravas*. Alice Monteiro, em sua tese de doutoramento, mostra que famílias senhoriais já utilizavam desse subterfúgio desde os tempos coloniais, a exemplo da família Sá, que utilizava seu poder político para escravizar crianças indígenas com pais “de cor”, provavelmente escravizados que fugiam, que viviam em um aldeamento próximo²⁰¹. Da mesma forma, John Monteiro verificou que ao final do século XVII aumentou o número de casamentos mistos – entre indígenas e africanos – e que os mulatos (fruto dessas uniões), “mesmo sendo filhos de mães índias, frequentemente entraram nos inventários na condição de escravos legítimos”²⁰².

Também na condição de agregada, mas com destino um tanto diferente, Maria Croata levaria sua filha Felisbina para o batismo tendo Anna Lopes de Jesus como madrinha e Manoel Gonsalves Monteiro como padrinho²⁰³. A partir dos documentos cartoriais, sabemos que o casal vivia na Fazenda do Mariano, propriedade composta por engenho e utensílios como formas de açúcar e banco de rapadura, roda de fumo, moinho, paiol e animais²⁰⁴. Apesar dos pastos e canaviais, e da grande produção à qual os relatos orais atribuem à fazenda, foi encontrada apenas uma escrava – Rita, omitida na partilha de bens de Anna Lopes quando de seu falecimento em 1884, e seu filho Octaviano que tinha apenas alguns meses de vida²⁰⁵. Apesar de não ter sido inserida na partilha dos bens de Anna Lopes, feita em

²⁰⁰ Tal inferioridade se daria apenas no campo do compadrio. Apesar do descaso com que as indígenas eram tratadas e de servirem como mão-de-obra, elas ainda eram livres e, com exceção de Joana Coroadó e de Julianna, não há nenhum documento que comprove que elas fossem escravizadas. Ainda que pouca, havia uma garantia de liberdade.

²⁰¹ MONTEIRO, Alice. *Op.cit.* p.69.

²⁰² MONTEIRO, John. *Op.cit.* p. 208,192.

²⁰³ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1, 1848, fl.28

²⁰⁴ Livros de Notas do Cartório de Paula Cândido. Livro 6, 1884, fls. 5-8.

²⁰⁵ Livro de Batismo e Sepultamento dos filhos de mães escravas, 1885, fls. 27, 30. Acervo de Emerson Lisboa.

24 de maio de 1884, Rita batiza seu filho Octaviano em fevereiro do mesmo ano e aparece como sendo “escrava dos herdeiros da finada Anna Lopes de Jesus”. No final de 1885 ela leva seu segundo filho para batizar e podemos perceber que ela passou a ter como senhor Manoel Monteiro, filho de Anna Lopes com Manoel Gonsalves Monteiro. Quatorze anos antes, no inventário de Manoel, a família declarava possuir apenas uma escravizada, Cassiana, de 50 anos de idade²⁰⁶. A omissão de Rita em documentos cartoriais levanta a hipótese de que ela também fosse indígena e, como tal, não poderia figurar no rol de cativos da família. Da mesma forma, é possível refletir sobre a complexa relação que a família Lopes de Jesus/Gonsalves Monteiro estabeleceu com os indígenas (e vice-versa), já que ao mesmo tempo diferentes mulheres nativas ocuparam a posição de filha, cativa e agregada.

Se não é certo que Maria vivia em uma das casas da fazenda – ou mesmo em um dos quartos que ficavam no subsolo – e, em troca de moradia, prestava serviços aos donos, ela não deveria morar longe dos padrinhos de sua filha. De acordo com Vitória Schettini, “negociando seu modo de viver e estabelecendo vínculos com os senhores, muitos destes índios trabalhavam em diversas fazendas em condições sub-humanas, em troca de comida, um pouco de cachaça e um pedaço de fumo”²⁰⁷. Os bens que Anna Lopes tinha e o fato de já ter amadrinhado 6 crianças parece ter sido fundamental para a escolha de Maria Croata, a segunda mãe indígena a aparecer nos documentos paroquiais, em 1848. Além disso, ela era mãe de Rita Gonsalves Soares – conhecida popularmente no atual distrito de Airões como Rita Monteiro por conta do sobrenome de seu pai, Manoel Gonsalves Monteiro – que, segundo relatos orais, seria uma “índia pega no laço”.

Filha de Joanna da Silva e Antônio Lopes de Jesus, Anna nasceu em 1821 e teve dois irmãos, Antônia e José²⁰⁸. Na lista nominal de 1831 seu pai era um lavrador e tinha 4 escravizados, sendo duas mulheres adultas e dois homens – um adulto, de origem africana, e uma criança²⁰⁹. Em algum momento passou a se relacionar com Manoel Gonsalves Monteiro, mas não eram casados, pois seus dois primeiros filhos, Gervásio e Antônio, não tiveram o nome do pai no registro. No entanto, é possível dizer que o casal já estaria junto, pois os escolhidos para apadrinhar as crianças eram da família Gonsalves Monteiro. Em 1860 o casal

²⁰⁶ Arquivo do Fórum de Viçosa. Inventário de Manoel Gonsalves Monteiro, 1870. Cx. 167, Auto 10766, fl. 6

²⁰⁷ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Op.cit.* p.34.

²⁰⁸ Índice de Batismos da Paróquia de Santa Rita, Viçosa, n.107, 1124. Arquivo Público Mineiro. Mapas de População. MP-CX.02-DOC.24, fogo 112. Lista organizada pelo Poplin-CEDEPLAR.

²⁰⁹ Arquivo Público Mineiro. Mapas de População. MP-CX.02-DOC.24, fogo 112. Lista organizada pelo Poplin-CEDEPLAR.

já teria oficializado a união, uma vez que sua filha Balduína aparecia como legítima. Anna Lopes falece e, em 1884, é feita uma partilha amigável de bens entre seus herdeiros; sabe-se, por esse documento, que seu filho Gervásio havia falecido tempos antes e seus bens teriam sido passados para a mãe, Balduína teria contraído matrimônio com Cândido de Paula Lana, mas também teria falecido antes da matriarca. Uma das herdeiras era Rita Gonsalves Soares – fazendo crer que a menina de nome Rita batizada pelo casal em 1848 e já citada anteriormente poderia ter sido adotada. Além disso, no inventário de Manoel Monteiro, feito em 1870²¹⁰, Rita estaria com cerca de 17 anos, ou seja, ela teria nascido próximo a 1848/1850; tendo em vista os erros cometidos em relação às datas de nascimento no período, esse seria mais um indicativo de que Rita seria adotiva. Os relatos orais contam que Rita Monteiro era uma índia pega no laço que, em idade mais avançada, cuidava de muitas crianças, cavalgava muito bem, tinha a pele “roxinha” e os cabelos lisos, que deixava sempre preso. A descrição de sua cor de pele faz lembrar, novamente, a outra Rita, escravizada que foi descrita nas documentações como preta.

Ao contrário dos filhos de Juvência, Felisbina viveu como livre – como de fato era. Em 1871, quando estaria com 23 anos, aparece nos registros Felisbina Rosa de Jesus, mulher solteira, que batiza seu filho Jovelino, de cor branca, e tem como padrinhos Antônio Alves de Assis e Graciana Rosa de Jesus, tia materna do inocente²¹¹. A partir disso, levanta-se a hipótese de Maria Croata ter tido duas filhas, Graciana seria a mais velha e não teria sido batizada, pois nascera quando a mãe ainda vivia como nômade nas matas. Como já dito, Graciana também era o nome de uma das nove indígenas que viveram em São José do Barroso no século XIX. Em 1860 ela aparece batizando sua filha Maria, que teria o mesmo nome da avó e teve como padrinho Felisberto da Costa Moreira e como madrinha Miguelina Maria de Jesus – que, às vezes, é registrada como Maximiana Maria de Jesus. Sabemos que ele é filho de Felipe da Costa Moreira e Ana Maria de Freitas e foi batizado em São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco) em 1826²¹²; ao casar-se com Miguelina, tiveram três filhos, Felipe, Manuel e Francisca²¹³. Não há registros de terras ou escravos em nome do casal.

²¹⁰ Arquivo do Fórum de Viçosa. Inventário de Manoel Gonsalves Monteiro, 1870. Cx. 167, Auto 10766, fl. 4

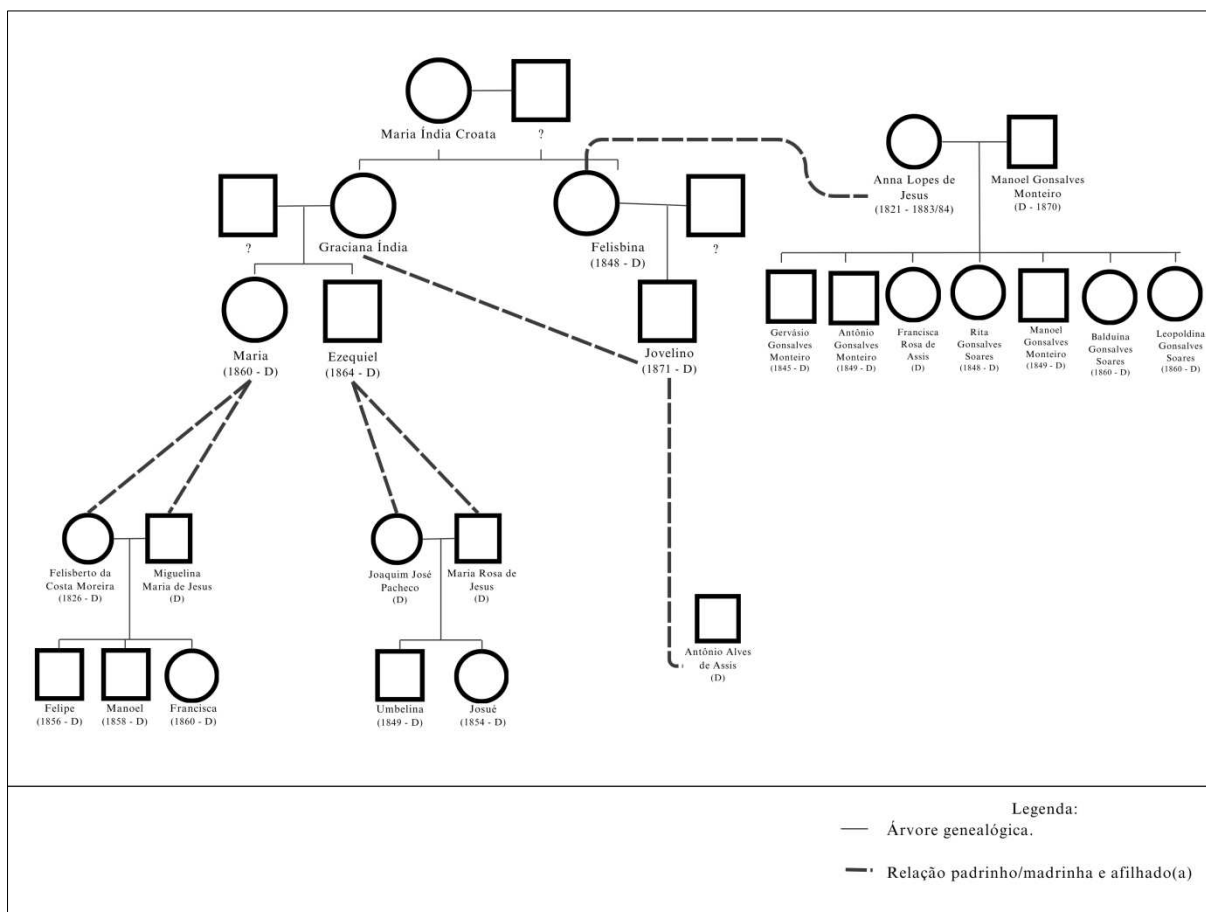
²¹¹ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, 1871, fl. 52

²¹² Índice de Batismo de Visconde do Rio Branco. Livro B. Disponível em: http://www.marcopolo.pro.br/genealogia1/paginas/indBatViscRioBranco_B.pdf. Acesso em: 28/02/2023.

²¹³ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1, 1856, 1858, 1860, fls. 62, 93, 128.

O segundo filho de Graciana, Ezequiel, foi batizado em 1864, e teve como pais espirituais Joaquim José Pacheco e Maria Rosa de Jesus. Não sabemos ao certo onde o casal vivia, tampouco sua ascendência, mas seriam padrinhos requisitados; ela teria sido madrinha de 8 crianças, sendo uma natural (a indígena) e 5 crianças legítimas (uma escravizada), enquanto ele é o padrinho mais procurado entre os analisados, sendo responsável por batizar 10 crianças – 8 delas acompanhado de sua mulher –, a maioria legítimas. Além de não terem bens, não eram casados na Igreja e seus dois filhos, Umbelina e Josué, foram registrados como naturais²¹⁴. Apesar disso, Maria Rosa adquiriu algum reconhecimento junto à sociedade, pois assim como Maria Clara de Queiroz e Francisca Belmira de Melo, foi tratada por “Dona”.

Imagem 6: Relações tecidas por Maria Croata e suas filhas, São José do Barroso, século XIX²¹⁵.



²¹⁴ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1, 1849, 1854, fls.34,46.

²¹⁵ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1, fl. 6, 28, 34, 38, 46, 62, 93, 121, 128. Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, fl.26, 52. Arquivo do Fórum de Viçosa. Inventário de Manoel Gonsalves Monteiro, 1870. Cx. 167, Auto 10766, fl. 4

A relação construída por Maria Croata com Anna Lopes e Manoel Monteiro pode ter proporcionado a suas filhas e netos um lar, a possibilidade de recriar rituais simbólicos em família, bem como expandir a malha através do convívio com pessoas já socializadas naquela sociedade. Prova disso seria a adoção de nomes cristãos por parte de suas filhas Graciana e Felisbina, que passaram a ter o sobrenome “Rosa de Jesus”. Ambas se relacionaram com famílias que não tinham bens, tampouco pertenciam à elite, mas certamente havia uma relação afetiva que seria benéfica para seus filhos. A vida dessas mulheres indígenas era similar à de outras, ainda que suas dores e amores fossem experienciadas sob outra perspectiva. Felisbina, logo após experimentar a maternidade tendo seu primeiro filho nascido vivo em novembro de 1871, o perdeu em agosto de 1872²¹⁶. A partir desse ano, outras Felisbinas aparecem na documentação, sendo uma casada com Manoel Francisco Theodoro e outra com Cândido José dos Santos²¹⁷. Conquanto não seja possível afirmar que se trate da filha de Maria Croata, essas mulheres evidenciam como elas teriam sido beneficiadas por suas relações. Por benefício entende-se não necessariamente ser acolhida e ter bens, mas ser ao menos tolerada enquanto mulher indígena e deixar que elas ocupassem um espaço em que seria permitido transmutar para uma cultura embranquecida.

Quem possivelmente vivia nas proximidades de onde Maria Croata estava era Umbelina de Tal Índia. Sem etnia e sem esposo, ela escolheu como padrinhos de seu filho João os escravos de Maria Cândida Cabral Ribeiro, Inocência e Romualda. Como dito anteriormente, ao contrário de Umbelina eles eram casados e tiveram Aurora, Esperança, Romulo, Sebastião e Delmina²¹⁸. Apesar de, no batismo de sua última filha, o casal ter sido registrado com o sobrenome Gomes Cândido, eles permaneceram como cativos no plantel de Maria Cândida Cabral Ribeiro e seu marido, o Capitão João Cabral Ribeiro. Eles viviam no Macuco, distrito da Tapera e quando Umbelina levou seu filho para receber o batismo, o casal de padrinhos já havia tido três filhos – dois dos quais haviam sido batizados por famílias que possuíam algum cabedal. Dessa forma, ela se posicionava em uma malha que se integrava à elite da região de Piranga e da Tapera²¹⁹. Certamente essa não seria uma decisão ingênua por

²¹⁶ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 1, 1871, fl.52.

²¹⁷ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, 1875,1876, fls.102,120 e 140.

²¹⁸ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, 1865,1867, 1871, 1878, 1882, fls.30, 16, 47, 18, 24.

²¹⁹ Como dito no subcapítulo 3.2, de acordo com Mateus Andrade, a família Araújo Quintão se relacionava com membros de importantes famílias de Piranga. Eles teriam sido escolhidos como padrinhos de um dos filhos de Inocência e Romualda. Esses, por sua vez, foram escolhidos para apadrinhar o filho de Umbelina.

parte de Umbelina, que deveria ter percebido as relações de seus colegas/conhecidos e os escolheu para serem comadre e compadre.

Assim como ela, quinze anos antes Justina Graciana também não teve sua etnia mencionada, sendo adicionado após seu nome a categorização “Índia”. Ela teria escolhido como madrinha de seu filho Maria Francisca do Nascimento, e como padrinho o irmão dessa, José Valente do Nascimento. Ambos fazem parte da já mencionada família Valente, ela era casada com Cândido Rodrigues Vicente e juntos tiveram Antônio, Luiza, Flausina, Antônio e Jesuíno²²⁰. Não se sabe se eles viviam em Taquaraçú, onde seu pai tinha uma fazenda, mas é possível concluir que não fosse difícil para o casal chegar até a Igreja, uma vez que sua filha Luiza recebeu o sacramento do batismo com apenas dois dias de vida. Portanto, se Maria não permaneceu nas propriedades do pai, ela continuou a viver bem próximo do distrito de São José do Barroso. Além disso, Cândido Rodrigues figura como senhor de Felisberta no momento em que ela leva sua filha Francisca para receber o batismo²²¹. Mesmo não possuindo muitas terras ou escravos, entre os padrinhos e madrinhas averiguados, Maria Francisca foi a mais escolhida, tendo amadrinhado 11 crianças, sendo 1 indígena, 2 escravizadas e 8 legítimas livres. Em contrapartida, pouco sabemos sobre seu irmão, José Valente do Nascimento, que seria pouco requisitado na paróquia, batizando apenas três crianças – sendo duas delas de sua família e a outra, Manoel, filho de Justina Graciana.

Percebemos através desses casos que as indígenas que viveram em São José do Barroso tiveram experiências heterogêneas que estavam, todavia, marcada por aspectos comuns. Notamos um caso em que uma delas teria sido abertamente escravizada e, provavelmente por isso, escolheu pessoas igualmente escravizadas para se relacionar no compadrio; da mesma forma, houve aquelas que os escolheram por ter uma relação mais próxima e lhe oferecer certo conforto naquele espaço. Algumas delas, ainda, deram preferencia por relações verticalmente estruturadas, uma vez que padrinhos com posses, embora talvez tivesse o convívio marcado mais pela hierarquia do que pelo afeto, poderiam garantir uma vida melhor para a criança em curto período. E houve o caso de Juvência, tão ressaltado na pesquisa, que revela o que teria ocorrido com todas elas: ainda que se esforçassem no dia a dia para manter sua cultura, costumes e etnia preservadas, elas foram paulatinamente apagadas. Se elas foram registradas inicialmente como

²²⁰ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, 1866, 1868, 1870, 1874, 1876, fls. 11, 32, 46, 80, 121.

²²¹ Livro de Batismo da Paróquia de São José. Livro 2, Tomo I, 1867, fl. 17.

Coroata/Croata/Coroado é porque se apresentaram assim, os párocos responsáveis por escrevê-los sabiam o que estava fazendo e escolheram registrar a mudança de nome pela qual elas passaram, que é sintomático do etnocídio.

Contíguo a esse processo está o epistemicídio, estruturado por colonizadores. De acordo com Ramón Grosfoguel, o método utilizado por europeus na América teria sido transportado de outros conflitos de dominação, como o de Al-Andalus – reconquista do território ibérico que estava sob domínio dos muçulmanos²²². Esses não seriam “puros de sangue” por não serem cristãos, já os indígenas americanos foram julgados como povos “sem religião”, inaugurando, segundo o autor, o racismo epistêmico – também efetuado na escravização de negros africanos, que ficavam proibidos de praticarem seus conhecimentos. Grosfoguel destaca, ainda, o epistemicídio feminino, que teria sido uma forma de consolidar o patriarcado, uma vez que as mulheres detinham saberes ancestrais passados através da oralidade²²³.

Rememorando a descrição que viajantes faziam das mulheres, podemos concluir que ainda que elas não tivessem seus corpos destruídos, eram inferiorizadas e tiveram seus costumes questionados na tentativa de dar lugar às práticas cristãs europeizadas. A descrição que Spix e Martius fazem sobre a religiosidade dos indígenas Coroados, em 1818, exemplifica como suas práticas foram subjugadas ao relatarem que “o mais direto contato com os demônios eles atribuem aos seus pajés, que *conhecem muitas ervas eficazes*, parecendo ser ao mesmo tempo *médicos sacerdotes*, e que conseguem prestígio entre eles com toda classe de supostos sortilégios”²²⁴. Essa mentalidade, reproduzida durante todo o processo colonizador – e que mantém suas raízes ainda nos dias atuais – colocava em dúvida ao mesmo tempo não apenas as crenças religiosas, mas os conhecimentos medicinais, realizados não apenas pelos pajés.

Para além do etnocídio marcado pela mudança de nome, e do epistemicídio, revelado pelos relatos e pela forma com que as mulheres indígenas foram tratadas, havia a etnogênese. Nessa última se dava a “reorganização de hierarquias sociais, incorporações e alianças identitárias, apropriação e reinvenção de tecnologias e práticas culturais, reformulação do universo social simbólico”, que seria um processo “vivido entre os indígenas que – apesar do genocídio sofrido – sobreviveram e se reorganizaram enquanto agentes de sua própria

²²² GROSFOGUEL, Ramón. *Op.cit.* p.32,34.

²²³ *Idem.* p.42.

²²⁴ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op.cit.* p.305.

história”²²⁵. Dessa forma, o “desaparecimento” de indígenas apregoados por muito tempo na historiografia e na memória local, marcado pelo casamento misto não consentido entre indígenas e homens brancos, não ocorreu. Houve, por parte das próprias indígenas uma reformulação de sua rota e reconstrução de sua identidade, que também pode ser exemplificada pela mudança no nome de Juvência, pois, se é possível que tenha havido influência dos párocos ao assim registrá-la, é igualmente provável que ela tenha optado por tal conversão. Assim, o batismo aparece como forma consciente de construir uma família e apoderar-se dela.

Contudo, é perceptível o silenciamento causado pelas políticas assimilacionistas executadas conjuntamente por Estado e Igreja Católica aos indígenas. Não é possível dizer que essas mulheres, enquanto indígenas, fossem incorporadas com suas culturas na sociedade, pois além de terem sua etnia apagada da documentação, de sua cultura e conhecimento só restaram vestígios. Esses, por sua vez, são demonstrativos de que elas se negaram a desaparecer por completo. As rezas, chás, modos de fazer e as lembranças de um passado borrado pelo tempo comprovam que ainda que tenha havido a tentativa de embranquecer as indígenas, combatendo sua cultura e dissociando seus conhecimentos, não foi possível silenciá-las por completo. Monteiro destaca ainda o controle voltado para o corpo feminino, “considerado como ocasião de pecado”²²⁶. No entanto, ainda que houvesse a imposição do vestir e de novos costumes, não podemos cair na falácia de imaginarmos tais mulheres apenas como vítimas passivas. As indígenas aqui tratadas, em maior ou menor medida, se apoderaram de sua liberdade de decisão e se lançaram na malha da vida ao estabelecerem relações de afeto e amizade enquanto vivenciavam a maternidade.

²²⁵ MONTEIRO, Alice. *Op.cit.* p.38.

²²⁶ MONTEIRO, Alice Mabel Prates. *Op.cit.* p. 54.

CAPÍTULO 4: PRODUTO FINAL – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Após extensa pesquisa realizada em um programa de mestrado profissional, é preciso pensar em um produto final, para além da dissertação, que dialogue com a docência. Desse modo, faz-se necessário compreender os desafios enfrentados ao lidar com a temática indígena e sua ausência nas escolas para estruturar um material paradidático que dê suporte ou impulse tal debate nas salas de aula. Apesar dos avanços na historiografia, os livros didáticos têm demonstrado certa dificuldade em acompanhar as novas discussões, especialmente para os indígenas brasileiros que são generalizados como “povos Tupi”.

Sabemos que, em um material feito para ser utilizado em todo o território nacional não é possível dar enfoque em uma história local, entretanto, tal recorte poderia ser suscitado pelo próprio livro se abandonasse o genérico Tupi e abordasse povos importantes como os Tupinambá, Tamoio ou ainda os Botocudo. Para fazer um balanço de como os indígenas são tratados nos livros didáticos, analisamos os materiais do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental da Editora Moderna, escritos por Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues²²⁷. A escolha de fazer uma breve análise desse material é motivada pelo fato de tê-lo utilizado nas turmas que lecionei nos anos de 2022 e 2023, enquanto realizava a pesquisa de mestrado.

Um dos primeiros temas em que a formação dos povos indígenas pode ser abordada é na pré-história; nesse sentido, é possível exemplificar a forma como tal período, visto sob a perspectiva brasileira, é tratado. Excetuando-se o próprio conceito que ainda utilizamos (de *pré-história*), não se fala, para início de conversa, em “*pré-história brasileira*”, esse período é visto de forma mais geral e abrangente sem conexão com o que vivemos na atualidade. Não mencionar o período sob o ponto de vista dos registros encontrados onde hoje é o Brasil é um problema, pois além de não dar foco às pesquisas, suas hipóteses e resultados, contribui para minimizar a história dos povos indígenas antes da chegada dos colonizadores.

Nesse sentido, a história apresentada por esses materiais didáticos é um tanto estática: as espécies humanas se adaptaram aos diferentes ambientes em que passaram a viver, chegaram às Américas e, nesse momento, menciona-se o Brasil e Minas Gerais, com os achados arqueológicos em Lagoa Santa. Mas a história para no tempo? Qual debate é proposto a partir disso? Seria possível conectar esses acontecimentos à diversidade cultural dos indígenas brasileiros? Estudos mais recentes, feitos com amostras de DNA, mostram a possibilidade de os indígenas Botocudos serem descendentes do chamado povo de Lagoa

²²⁷ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Expedições da História*. São Paulo: Moderna, 2022.

Santa, que viveu nas proximidades da atual cidade de Belo Horizonte há cerca de 12 mil anos atrás²²⁸. Abordar as pesquisas realizadas nas diferentes áreas do conhecimento nesses materiais, além de mostrar os caminhos de pesquisa e que nenhum aprendizado é dado, viabiliza a interdisciplinaridade e conexão de saberes da própria História. É certo que nenhum material seria capaz de abordar todos os temas pertinentes para a história do Brasil sob a perspectiva indígena, mas diante da realidade da educação e dos desafios enfrentados especialmente no cenário pós-pandêmico, é crucial que ele seja claro e suscite a curiosidade, abordando assuntos que dialogue, na medida do possível, com as diversas realidades vivenciadas em território nacional.

Ainda que hajam versões atualizadas, como o “Expedições da História”, da Editora Moderna, os temas relativos aos indígenas continuam sendo abordados sob uma ótica colonizadora, em que “tupis” são colocados em contraponto aos “tapuias” e, embora haja ressalvas de que esse grupo integra vários povos indígenas com diversidade cultural, são analisados sob um mesmo ponto de vista, levando em conta apenas suas similaridades²²⁹. É de se questionar a necessidade de ainda utilizar o termo “tupi-guarani”, especialmente quando há uma tentativa em pontuar a diversidade que existe entre esses povos. Nos materiais do 6º ano do ensino fundamental, ao se tratar dos povos indígenas da América, os povos brasileiros costumam aparecer sempre depois de astecas, maias e incas e possuem um número menor de informações. Assim como fizeram Freyre, Martius e Spix, os autores desses materiais descrevem os nativos sob a ótica masculina e da guerra; as mulheres não são mencionadas e seus conhecimentos sobre plantio, colheita e artesanato, por exemplo, também são solenemente ignorados. Mantém-se a ideia de que os “tupi-guarani” eram povos guerreiros e antropófagos²³⁰, todas as outras características e rituais parecem ser menos importantes. As exceções se dão pelo manto tupinambá que estava na Dinamarca e que será devolvido ao Brasil e pela fotografia de uma urna funerária que nada tem a ver com o conteúdo tratado ao longo da página. Quem produziu a urna de cerâmica? Por qual povo ela foi utilizada? Como eram os rituais funerários dos indígenas? Quem eram os “habilidosos artesãos”²³¹ que

²²⁸ LEITE, Marcelo. O resgate dos Botocudos. São Paulo, Fapesp, *Revista Pesquisa*, ed. 107, 2005. Acesso em 17/03/2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-resgate-dos-botocudos/#:~:text=Relatos%20hist%C3%B3ricos%20e%20restos%20preservados,um%20ser%20humano%20nas%20Am%C3%A9ricas>.

²²⁹ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Op. Cit.* p.78.

²³⁰ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Op. Cit.* 7º ano, p.80.

²³¹ *Idem Ibidem.*

produziam os mantos usados por tupinambás nos rituais? Para além da antropofagia, mais uma vez citada, em quais rituais ele era utilizado?

No livro da mesma editora dedicado ao 7º ano do ensino fundamental, trata-se da chegada dos europeus ao continente americano. Ao abordarem as populações indígenas que viviam no Brasil antes do século XV, mais uma vez o “tupi-guarani” aparece agrupando povos rivais que falavam língua semelhante. Interessante notar as imagens, que, dessa vez, retratam uma cerâmica pré-histórica, utilizada por indígenas para “armazenar e servir líquidos”²³². Novas informações sobre esse povo aparecem, os alimentos que eles consumiam, a fabricação de canoas, a técnica de plantio e, finalmente, a menção às mulheres: “dedicavam-se ao plantio e a colheita”²³³. São novamente mencionadas quando o livro trás informações sobre a farinha de mandioca, que seriam raladas e espremidas por mulheres para retirar o ácido cianídrico²³⁴. Depois, como ainda é costume nos materiais escolares, os indígenas são mencionados sob a perspectiva do trabalho, sendo explorados, e da catequização, sendo submetidos.

A forma de abordar indígenas em materiais didáticos exemplifica a tentativa, muitas vezes desastrosa, de cumprir com a Lei 11.645/08 e incluir os povos originários, bem como os afro-brasileiros e as relações que ambos traçaram com outros grupos, na história que se ensina nas escolas. Ainda assim, é perceptível que há um longo caminho a ser percorrido até que esses povos sejam considerados como agentes históricos e possam ser estudados a partir de suas particularidades e complexidades, de suas relações para além do trabalho (especialmente no caso das relações entre indígenas e negros) e da produção do conhecimento.

4.1 Práticas pedagógicas: os indígenas ao longo da história

A partir da análise dos materiais didáticos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, percebemos as ausências e generalizações acerca dos povos indígenas. As generalizações feitas são arriscadas e um tanto imprudentes, pois contribuem para manter a visão colonizadora e silencia as mulheres indígenas, na medida em que esses livros fazem referência, na grande maioria das vezes, a atividades masculinas. Na tentativa de diminuir os impactos negativos de tais informações, algumas práticas pedagógicas foram adotadas desde

²³² COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Op. Cit.* 7º, p.91

²³³ *Idem*, p. 91

²³⁴ *Idem*, p. 91,92.

que tomei conhecimento dos documentos sobre mulheres indígenas em 2021. Pretendia-se, com uso de tais documentos, contribuir para pensar a diversidade, as tomadas de decisão, as violências sofridas e perpetradas, e, especialmente, a vivência feminina diante da colonização. Ademais, destaca-se novamente a importância da lei 11.645/08, que propõe, não apenas pontuar a existência e contribuição laboral desses povos, mas tratar de suas contribuições no âmbito social, político e econômico. Nesse sentido, se fossemos observar os temas que os livros didáticos se referem, como seria possível abordar as diferentes contribuições políticas dos indígenas? Em quais ocasiões seria tratada a relação afetiva entre esses e os negros?

Como dito na introdução da pesquisa, as primeiras experimentações com documentos em sala foram feitos em turmas de 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. Ambos tinham a proposta, enfocada nos primeiros capítulos dos livros didáticos, de pensar como a história é investigada, como se dá sua escrita e sua periodização. A partir dessa temática foi distribuída aos alunos a transcrição do batismo de dois filhos de Juvência: Thomas, o primeiro legítimo, e em cujo registro os pais foram descritos como “Semphrônio crioulo” e “Juvência Índia Croata”, e Maria, em que os pais já foram registrados como “Senphrônio Cardoso” e “Juvência Maria de Jesus Índia”. A partir desses escritos, foi possível trabalhar a fonte em si (o que é uma fonte, como ela foi escrita, de onde foi retirada e quais informações apresenta), e como se dá a investigação histórica (quais questionamentos eram possíveis fazer, como conectar esses apontamentos a outros documentos e conteúdos estudados). Nas mesmas séries é proposto como tema os indígenas da América, em que se estuda Incas, Maias e Astecas e suas particularidades, bem como o povo “Tupi”, no Brasil. Para que alunos menores compreendam a especificidade de cada povo a partir de sua localização geográfica, propõe-se a construção de um mapa dos povos da América. O “Tupi” é trocado pelo Tupinambá e, assim como no caso dos documentos, faz-se referência à localização dos Coroados – identificando-os no seu devido espaço-tempo.

Em 2023 foi realizado um pequeno projeto com três turmas de 6º ano utilizando textos escritos a partir de trechos do relato de viagem de Spix e Martius. Com trechos diferentes, cada turma tinha a tarefa de escolher o que deveria transmitir e como resumir a informação; desse modo, a primeira ficou responsável por explicar quem eram os viajantes e o percurso feito, a segunda deveria falar sobre indígenas da região, quem eram e como viviam, e a terceira sobre como os eles se relacionavam, como celebravam o nascimento e a morte. Com os resumos feitos, foi construído um painel coletivo intitulado “Os indígenas de Paula Cândido” que ficou em exibição no pátio da escola. Além de descreverem esses indígenas e quem os observou, eles ilustraram a história que queriam contar – os desenhos contornaram o

painel. Com essa atividade, eles experienciaram um pouco da construção histórica, que elege alguns aspectos da fonte e silencia outros, e tiveram o cuidado de pensar como isso seria transmitido, contextualizando o assunto.

Quando se trata dos tópicos relacionados à América e Brasil colonial, trabalhados no 7º e 8º anos, o desafio é não ceder para a ideia de que eles desaparecem, pontuando a existência indígena apenas antes da chegada de colonizadores. Da mesma forma, é necessário não colocá-los na posição dicotômica de vítima ou algoz. Mais uma vez, os documentos nos ajudam: o pedido que Antônio Gomes Cândido fez para retirar indígenas de sua fazenda contribui para evidenciar esses povos enquanto sujeitos complexos que atuavam sob perspectivas diversas. É possível esmiuçar o documento em sala, tratando de quem teria sido Antônio Gomes Cândido e a importância de sua família para o atual município, como ele teria conseguido suas terras, quem eram os indígenas Puri, em qual região viviam, quem seria os ditos “índios mansos” e sob qual argumento se dava essa categorização (manso *versus* bravo). Ainda é possível tratar da territorialização dos indígenas demonstrada pelas documentações paroquiais de São José do Barroso e Santa Rita do Turvo, uma vez que, como já pontuado, na primeira aparecem Coroado e na segunda apenas Puri. Outrossim, é possível pensar o ganho que alguns indígenas tiveram ao fazer negociações com colonizadores, nesse sentido, é possível trazer à tona o caso do indígena Custódio, criado de Guido Thomaz Marlière que serviu de guia para Spix e Martius e teve a promessa de se retornar como capitão²³⁵.

Ao trabalhar o Brasil imperial, o registro de batismo do filho de Joana Coroado é uma evidência das permanências na política indigenista e na sociedade de modo geral. A análise desse e do registro de óbito de Julianna, filha de Juvência, contradiz o que, por diversas vezes, é demonstrado nos materiais didáticos: a ideia de que os indígenas foram escravizados apenas no início do período colonial. Esse último documento, contribui ainda para pensar os privilégios que os senhores possuíam que os permitiam burlar as legislações da época e escravizar crianças afro-indígenas que haviam nascido livres. Nesse sentido, os documentos que mostram a relação de Juvência e Sinfrônio são um prato cheio para tratar dos mais variados tópicos em sala de aula: eles demonstram que, apesar de ser uma realidade, os concubinatos não eram a preferência dos casais do distrito, que buscavam regularizar sua união perante a Igreja Católica; as indígenas escolhiam se mudar para povoações e traçar novas famílias a partir do compadrio e, mais importante, indígenas, negros e africanos, não

²³⁵ SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Op. Cit.*p.317

tinham como ponto em comum apenas a opressão colonizadora, mas as relações afetivas que os entrelaçavam e tornavam o dia a dia mais agradável.

Sobre as relações que esses grupos estabeleceram com os senhores, cabe a responsabilidade no presente enquanto professora-pesquisadora, especialmente no espaço de uma escola quilombola. Nas reflexões realizadas ao longo do trabalho, a ideia de patrimônio e o ser professora e descendente das senhoras e senhores de escravos se confundem. Ao ingressar no mestrado já sabia que Anna Lopes de Jesus era, possivelmente, minha quinta avó pelo lado paterno e, já nos últimos meses de pesquisa, descobri que Manoel Correia de Queiroz, responsável por escravizar os filhos de Juvência, seria meu quarto avô pelo lado materno. Para além do incômodo, tais descobertas vieram acompanhadas do sentimento de responsabilidade em não mascarar esse passado e tentar, na medida do possível, repará-lo. Essa reparação é propiciada pela sala de aula, a partir da decisão – não muito confortável²³⁶ – de usar os documentos apresentados e os resultados obtidos na pesquisa.

Reconheci a história íntima de meus privilégios, uma vez que as terras em que meu pai criava umas poucas vacas magras foram herdadas por Rita Monteiro na partilha dos bens de sua mãe, Anna Lopes. Tais terras fazem divisa com a comunidade quilombola do Córrego do Meio, cujas crianças e adolescentes são atendidos na Escola Estadual José Maurílio Valente, onde leciono. Ainda fica o questionamento feito nas aulas: uma propriedade com tantos pastos, canaviais, moinho, engenho e utensílios para fabricar rapadura só teria uma escravizada adulta? Se não, o que teria motivado Anna Lopes a esconder seus escravizados na partilha? Mas se é verdade que apenas Rita preta trabalhou como cativa na Fazenda do Mariano, como era feita a produção? Por trabalhadores livres? Pouco provável.

Assim, trazendo conflitos à tona a partir da documentação é possível proporcionar dúvidas e debates na escola que trazem esse passado (individual e coletivo) à tona. Da mesma forma, ele se torna mais palpável à medida que humanizamos os sujeitos – como sujeitos que são – dando-lhes nome, lugar de morada e mostrando suas relações. A educação cumpre seu papel legal de falar dos povos que contribuíram para a construção da sociedade brasileira e, no caso, paulacandidense, bem como com a manutenção dos saberes tradicionais e da cultura local à medida que estabelece com estudantes e professores um diálogo com sua própria história.

²³⁶ Ainda que optasse por não mencionar, por exemplo, que Anna Lopes é minha ascendente direta, na escola estadual do distrito de Airões há a lembrança de que a fazenda do Mariano pertenceu à família Vieira, da qual faço parte, e seus antepassados.

4.2 Proposta de produto final

Diante das problemáticas apresentadas sobre os livros didáticos utilizados nas escolas estaduais do município, pretende-se elaborar um livro paradidático que contribua para pensar a história local a partir da perspectiva indígena, sua cultura, o domínio de seu território e as formas de resistência. Este material, elaborado a partir da presente pesquisa, visa minimizar as ausências dos materiais escolares convencionais, ou seja, se contrapor às generalizações e mostrar que, para além do trabalho, os indígenas, especificamente as mulheres, construíram malhas sociais para viver em sociedade. O principal objetivo, portanto, será discorrer sobre a existência de mulheres indígenas em São José do Barroso, suas relações sociais, como e onde viviam. De forma secundária, o material terá como proposta pensar o patrimônio de Paula Cândido a partir das histórias não contadas, daquilo que é silenciado.

Nesse sentido, é importante destacar que o município, marcado pelas histórias de São José do Barroso, tem como bens inventariados as igrejas de Nossa Senhora do Rosário e da Matriz; essa última teve as pinturas de seu teto registradas separadamente, bem como as imagens dos santos presentes em seu interior: São José, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição. Além deles, os registros também incluem algumas casas que cercam a praça principal, algumas fazendas e as festividades do Rosário. O busto do professor Samuel João de Deus, a Capela Mortuária e a Corporação Musical Monsenhor Lisboa compõem os bens tombados²³⁷. Até então, não foram encontrados documentos que justificassem a escolha de tais bens. Não obstante, eles poderiam representar as madrinhas e padrinhos que fizeram parte da elite ou que com ela se relacionaram e estão presentes nesse trabalho, uma vez que, como notado pelos documentos cartoriais do século XIX, as famílias mais proeminentes possuíam fazendas nas áreas rurais e, pelo menos, uma casa no arraial – exemplo disso são as casas que Anna Lopes de Jesus possuía no distrito de São José do Barroso, além da Fazenda do Mariano²³⁸.

Que história esses patrimônios contam, então? O que foi considerado importante a se preservar da história do município²³⁹? O que eles silenciam? Quais pessoas elegeram esses bens para constar como *os patrimônios* da cidade? É possível questionar também o fato de os santos inventariados serem brancos – São Benedito e Santa Efigênia, reverenciados nas Festas

²³⁷ Lista de bens inventariados disponibilizada pela Casa da Cultura via Google Drive.

²³⁸ Livro de Notas do Cartório de Notas de Paula Cândido, n. 6, 1884, fls.5-8.

²³⁹ Nesse sentido, a história do município de Paula Cândido se confunde com a do distrito de São José do Barroso.

do Rosário, um dos festejos mais importantes do município, não constam na lista. Esses espaços físicos de memória corroboram, portanto, com a ideia de que, na história, houve vencedores (pessoas com posses, nome e sobrenome e majoritariamente brancas) e os vencidos (pobres, negros e indígenas) e contribuem para contar a história de um passado não muito distante.

A partir disso, questiona-se a ideia de patrimônio como algo dado, sempre perceptível a todos, concreto, protegido. Entendemos o patrimônio como algo fluido no tempo e espaço, que é caracterizado como tal não apenas por especialistas, mas principalmente pelo grupo que o utiliza ou pratica, que o considera importante e zela por sua manutenção. Nas palavras de Laurajane Smith, “todo patrimônio é intangível, no sentido de que patrimônio é uma prática ou uma performance” e, “embora seja algo constituído, não há uma ação característica, mas antes uma gama de atividades que incluem lembrar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e memórias”²⁴⁰. Para a autora o discurso autorizado do patrimônio, que o considera como tendo um valor em si mesmo, deve ser questionado posto que não é representativo e parte de uma necessidade de se criar uma identidade.

Qual seria a identidade de Paula Cândido a partir de seus bens patrimonializados? Predominantemente branco, elitista e cristão. Mas se os indígenas não desapareceram, onde estão representados? Na casa da Cultura Padre Antônio Mendes há apenas o que teria restado de uma machadinha – que não foi patrimonializada – e que contribuiria para pensar os indígenas do ponto de vista do trabalho. Nesse sentido, mesmo os bens materiais elegidos como patrimônio no município são (ou deveriam ser) reinterpretados. Diante disso, o uso de documentos em sala de aula contribui para trazer tais questionamentos e pôr a prova o que está posto e que é tido como representativo. Por estar inserido em um programa de mestrado profissional, faz-se necessário refletir como o trabalho ora apresentado pode contribuir para uma educação mais eficaz, crítica e questionadora.

Assim sendo, cabe ressaltar o cuidado com o uso de tais documentos em sala de aula. Circe Bittencourt nos lembra que o historiador, ao analisar uma fonte, tem conhecimento prévio do período em que ela foi feita e “parte, portanto, de referenciais e objetivos muito diferentes aos de uma situação em sala de aula”²⁴¹. Não seria viável, portanto, ter como

²⁴⁰ SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. Rio de Janeiro, *Caderno Virtual de Turismo*, vol.21, n.2, 2021, p. 141,142.

²⁴¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In: *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Editora Cortez, 5.ed., 2018, p. 329.

prática metodológica pretender que os estudantes sejam pequenos historiadores ao utilizar os documentos. Entretanto, ao expor o contexto e apresentar trechos de documentos, o material paradidático poderá contribuir para instigar a curiosidade e corroborar com as ideias apresentadas. Nas palavras de Bittencourt,

O uso de documentos nas aulas de História, justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade²⁴².

Os documentos ora utilizados e que estarão presentes no paradidático, além de contribuir para a compreensão do que é uma fonte, de como os vestígios do passado do município se apresentam e como eles foram analisados, também apontam para um sentido maior: o do entendimento do estudante enquanto indivíduo que carrega conhecimentos e memórias próprias, que são construídos fora dos muros da escola. Trazer à tona os documentos referentes à história indígena faz ressurgir em sala de aula as histórias da “vó índia pega no laço” e outras tantas. Esses relatos ganham novas nuances e formas de compreensão a partir dos documentos escritos.

O trabalho de análise das fontes irá compor a primeira parte do material, evidenciando que toda pesquisa tem seu caminho, seu local de produção, suas dificuldades e perguntas não respondidas. Essa deverá contar com transcrição de trechos de algumas fontes utilizadas, e os caminhos de pesquisa: como elas foram encontradas, como ocorreu sua análise, quais perguntas se pretendiam responder e quais trabalhos já foram produzidos sobre a temática. Por onde começa o trabalho do historiador? Qual o seu local de fala? Como se chega aos documentos? Para tanto, a cena que imaginei a partir do relato de meu pai da bisavó sendo pega no laço e sendo casada à força abrirá o livro e, a partir dela, será contado de forma breve os descaminhos da pesquisa até chegar à principal fonte para essa investigação: os registros batismais.

Em seguida, contextualizaremos o dito sertão, porque era chamado assim e quem vivia nesse espaço dito hostil. Como era a região de São José do Barroso e como os indígenas foram perdendo seu território para os colonizadores – que teria culminado no apagamento das etnias ao longo do tempo. Da mesma forma, pretende-se expor as estratégias adotadas pelas mulheres para viverem no arraial que surgira em meio à mata, a importância do batismo para colocar em prática tais planos e a complexidade das experiências, uma vez que temos

²⁴² BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Op. Cit.*, p. 333.

documentada a existência de escravizada, agregada, solteira e casada. Quais as hipóteses para a chegada dessas mulheres na região? Onde elas foram morar? Como eram tratadas? Como o batismo se tornou uma forma de resistência frente a isso?

Essa discussão sobre as vivências indígenas no arraial integrarão a segunda parte do material, que, além de contar suas histórias, será contextualizada com a história do Brasil abordada nos materiais convencionais. Portanto, pretende-se dividir os documentos encontrados e as discussões realizadas na pesquisa em dois capítulos “Indígenas no período colonial” e “Indígenas no período imperial”. O material ainda trará uma última parte, com reflexões sobre as memórias silenciosamente compartilhadas sobre as mulheres indígenas que viveram em São José do Barroso e Paula Candido.

Da mesma forma, pretende-se pensar os bens inventariados do distrito, o que eles representam e por que o único objeto indígena exposto na Casa da Cultura não se conecta as histórias passadas de geração em geração, tampouco trás informações sobre os indígenas que não seja permitir compreendê-los sob a luz do trabalho. Mais uma vez a história de Rita Monteiro será utilizada para exemplificar que, quando se trata das indígenas e suas resistências, são várias as camadas a serem pensadas, uma vez que ela não foi pega no laço *para casar à força*. Ela foi adotada por uma família senhorial e criada como filha, tendo todas as benesses e herdando os bens de seus pais. Essa mesma família exemplifica ainda, as diferentes experiências que uma mulher indígena poderia passar e como eram percebidas a depender de como chegavam a essas fazendas e até mesmo dos tons de sua pele. Rita, ainda que seja lembrada como uma mulher de pele “*roxinha*” nos relatos orais, chegou ainda criança pelas mãos de um (suposto) sequestrador para ser criada por seus padrinhos, a outra Rita, que era declaradamente *preta* nas documentações, não teria chegado à propriedade da mesma forma, assim como Maria Croata, mulher indígena que viveu na mesma fazenda como agregada.

Como dito, são muitos os patrimônios que poderiam ser associados à história de Rita Monteiro, uma mulher que, ainda que tivesse origem indígena, foi criada em um seio familiar senhorial e católico (dados os rosários de ouro que sua mãe, Anna Lopes, possuía). Mas quais patrimônios lembrariam Rita *preta* e Maria Croata? Institucionalmente, as mulheres e suas diferentes experiências vividas no território de São José do Barroso e adjacências seguem sendo silenciadas.

Esses e outros questionamentos e exposições, por se tratar de um material elaborado para estudantes e professores, serão escritos de forma clara e fluida. Os organogramas serão adaptados para permitir sua melhor compreensão, as imagens de indígenas feitas por Spix nas

proximidades de São João Batista do Presídio e por outros artistas que retratam os Coroados, suas vestimentas, técnicas de construção, rituais e experiências cotidianas, poderão ajudar a compor essas histórias.

Por fim, esse material será distribuído nas escolas estaduais e municipais de Paula Cândido. A intenção é que tanto estudantes quanto professores tenham um livro de apoio para trabalhar a temática indígena em sala de aula. Desse modo, o material poderá ser uma ponte entre os saberes que cada estudante carrega consigo, os assuntos abordados em sala de aula e contribuirá para abrir espaço para novos conhecimentos a partir de um estudo crítico, compreendendo a história do município a partir das indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação realizada com variadas documentações, em especial os registros de batismo, foi possível descrever as relações das indígenas que viviam em São José do Barroso durante parte do século XIX. Os registros paroquiais se mostraram importantes para comprovar a existência de mulheres indígenas no distrito, até então verificada apenas em relatos orais através da história da “índia pega no laço”, e permitiram compreender as relações por elas construídas entre os anos de 1846 e 1885. Ainda que registradas com diferentes grafias – Croato e Coroato – é possível afirmar que todas elas pertenciam à etnia Coroado e, ainda que compartilhassem da mesma cultura, tiveram diferentes experiências na região do Turvo Limpo.

A origem dos Coroados, como discutido no primeiro capítulo, é incerta, mas sabemos de sua presença tanto em Minas Gerais quanto em Mato Grosso, Goiás, Guarapuava e Rio de Janeiro. Igualmente incerta é a origem específica das mulheres que batizaram seus filhos em São José do Barroso; elas poderiam viver na região e terem saído de aldeamentos que ficavam nas cercanias do rio Turvo Limpo, como a Aldeia do Turvo, ou mesmo terem chegado ali fugindo de conflitos que ocorriam na fronteira de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Para além das atas de batismo, outros documentos do início do século XIX mostram a presença indígena na região, como a invasão à fazenda de Antônio Gomes Cândido e a Lista Nominativa, realizada ao final de 1831 – que mostra apenas um indígena vivendo no distrito naquele momento.

Ao final do século XVIII, momento de queda na produção aurífera, os sertanistas e colonos que chegaram a essa região acabam se apossando das terras agricultáveis até então habitadas apenas por indígenas Coroado e Puri. Se firmar nessas terras era para muitos homens e mulheres a tentativa de garantir ou alcançar determinado prestígio e condição social e econômica, para esses e outros tantos, era a garantia de subsistência. Irremediavelmente, a dominação desse território pela lógica exploratória desencadeou conflitos como o que foi registrado na propriedade do senhor de engenho Antônio Gomes Cândido. Depois de ter utilizado seu nome, de sua esposa e filho para conseguir mais sesmarias, ele teve que lidar com a chegada de um grupo de Puri, que destruíram seu paiol e mataram os animais de sua propriedade. O conflito, que foi resolvido com um novo aldeamento, serviu para demonstrar como o governo da capitania lidava com os indígenas – considerados obstáculos – bem como para demonstrar que esses poderiam tanto ser vítimas como perpetradores da violência.

Assim como o aldeamento de São Paulo do Manuel Burgo, demarcado para os Puri, no entorno do rio Turvo Limpo existiram vários aldeamentos. Ainda assim, nenhum deles se localizava onde surgiu o arraial de São José do Barroso. O rio que o cortava, não teria sido importante apenas para se referir à localização de aldeamentos, mas também para demarcar divisas de sesmarias. As famílias que receberam tais propriedades, como os Pires Farinho, Gomes Cândido e Bitencourt Godinho, foram beneficiadas por mais de uma geração. Exemplos desse privilégio são Francisco de Paula Cândido e Manoel de Bitencourt Godinho, deputado da província e padre, respectivamente, que exerciam o poder que lhes cabia e dava continuidade ao pensamento colonial – o primeiro teve seu nome escolhido para nomear o município em detrimento de um nome indígena, fato que é sintomático, o segundo foi responsável por batizar filhos de indígenas que não se viam mais possibilitadas de manter um modo de vida nômade e politeísta.

A distribuição de terras e o assentamento de famílias que, aos poucos, passam a integrar a elite econômica da região, demonstraram que o sertão, local incivilizado, ia perdendo seu espaço – e junto com ele, os indígenas que o habitavam. Documentos oficiais, como a Lista Nominal, minimizavam ou apagavam a presença indígena em determinados distritos, como foi o caso de São José do Barroso. Para além do único indígena, o distrito era habitado majoritariamente por pardos, seguido dos brancos, crioulos e africanos. O grande número do primeiro grupo, aliado às histórias orais, bem como o considerável número de sobrenomes cristãos, apontaram para a hipótese que muitos pardos poderiam ser indígenas já catequizados e inseridos na dita civilização. A lista nominativa também mostrou as famílias que, já na primeira metade do século, tinham grande poder aquisitivo – representado pelo número de escravos – bem como aquelas que, a princípio, pareciam não ter um grande cabedal, mas que foi alcançando posições mais vantajosas na sociedade ao longo do século – demonstrado pelos documentos cartoriais e paroquiais.

A presença dessas famílias e sua importância foram evidenciadas nas formas de registrar os batismos, abordadas no capítulo 2. Elas também deixaram transparecer o modo como indígenas e outras mulheres foram classificadas: solteira, casada, índia, crioula, africana, escrava, forra. Da mesma forma, classificavam as crianças como legítimas e naturais. Para além da classificação social, a forma de registrar os batismos evidenciou a posição econômica e prestígio de determinadas famílias. Entre o aparecimento e ausência de dados como a data de nascimento, sobrenomes e parentesco de padrinhos, sabemos quais grupos ocupavam lugares hierárquicos superiores no distrito. Essas impressões foram corroboradas, muitas das vezes, por documentos cartoriais e pela Lista Nominal, que

distinguiram posse de escravos, terras, imóveis e negociações como empréstimos. Além disso, foi possível comprovar o descumprimento do que observava as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, para o qual o recém-nascido deveria receber o primeiro sacramento com até oito dias de vida; da mesma forma, ficou evidente que, apesar do número considerável de concubinato, a maioria das crianças eram consideradas legítimas. Ou seja, após o primeiro filho, os casais que ainda não tinham oficializado a união, buscavam a Igreja para fazê-lo, como ocorreu com Juvência e Sinfrônio.

A relação desses foi, aliás, a única comprovada para mulher indígena no distrito, todas as outras foram concubinas ou solteiras – ou ainda se casaram após adotar outro sobrenome e não foi possível mapeá-las. Entre as escolhas dessas mulheres para comadre e compadre não foi possível observar um padrão, sendo escolhidos escravizados, pobres e abastados, mãe e filho, irmãos, esposa e marido. Entre as madrinhas, as mais requisitadas foram Maria Francisca do Nascimento e Anna Lopes de Jesus, com 11 e 7 afilhados, respectivamente; já entre os padrinhos, Joaquim José Pacheco, João Antônio Anastácio e Manoel Gonsalves Monteiro foram os mais escolhidos, tendo o primeiro 10 e os dois últimos 9 afilhados cada. Curiosamente, com exceção de Maria Francisca, que fazia parte da família Valente, todos os outros não eram de famílias da elite do distrito.

A malha social, apresentada no capítulo 3, mostra que as famílias mais bem relacionadas e com posses com as quais alguma indígena se relacionou foram, além dos Valente, os Correia de Queiroz e os Lopes de Oliveira. Mas as relações ascendentes não foram tecidas apenas com famílias senhoriais, ficou perceptível que, ao escolher alguns escravizados, como Romualda e Inocência, as indígenas buscavam estabelecer relações com pessoas que já tinham vínculos estáveis e poderiam lhe garantir segurança naquele espaço. Ademais, outras relações foram tecidas a partir do afeto, como no caso de Joana Coroado, que deu o nome de sua comadre Francisca ao filho, que seria representativo da boa relação entre elas. É pouco possível que algumas indígenas não se conhecessem, pois, ainda que não tenham mantido relações entre si, algumas delas faziam parte da mesma rede – como foi o caso de Joana e Juvência. Outrossim, ao tentar estabelecer o local em que elas viviam, ficou evidente que havia proximidade geográfica entre elas.

Nas famílias em que foi possível traçar a genealogia, ficou claro que a escolha não se deu por ascendência indígena; ainda assim, houve o caso de Anna Lopes de Jesus, que teria adotado uma criança indígena, mas também teria explorado uma mulher de mesma origem, conhecida por Rita preta, que teria sido omitida no inventário de Manoel Gonsalves Monteiro e em sua partilha de bens. A possibilidade de que as indígenas adotaram sobrenome cristão –

como ficou comprovado no caso de Juvência, que se tornou Juvência Maria de Jesus –, dificultou a tentativa de traçar a trajetória de todas elas. A não ser pelas hipóteses lançadas sobre Maria Croata e suas filhas Graciana e Felisbina, que seriam um demonstrativo da etnogênese na medida em que se apropriaram de novos sobrenomes (Rosa de Jesus) e firmaram alianças que certamente potencializaram sua experiência naquela sociedade. A adoção de sobrenomes, entretanto, não significou ascensão social ou econômica, uma vez que os descendentes de Maria Croata não se relacionaram com pessoas da elite ou tiveram tratamento que demonstrasse reconhecimento (como Dona), tampouco Juvência e Sinfrônio tiveram sua prole reconhecida como livre. Da mesma forma, nenhuma indígena foi escolhida como madrinha. Ou seja, apesar de a maioria ter vivido como agregada, as indígenas, que se viram obrigadas e/ou se empoderaram da decisão de deixarem sua terra e incorporar novos nomes e jeitos de viver, não tiveram as mesmas garantias, mesmo quando escolhiam madrinhas e padrinhos com posses e prestígio para seus filhos.

O batismo não significou para essas mulheres e seus descendentes a incorporação à sociedade, apenas fez com que elas fossem toleradas uma vez que seus hábitos, crenças e conhecimentos não foram incluídos no modo de viver do distrito – não com o devido reconhecimento. Tal fato, no entanto, não exclui a margem de liberdade e poder que elas tinham ao fazerem suas escolhas. O resultado desse apagamento, representado pela adoção de sobrenome cristão e o consequente “sumiço” das indígenas na documentação, ficou enraizado na sociedade de São José do Barroso que, ao se emancipar, passou a se chamar Paula Cândido em homenagem à elite escravista que se estabeleceu em terras indígenas. A consequência dessa ocupação que buscou silenciar não só as indígenas como seu conhecimento, religiosidade e modo de vida, é manifestada pelos bens patrimonializados do município.

Os bens inventariados e tombados representam, como abordado no capítulo 4, a história da elite e, consequentemente corroboram com o silenciamento. Em contrapartida, na história oral emergem cada vez mais relatos de descendentes de indígenas, especialmente quando a temática local é abordada na sala de aula. Ou seja, assim como no século XIX, em que documentos oficiais reduziam a presença indígena a quase zero, sendo contrariados pelos documentos paroquiais, no presente a realidade se mostra muito similar: na Casa da Cultura, nos livros memorialistas e nos materiais didáticos, a história indígena é minimizada em contraposição à história oral e memórias familiares. Desse modo, o material paradidático contribuiria para lançar luz a questões já existentes – a presença indígena, a violência e o trabalho – bem como abrir espaços para vieses não abordados com frequência, quais sejam, as relações afetuosas e as redes sociais construídas por essas mulheres. Assim, esse trabalho se

conecta às novas ideias de patrimônio, pois além de propor uma problematização sobre os bens registrados, contribui para pensar em novos patrimônios, bem como com a cidadania na medida em que resgata a voz e vivência das mulheres indígenas.

Em suma, o trabalho apresentado verificou a presença de nove mulheres indígenas que, no momento em que o sertão sumia no horizonte dando lugar a fazendas, pastos, canaviais, cafezais e distritos, viram o batismo como uma saída para serem aceitas e fortalecer vínculos sociais que, por motivos econômicos ou afetivos, eram benéficos. Entretanto, ao adentrarem a civilização cristã, perderam sua etnia e é possível inferir que isso não significou a perda de seus símbolos e crenças. Foram exploradas tanto como agregadas quanto como escravizada, mas também viveram para além do trabalho. Casaram-se, formaram relações de compadrio, construíram sua própria família espiritual e esperavam ser beneficiadas ou beneficiar a seus filhos com elas. Ainda que não tenham conseguido ascensão social, não desaparecem, apenas foram apagadas.

FONTES PRIMÁRIAS

1. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São José, Paula Cândido:
 - Livro 1 – 1837 a 1861
 - Livro 2 Tomo I – 1862 a 1878
 - Livro 2 Tomo II – 1878 a 1905
2. Arquivo Privado de Emerson Lisboa:
 - Livro de Batismo e Sepultamento dos Filhos de Mães Escravas.
 - Livro de Notas da Guarda Nacional da Companhia de São José do Barroso.
3. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Paula Cândido:
 - Livro 6 – 1884 a 1886
 - Livro 7 – 1886 a 1888
 - Livro 8 – 1888 a 1890
4. Arquivo Público Mineiro:
 - 4.1. Coleção Mapas de População.
 - MP-CX.02-DOC.22
 - MP-CX.02-DOC.24
 - 4.2. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial).
 - SG-CX.111-DOC.60
 - SG-CX.87-DOC.24
 - SG-CX.87-DOC.17
 - SG-CX.87-DOC.18
 - SG-CX.101-DOC.25
5. Casa Setecentista de Mariana:
 - Catálogos de Sesmarias, 1º e 2º Ofício.
 - Inventário de Antônio Gomes Cândido (1850). 1º ofício, códice 72, auto 1520.

Inventário de Manoel de Bitencourt Godinho (1866). 1º Ofício. Cod. 61, Auto 1338.

Inventário de Boaventura de Bitencourt Godinho (1802). 1º Ofício. Cod. 70. Auto 1486

6. Arquivo do Fórum de Viçosa

Inventário de Manoel Gonsalves Monteiro (1870). Cx. 167, Auto 10766.

FONTE IMPRESSA

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios Puri-Coroado da mata central de Minas Gerais no início do oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). *Revista Mosaico*, Goiás, v.4, n.2. 2010.

ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1997.

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. No livro a raiz, na lembrança o passado. Fragmentos culturais e memória dos descendentes declarados de indígenas de Miraf. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 2016.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, São Paulo, v.1,n.2, p.21 – 39, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista USP*, São Paulo, n.79, p. 94-105, setembro/novembro 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial – novos súditos cristãos do Império Português*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*. Dissertação (Mestrado em História) da Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-7XNPMS>. Acesso em: 07/05/2020.

AMANTINO, Márcia. A escravidão indígena e seus disfarces em Minas Gerais no século XVIII. Revista IHGB, Rio de Janeiro, a.170, 2009.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo. *Resistência feminina no Brasil oitocentista: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no bispado de Mariana*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c 1760 – c 1850)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio, casamento e espaço em zona de fronteira agrícola: redes sociais da elite rural de Piranga (Minas Gerais, C1760 – C1850). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v.19, 2015.

ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio, mobilidade social e redes sociais: a trajetória de uma família entre a escravidão e a liberdade (Minas Gerais, 1797-1828). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.138, n.66, 2019.

ANDRADE, Matheus Rezende. Do lugar ao território: uma análise da formação histórica dos vales do Rio Piranga e Xopotó (Minas Gerais, 1694-1800). *Diálogos*, v.21, n.3, 2017.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica, p.38, 2011.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Saterb, 1971.

BARROS, José D'Assunção. O Lugar da História Local. In: A expansão da História. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASSOLI ANGELO, Leonardo. *Guido Tomás Marlière e a política indigenista em Minas Gerais (1813-1829)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In: *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Editora Cortez, 5.ed., 2018.

- BOTELHO, Tarcísio R.. A família mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *A província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.
- BRUGGUER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e patriarcalismo: relações familiares e de poder (São João del-Rei, 1780-1850). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *A província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 285-286.
- CAMPOS, Márcia. *As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso, século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuições para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Núcleo de História Econômica e Demográfica, UFOP, Séria Estudos – 2, Mariana, 1999
- CARRARA, Ângelo Alves; FREIRE, Jonis; MOYLE, Gabriela. Os registros paroquiais de batismo da Freguesia do Mártir São Manoel do Sertão do Rio Pomba e Peixe dos índios Cropós e Croatos, segunda metade do século XVIII. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. Primeiros Passos (1822-1930). In: *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3.ed., 2002.
- CASTRO, Natália Paganini P. de Faria. *Entre Coroados e Coropós: a trajetória do Padre Manoel de Jesus Maria nos sertões do rio da Pomba (1731-1811)*. Dissertação (Mestrado em História) UFJF. Juiz de Fora, 2010.
- CERTEAU, Michel. A Escrita da História In: CERTEAU, Michel. *A Operação Historiográfica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2 ed., 2017.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop, 2012.
- CORRÊA, Márcio Xavier. *Memória sobre a economia extrativa da poaia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- COSTA, Fernando A. Alves da. Riqueza e escravidão em uma localidade da Zona da Mata Mineira – Santa Rita do Turvo 1850 /59. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*, vol. 8, n.15, jul-dez, 2013

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. Expedições da História. São Paulo: Moderna, 6º ano, 3. ed., 2022.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. Expedições da História. São Paulo: Moderna, 7º ano, 3. ed., 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 1.ed., 2012,

— Dicionário Histórico- Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Cândido, Francisco de Paula. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/canfranpa.htm>. Acessado em 09/02/2023.

DELAMARQUE, Elizabete Vianna. *Junta Central de Higiene Pública: vigilância e polícia sanitária (antecedentes e principais debates)*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2.ed., 2014,

DIAS, Tailane de Oliveira. A terra que eu piso: quem trilhou seus caminhos? (Trabalho com a história local: uma proposta metodológica para o uso de fontes documentais e orais). In: *Encontro Regional de História da ANPUH- MG*, 22, 2020, Viçosa—MG. História e produção do presente: narrativas, identidades, mediações e projetos. Viçosa: Divisão de Gráfica Universitária da UFV, 2021

DIEHL, Isadora Lunardi. Classificativos sociais e mão-de obra indígena feminina: um estudo a partir das mães da freguesia de Curitiba (1734 – 1767). *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, 2015,

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, 2008.

FREIRE, Jonis. Casamento, legitimidade e família em uma freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: século XIX. Juiz de Fora, *Locus: revista de História*, v. 11, n. 1 e 2, 2005

FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais – século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, 46, 2012.

FREIREYS, G. W. *Viagem langao interior do Brasil nos anos de 1814 e 1815*. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, vol. XI, 1906.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

GUINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, Trad. Frederico Carotti, 4. reimp., 1989.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/ sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

INGOLD, Tim. A malha. In: *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

JEHA, Silvana Cassab. *O padre, o militar e os índios- Chagas Lima e Guido Marlière: civilizadores de botocudos e kaingangs nos sertões de Minas Gerais e São Paulo, século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, Igor Nogueira. Relações de solidariedade e reciprocidade: um estudo sobre o compadrio de índios em São João Batista do Presídio (1810 – 1820). In: CARVALHO, Marieta Pinheiro; DURÃES, Mararida; ANDRADE, Vitória Schettini de (orgs.). *Movimentos, trânsitos e memórias: novas perspectivas (século XVII – XIX)*. Niterói: ASOEC – UNIVERSO, 2019.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767 – 1820)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

LAMAS, Fernando. Os indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos. Projeto História, São Paulo, nº 44, jun, 2012.

LEITE, Marcelo. O resgate dos Botocudos. São Paulo, Fapesp, *Revista Pesquisa*, ed. 107, 2005. Acesso em 17/03/2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-resgate-dos-botocudos/#:~:text=Relatos%20hist%C3%B3ricos%20e%20restos%20preservados,um%20ser%20humano%20nas%20Am%C3%A9ricas>.

LIMA, Raquel dos Santos Souza. “Oh! Que imitem a Santa Rita de Cássia!” As mulheres de nosso tempo: representações e práticas da devoção em Viçosa (MG), 2003-2006. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

LISBOA, Geraldo. *A segunda história de Paula Cândido*. Ibité: DGF Edições, 1997

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII – XIX*. Berlin: Wiss, Verl, Berlin, 2002.

MARTIUS, K.F.P von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEIRO, Alice Mabel Prates. *Indígenas, africanos e seus descendentes entre hierarquias sócio raciais complexas (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2. Ed., 2022.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. Identidades genéricas dos grupos Macro-jês e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata Mineira. *CLIO*. Série Arqueológica, v. 25, 2010.

PAIVA, Adriano Toledo. *“O domínio dos índios”: catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

POMPEU, Aristides. *A Verdadeira História de Paula Cândido*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, s/d.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, no.3, p.3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.

PRIORE, Mary Del. *Histórias e Conversas de Mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história*. São Paulo: Planeta, 2.ed., 2014

REIS, Solange de Souza. *Onde estavam os indígenas Puri quando o sistema os dava como extintos? Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo*. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Viçosa, 2020,

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos índios no sertões e nas vilas de El-Rey. *Revista Tempo*, Niterói, 2007.

SENNA, Nelson de. *Um Mineiro Ilustre – Conselheiro Francisco de Paula Cândido*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Revista do Arquivo Público Mineiro, ano 2, 1897.

SENNA, Nelson de. *Sobre ethnographia brasileira: principaes povos selvagens que tiveram seu “habitat” em território em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais / Revista do Arquivo Público Mineiro, 1937.

- SLENES, Robert. Apresentação. In: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 3.ed.rev., 2013
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2. ed., 2011.
- SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. Rio de Janeiro, *Caderno Virtual de Turismo*, vol.21, n.2, 2021.
- SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.1, 1938.
- TAKUÁ, Cristine. Seres criativos da floresta. *Cadernos Selvagem*. Biofesra: Dantes Editora, 2020.
- TEIXEIRA, Simonne. Estudo de História e Arqueologia: os índios puris da bacia inferior do vale do Paraíba do Sul. In: TAPIA, Pedro Canales; CASTILHO, Mariana Moreno (orgs.). *Los claroscuros del debate. Pueblos Indígenas, Colonialismo y Subalternidad em América del Sur. Siglos XX e XXI*. Santiago, Chile: Ariadna Ediciones, 1.ed., v. 0, 2016.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Prefácio; O poder na história. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.